



**MARCO ANTONIO RAMOS**

**O FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO PARA  
DEFICIENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO**

**CAMPO LIMPO PAULISTA  
2017**

**FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO DAS MICRO E  
PEQUENAS EMPRESAS**

**MARCO ANTONIO RAMOS**

**O FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO PARA  
DEFICIENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Orientador – Profa. Dra. Patricia Viveiros de Castro Krakauer**

**Dissertação de mestrado apresentada  
ao Programa de Mestrado em  
Administração das Micro e Pequenas  
Empresas da Faculdade Campo Limpo  
Paulista para obtenção do título de  
Mestre em Administração.**

**Este exemplar corresponde à versão final da  
dissertação defendida pelo aluno (a) Marco Antonio  
Ramos e orientado pelo Profa. Dr. Patricia Viveiros de  
Castro Krakauer**

---

**Orientador - Assinatura**

**CAMPO LIMPO PAULISTA  
2017**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Câmara Brasileira do Livro, São Paulo, Brasil

Ramos, Marco Antonio

O fomento ao empreendedorismo para deficientes no Estado de São Paulo / Marco Antonio Ramos. Campo Limpo Paulista, SP: FACCAMP, 2017.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patricia Viveiros de Castro Krakauer

Dissertação (Programa de Mestrado em Administração) – Faculdade Campo Limpo Paulista – FACCAMP.

1. Empreendedorismo. 2. Pessoas com deficiência. 3. Micro e pequena empresa. 4. Instituições de fomento. I. Krakauer, Patricia Viveiros de Castro. II. Faculdade Campo Limpo Paulista. III. Título.

CDD-658.42

**CAMPO LIMPO PAULISTA**

## EPÍGRAFE

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

*Marthin Luther King*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu saúde para poder realizar as disciplinas bem como o trabalho de pesquisa.

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração de pessoas que, diretamente ou não me auxiliaram neste processo, em especial a minha família que sempre me apoiou em todas as minhas decisões.

Durante o desenvolvimento desta dissertação, tive a felicidade de encontrar mestres, doutores e colegas que contribuíram para minha formação, em especial, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> e Orientadora, Patricia Viveiros de Castro Krakauer, que me dedicou relevante atenção e paciência na construção deste trabalho.

Um agradecimento especial a minha esposa Elizangela Vicente Camilo Ramos, pela paciência e entendimento e carinho, a toda a minha família o qual o apoio é infindável, aos amigos de trabalho e de sala e a todos os participantes da pesquisa, que trouxeram significativas contribuições para a construção desta dissertação.

Aos professores que participaram da banca de qualificação: Professora Jane Marques e Professora Eliane Bianchi, pelas sugestões, contribuições e ensinamentos.

Aos respondentes desta pesquisa, que dedicaram seu tempo, atenção e contribuíram de forma relevante para a construção deste trabalho.

Ao SEBRAE por me auxiliar financeiramente.

## RESUMO

O país passa por um momento de desigualdade social e altos índices de desemprego, no qual começar um novo negócio passou a ser uma opção para muitos. Contudo, ainda são poucas as iniciativas voltadas ao fomento do empreendedorismo entre portadores de deficiência, a despeito do número elevado de pessoas com essa condição em nosso país, atualmente, cerca de 45 milhões de brasileiros se enquadram nessa estatística. Assim, o presente estudo buscou respostas para entender como as instituições de fomento podem estimular pessoas com deficiência a empreender, tendo como objetivo geral propor diretrizes para estimular o empreendedorismo entre pessoas com deficiência no Estado de São Paulo. Tal proposta teve como base dados secundários e primários. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliométrica para apoiar a revisão da literatura, que abordou 3 temáticas de estudo: empreendedorismo, micro e pequenas empresas e pessoas com deficiência, bem como uma pesquisa de campo. Trata-se de um estudo fenomenológico, de natureza exploratória e abordagem qualitativa. A coleta de dados primários foi realizada através de entrevistas com representantes de instituições de fomento ao empreendedorismo e pessoas com deficiência que pretendem empreender, sendo que os dados foram analisados através de análise da narrativa. Os principais resultados mostraram a importância de se criar ações para pessoas com deficiência, apresentando vantagens e desvantagens em se ter um programa específico para esse fim. A maioria dos entrevistados entende a necessidade de uma maior aproximação entre as instituições de fomento e pessoas com deficiência para que as atividades realizadas pelas instituições realmente tenham efetividade e estimulem o empreendedorismo para as pessoas com deficiência. O estudo contribuiu para um melhor entendimento sobre as ações que são hoje oferecidas e realizadas para fomentar o empreendedorismo para as pessoas com deficiência e também ao propor diretrizes que possam auxiliar neste processo, almejando que o empreendedorismo possa ser uma opção de inserção profissional para pessoas com deficiência. Acredita-se que tais diretrizes possam ser aplicadas em programas de instituições que tenham como objetivo fomentar o empreendedorismo, voltando esforços também para o grupo de pessoas com deficiência.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo, pessoas com deficiência, micro e pequena empresa, instituições de fomento

## **ABSTRACT**

*The country goes through a period of social inequality and high unemployment, in which starting a new business has become as an option for many. However, there are still few initiatives aimed at promoting entrepreneurship among people with disabilities, despite the high number of people with this condition in our country, currently about 45 million Brazilians fall into this statistic. Thus, the present study sought answers to understand how the development institutions can stimulate people with disabilities to undertake, with the general objective of proposing guidelines to stimulate entrepreneurship among people with disabilities in the State of São Paulo. This proposal had based on secondary and primary data. In order to do so, a bibliometric research had carried out to support the literature review - which addressed three study themes: entrepreneurship, micro and small businesses and people with disabilities - as well as field research. This is a phenomenological study, exploratory in nature and qualitative approach. The primary data collection had carried out through interviews with representatives of institutions promoting entrepreneurship and people with disabilities who intend to undertake, and the data has analyzed through narrative analysis. The main results showed the importance of creating actions for people with disabilities, presenting advantages and disadvantages in having a specific program for this purpose. Most interviewees understand the need for a closer rapprochement between institutions and people with disabilities so that the activities carried out by the institutions actually have effectiveness and stimulate entrepreneurship among people with disabilities. The study contributed to a better understanding of the actions that has offered and carried out to foster entrepreneurship among people with disabilities, also by proposing guidelines that can help in this process, aiming at entrepreneurship as an option for professional insertion for people with disabilities. Such guidelines can be applied in programs of institutions that aim to promote entrepreneurship, turning also efforts to the group of people with disabilities.*

**Keywords:** *Entrepreneurship, people with disabilities, micro and small enterprises, development institution*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organização da dissertação .....	12
Figura 2: Estrutura da Fundamentação Teórica. ....	13
Figura 3: Procedimentos para abertura de empresa no Brasil. ....	35
Figura 4: Opções de políticas públicas e exceções da atividade empreendedora.....	39
Figura 5: Lógica da pesquisa .....	52
Figura 6 – Diretrizes propostas.....	90



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução das taxas de empreendedorismo segundo os estágios: TTE, TEA e TEE .....	24
Gráfico 2: Evolução da atividade empreendedora de acordo com a taxa de TEA para empreendedores por oportunidade. ....	26
Gráfico 3: Evolução da atividade empreendedora de acordo com a taxa TEA para empreendedores por necessidade – Brasil .....	26
Gráfico 4: Taxas de empreendedorismo por faixa etária- Brasil.....	27
Gráfico 5: Estágios do Empreendedorismo .....	37

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisa de competências .....	16
Quadro 2 - Características dos empreendedores.....	18
Quadro 3 - Lendas e Verdades sobre o empreendedorismo .....	22
Quadro 4 - Características das micro e pequenas empresas .....	33
Quadro 5 - Descrição das ações realizadas em São José dos Campos .....	42
Quadro 6 - Relação da teoria com o roteiro de trabalho .....	54
Quadro 7 - Perfil das Instituições de Fomento.....	58
Quadro 8 - Perfil dos empreendedores com deficiência entrevistados.....	59
Quadro 9 - Palavras chave da entrevista com instituições de fomento.....	76
Quadro 10 - Principais ações tomadas pelo município de São José dos Campos.....	78
Quadro 11 - Palavras-chave da entrevista realizada com pessoas com deficiência .....	79
Quadro 12 - Pilares definidos na diretriz e sua origem .....	86
Quadro 13 - Propostas de diretrizes.....	88

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultados quantitativos obtidos na base de dados Google Scholar, com a ferramenta Publish or Perish com combinações de palavras em português.....	11
Tabela 2: Resultados quantitativos obtidos na base de dados Google Scholar, com a ferramenta Publish or Perish com combinações de palavras em inglês.....	11
Tabela 3: Características gerais do empreendedor .....	28
Tabela 4: Porcentagem de TTE, segundo aqueles que buscaram apoio de algum órgão público ou privado – Brasil – 2015. ....	29
Tabela 5: Evolução da mentalidade empreendedora no país – Brasil – 2015. ....	30

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AACD</b>	- Associação de Apoio a Criança Deficiente
<b>ANPROTEC</b>	- Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
<b>APAE</b>	- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
<b>APEX</b>	- Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos
<b>APL</b>	- Arranjo Produtivo Local
<b>ATEAL</b>	- Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem
<b>BCP</b>	- Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social
<b>BNDES</b>	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CEAPPD</b>	- Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência
<b>CEDEMP</b>	- Centro de Educação Empreendedora
<b>CIESP</b>	- Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>CIETEC</b>	- Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia
<b>CNEI</b>	- Conselho Nacional de Empreendedorismo e Inovação
<b>CONADE</b>	- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
<b>CREA</b>	- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
<b>CRID</b>	- Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes
<b>CRM</b>	- Conselho Regional de Medicina
<b>CTA</b>	- Centro Técnico Aeroespacial
<b>DAS</b>	- Documento de Arrecadação do Simples
<b>DCTA</b>	- Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
<b>EPP</b>	- Empresa de Pequeno Porte
<b>FAERJ</b>	- Federação de Automobilismo do Estado do Rio de Janeiro
<b>FIESP</b>	- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>FINEP</b>	- Financiadora de Estudos e Projetos
<b>FIRJAN</b>	- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
<b>GA</b>	- Google Acadêmico
<b>IBGE</b>	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBPQ</b>	- Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade
<b>ICMS</b>	- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>INPE</b>	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
<b>IPEN</b>	- Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
<b>ISS</b>	- Imposto Sobre Serviço
<b>LIBRAS</b>	- Língua Brasileira de Sinais
<b>MCT</b>	- Ministério da Ciência e Tecnologia
<b>ME</b>	- Microempresa
<b>MEI</b>	- Microempreendedor Individual
<b>PIB</b>	- Produto Interno Bruto
<b>PITCE</b>	- Política Industrial, Tecnológica e Comércio Exterior
<b>PRONATEC</b>	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
<b>SEBRAE</b>	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SENAI</b>	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

<b>SENAR</b>	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SENAT</b>	- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
<b>SESI</b>	- Serviço Social da Indústria
<b>SUS</b>	- Sistema Único de Saúde
<b>TEA</b>	- Taxa de Empreendedores Iniciais
<b>TEE</b>	- Taxa de Empreendedores Estabelecidos
<b>TTE</b>	- Taxa Total de Empreendedores
<b>UNESP</b>	- Universidade Estadual Paulista
<b>UNIVAP</b>	- Universidade do Vale do Paraíba
<b>USP</b>	- Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	1
1.1 Problema de Pesquisa .....	3
1.2 Objetivos .....	8
1.3 Justificativa da Pesquisa .....	9
1.4 Organização da dissertação .....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	13
2.1 Empreendedorismo .....	13
2.1.1 Abordagens teóricas e conceito .....	14
2.1.2 Lendas e verdades sobre o Empreendedorismo .....	21
2.1.3 Panorama do empreendedorismo no Brasil.....	23
2.2 Micro e Pequenos Negócios .....	31
2.2.1 Mapeamento da importância das MPE's no Brasil.....	33
2.2.2 Ambiente regulatório para abertura de empresas no Brasil.....	34
2.3 Fomento ao empreendedorismo.....	35
2.4 Deficiência e Empreendedorismo.....	43
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	48
3.1 Caracterização geral da pesquisa .....	48
3.2 Método da pesquisa .....	50
3.2.1 Procedimentos de coleta e de análise dos dados empíricos.....	52
3.3 Ética da pesquisa .....	55
4 RESULTADOS .....	57
4.1 Perfil dos Entrevistados .....	57
4.2 Entrevistas com instituições de fomento – Grupo A.....	60
4.3 Entrevistas com pessoas com deficiência – Grupo B.....	67
4.4 Discussão dos Resultados .....	75
4.5 Proposta de diretrizes para o fomento do empreendedorismo entre deficientes.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	91
REFERÊNCIAS .....	95
LISTA DE APÊNDICES .....	102

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil passa, atualmente, por um momento de altos índices de desemprego, situação que assola todo o país. Crise política, econômica e corrupção são alguns dos fatores motivadores para a atual realidade. Neste contexto, o empreendedorismo surge como uma possibilidade para muitas dessas pessoas, independente de sexo, idade, classe social, ou de serem ou não portadoras de deficiência.

O sonho, a oportunidade ou até mesmo a necessidade de possuir um empreendimento motiva relevante quantidade de brasileiros. Essa alternativa pode não só ser uma fonte geradora de emprego, como também de fomento ao desenvolvimento econômico para a cidade ou região. Segundo o *Global Entrepreneurship Monitor GEM (2015)*, a porcentagem de brasileiros que pretende ter seu próprio negócio é de 34%, superando a das pessoas que desejam fazer carreira em suas empresas, que totaliza 23%.

O Brasil é um país predominantemente capitalista, no qual a definição de um indivíduo está diretamente relacionada à sua capacidade de produção. O indivíduo que se encontra fora dessa máquina capitalista é, por muitas vezes, considerado como um elemento à margem da sociedade, sendo naturalmente isolado do grupo. Essa realidade é sentida com significativa intensidade pelas pessoas com deficiência, ao ponto de sua empregabilidade ser menor, se comparada com a das pessoas sem deficiência; condição essa que faz com que haja um efeito psicológico para aqueles, que passam a considerar o trabalho como um bem de difícil acesso (GOMES, 2010).

Para garantir que as pessoas com deficiência tivessem acessibilidade ao emprego, o Governo Federal sancionou a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que previa a criação de cotas para as empresas brasileiras. Segundo a referida lei, toda empresa que possuísse em seu quadro uma quantidade acima de 100 funcionários, teria de reservar 5% dessa quantia para receber pessoas com deficiência.

Embora com a sanção da lei, o país tenha aumentado o ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, percebe-se que isso não foi suficiente e que não se

pode ficar dependente de leis para a transformação da sociedade. Outro ponto a ser considerado é que a inserção no mercado de trabalho, por si só, não preenche totalmente as expectativas de vida das pessoas com deficiência, seja daquelas que têm essa condição congênita, seja das que se tornaram deficientes ao longo da vida e tiveram seus sonhos interrompidos.

Esse é o exemplo de Cid Torquato, cuja trajetória é contada no livro *Empreendedorismo Sem Fronteiras*, que constituiu o estímulo para a pesquisa da presente dissertação. Para Dolabela e Torquato (2015), o empreendedorismo é um elemento transformador, além de uma grande oportunidade para que pessoas com deficiência possam superar suas limitações e se inserir no mercado de trabalho não apenas como funcionários, mas como protagonistas de seu próprio destino. Esse caminho normalmente é árduo, pois faltam apoio, políticas públicas, mudanças culturais e comportamentais que precisam ser trabalhadas, para modificar a maneira como atualmente essas pessoas são percebidas pela sociedade, uma vez que representam quase um quarto da população brasileira (IBGE, 2012).

Por essa razão, embora tenha efeito positivo, a lei das cotas não foi suficiente para solucionar os problemas de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Isso ocorre pois a demanda é maior que a oferta, em outras palavras, o número de portadores de deficiência que necessitam de emprego é maior do que o de postos oferecidos pelo mercado. Diante disso, o empreendedorismo se coloca como uma possibilidade tangível para todos.

Ao perceber que estimular o empreendedorismo para pessoas com deficiência é um desafio e compreendendo indicadores relevantes da quantidade de pessoas com alguma limitação no Estado de São Paulo – aproximadamente 3 milhões possuem alguma deficiência visual, física, mental/intelectual ou auditiva (SEBRAE, 2013) –, o presente trabalho teve como proposta propor diretrizes para o fomento do empreendedorismo entre portadores de deficiência. Para tanto, foram pesquisadas, em algumas instituições brasileiras de fomento, as ações que vêm sendo realizadas para estimular pessoas com deficiência a constituir seu próprio negócio. Não existe uma



teoria empreendedora para pessoas com deficiência, porém a criação de programas específicos para essa parcela da população certamente contribuiria para que mais pessoas emprendessem (DOLABELA; TORQUATO, 2015).

Nos subcapítulos a seguir, são apresentados o problema de pesquisa e os seus objetivos.

## **1.1 Problema de Pesquisa**

Mesmo com quantidade significativa de pessoas com deficiência e com representativo avanço nas políticas públicas, existe uma variedade expressiva de ações que devem ser realizadas para que as oportunidades, os direitos, e a cidadania das pessoas com deficiência sejam equiparadas aos das pessoas consideradas normais (TORQUATO; DOLABELA, 2015).

Somente no Estado de São Paulo, existem 35,7 milhões de pessoas dentro desse grupo, acima de 10 anos, subdivididas conforme os números a seguir (SEBRAE, 2013):

- 1,17 milhões com deficiência visual;
- 840,9 mil com deficiência física;
- 468,3 mil com deficiência mental/ intelectual;
- 420,5 mil com deficiência auditiva.

No Brasil, o percentual de pessoas que possuem alguma deficiência atinge 23% do total da população, o que equivale a dizer que aproximadamente 45 milhões de brasileiros se enquadram nessa estatística. Sendo que 25,8 milhões são homens e 19,8 milhões são mulheres. Do ponto de vista geográfico, grande parte dessa população está localizada nas áreas urbanas (IBGE, 2012).

Ao analisar os estudos realizados pelo IBGE (2000; 2010; 2012), constatou-se uma elevação no número de portadores de deficiência em níveis alarmantes. Em 2000, o Brasil possuía 14% da população total do país com algum tipo de deficiência, ou seja, aproximadamente 24,6 milhões de pessoas. No estudo realizado em 2010, esse número cresceu exponencialmente para a casa dos 45 milhões. Segundo o IBGE (2012) um dos

fatores atribuídos ao significativo aumento foi a mudança no método de investigação das deficiências, o que provavelmente tenha ocasionado reflexos no resultado da pesquisa. Contudo, é notável que várias tendências do estudo realizado no ano de 2000 se mantiveram para o ano de 2010 (IBGE, 2012).

Diante de uma quantidade tão relevante de pessoas deficientes, se tornam necessárias ações não só para estimular o empreendedorismo como meio de sobrevivência, mas também com o propósito de melhorar a qualidade de vida dessa parcela da população. Nesse sentido, o apoio das políticas públicas é visto como essencial para que o cenário possa evoluir. Algumas dessas iniciativas foram elencadas por Teixeira (2010, p. 11):

O governo criou programas, conselhos, secretarias e campanhas, como por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BCP), o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência (CEAPPD), Campanha “Iguais na diferença”, entre outros. O SUS (Sistema Único de Saúde) também oferece sua contribuição para atendimento dessa parcela da população.

No início da década de 80, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a responsabilidade por parte dos governos com relação à garantia de direitos iguais às pessoas deficientes. Essa decisão se tornou um marco de reajustes sociais, estruturais e políticos para o tratamento dessa temática (DINIZ, 2007; FIGUEIRA, 2008), inclusive por parte de organismos internacionais.

No Brasil, apenas em 1988, com a Constituição Federal, o país passou a contar com a proteção para pessoas com deficiência. Até então, existiam apenas o assistencialismo e os cuidados familiares, quando não se dava abandono dessas pessoas (FIGUEIRA, 2008). Somente a partir de então, com grande pressão social, foram criados dispositivos legais para diversas áreas como trabalho, educação, acessibilidade física e assistência social, para garantia de inclusão das pessoas com deficiência.

Um relato do empreendedor Cid Torquato sobre as dificuldades de inserção do deficiente no mercado de trabalho reforça que o país ainda precisa amadurecer para oferecer uma qualidade digna para pessoas com deficiência. Segundo Dolabela e

Torquato (2015) ainda existe muito preconceito, situação que se inicia, na maioria das vezes, na própria família e individualmente, com o auto preconceito. Um outro ponto ressaltado por ele é que as demonstrações mais explícitas de preconceito se encontram no ambiente familiar; enquanto que, no ambiente externo, essa realidade tende a ser velada e se caracteriza pela falta de acessibilidade, seja ela arquitetônica, comunicacional ou atitudinal. O empreendedor afirma, ainda, que há falta de centros de reabilitação, de escolas com acessibilidade física, situação que se estende às universidades, além das alarmantes dificuldades que envolvem o transporte público.

No que se relaciona especificamente com o apoio em instituições de ensino e de fomento, em conversa do autor desta pesquisa com o diretor-presidente da Poli Júnior, instituição pertencente à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, o mesmo afirmou que não conta com nenhum projeto idealizado por pessoa com deficiência. Afirma ainda que será necessária uma busca mais intensificada de informações, pois esse resultado diz respeito apenas à Poli Junior podendo, dentro da instituição, haver casos de projetos idealizados por deficientes. Entretanto não existe nenhum projeto com intuito de fomentar o empreendedorismo para deficientes.

Em visita virtual às incubadoras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), foram pesquisados projetos voltados às pessoas com deficiência. A instituição conta atualmente com 4 incubadoras, sendo: uma no campus de Botucatu, uma em Rio Claro, uma em Guaratinguetá e, por fim, uma em Jaboticabal, reunindo cerca de 100 empreendimentos. O período de permanência varia de 2 a 3 anos. Porém, conforme dados obtidos no endereço eletrônico da UNESP (2016), também não há registros da existência de projetos voltados ao empreendedorismo para pessoas com deficiência.

O Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia (CIETEC), que atua colaborando no desenvolvimento do maior polo de incubação de empresas de tecnologia da América Latina, embora conte atualmente com 96 empresas incubadas, não possui projetos voltados a empreendedores com deficiência. Esta instituição é ligada à Universidade de São Paulo (USP).

A incubadora HABITS, em funcionamento desde 2012 na USP Leste, faz com que novas empresas se desenvolvam até poderem sobreviver sozinhas no mercado, porém também não conta com um programa voltado às pessoas com deficiência, embora tenha entre as empresas incubadas um projeto de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Contudo o empreendedor não possui deficiência.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas (SEBRAE), outro exemplo de instituição que busca fomentar o empreendedorismo, criou um programa específico para estímulo ao empreendedor deficiente: SEBRAE Mais Acessível.

O programa SEBRAE Mais Acessível, foi criado em parceria com a Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência em julho de 2013. Um dos principais objetivos desse programa é estimular as pessoas com deficiência a empreenderem e incentivar os pequenos negócios a contratarem profissionais com esse perfil mesmo que eles ainda não se enquadrem nas leis de cota, que obrigam empresas com mais de 100 colaboradores a disponibilizarem de 2% a 5% de suas vagas para deficientes. Tendo em vista que o Brasil tem relevante quantidade de empresas formalizadas como Micro e Pequenas Empresas (MPE's), torna-se inevitável incluí-las na geração de emprego e na conscientização concernente ao fato de que pessoas com deficiência podem ser ótimos investimentos, tanto quanto as pessoas consideradas normais, conforme Sebrae (2013).

Outro recurso que o SEBRAE colocou em prática e à disposição de pessoas com deficiência é o Projeto Libras (Língua Brasileira de Sinais), para atendimento às pessoas com deficiência auditiva e/ou surdez. A pessoa interessada deve fazer, no ato da inscrição do curso, palestra ou capacitação do qual pretende participar, a solicitação de um profissional em Libras, para que este possa se dirigir a um dos 33 escritórios regionais disponíveis no Estado de São Paulo. A única prerrogativa é que esse interessado informe essa demanda com antecedência de 5 dias úteis, para que o profissional possa se programar.

O estudo realizado pela empresa de consultoria Isocial (2014), com foco na inclusão social e econômica de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, trouxe

indicadores relevantes após a realização de entrevista com 1.725 pessoas deficientes. Um dos objetivos da pesquisa foi entender, a partir das respostas dos participantes, quais as principais barreiras que impedem a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal. O resultado trouxe três fatores tidos, na visão dos entrevistados, como os mais relevantes:

- Oportunidades ruins, critério relacionado à qualidade das vagas, entendidas pelos deficientes com grande discrepância das vagas oferecidas para pessoas consideradas normais;
- Poucas oportunidades, critério referente à quantidade de vagas oferecidas para pessoas com deficiência. Percebe-se que esse segundo aspecto é agravado pelo primeiro indicador, que demonstra pouca qualidade, pois acrescenta a ele um número pouco relevante de oportunidades;
- Foco exclusivo no cumprimento da cota, critério que, na opinião dos entrevistados, necessita de maior transparência nos processos de recrutamento e seleção.

A partir das afirmações e do levantamento preliminar realizado, percebe-se que o empreendedorismo pode e deve ser uma oportunidade não apenas de inserção no mercado de trabalho, como também de fomento à economia. O desenvolvimento social e econômico de um país, além do democrático, são o resultado da forma de ser e atuar de um povo, mais que de suas riquezas naturais. Contudo, as pessoas com deficiência se deparam com barreiras como: falta de programas que os estimulem, má qualidade dos cursos de capacitação nas poucas instituições que oferecem esse tipo de serviço, falta de acessibilidade no que diz respeito ao transporte público, preconceito da própria família, o auto preconceito, escolas sem acessibilidade física e material adequado, além da resistência das empresas na contratação desses profissionais (DOLABELA; TORQUATO, 2015).

Acreditando que empreender possa ser uma alternativa de inserção profissional e social para pessoas com deficiência e que essas poderão, através do negócio próprio, viver sua vida com mais naturalidade, inseridas na sociedade e gerando receita, este estudo visou responder à seguinte questão: **como instituições de fomento ao empreendedorismo**

**podem estimular as pessoas com deficiência a se tornarem empreendedoras de negócio próprio?**

## **1.2 Objetivos**

De acordo com a proposta inserida, o estudo pretende contribuir no fomento ao empreendedorismo para os deficientes, a fim de que esses possam ter, além da possibilidade de inclusão social por meio de vínculo de emprego com as empresas, a possibilidade de se tornarem pessoas autossuficientes na gestão de seus próprios negócios.

Pretende-se, ainda, chamar a atenção dos órgãos responsáveis para que, cada vez mais e de forma efetiva, proponham acesso à educação adequada, assistência social, acessibilidade física, apoio de políticas públicas e das empresas privadas no fomento ao empreendedorismo.

Partindo do questionamento apresentado no subcapítulo 1.1, almeja-se alcançar os seguintes objetivos com a realização da pesquisa:

- **Objetivo Geral:**

O presente trabalho tem como um de seus propósitos propor diretrizes para estimular o empreendedorismo entre pessoas com deficiência no Estado de São Paulo.

- **Objetivos Específicos:**

- Apresentar o que tem sido feito no Estado de São Paulo para estimular novos negócios para pessoas com deficiência;
- Obter dados primários com empreendedores deficientes de forma a buscar subsídios para a compreensão da constituição de empresas e suas motivações para empreender.

- Obter dados primários com instituições de fomento de forma a levantar informações sobre programas de estímulo ao empreendedorismo;
- Comparar os resultados das entrevistas entre os dois grupos de entrevistados, analisando-os à luz da teoria, de forma a se atingir o objetivo geral proposto.

### **1.3 Justificativa da Pesquisa**

Como o autor da presente dissertação atua no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), instituição que possui como missão: levar desenvolvimento e competitividade com sustentabilidade às micro e pequenas empresas brasileiras e fomentar o empreendedorismo, surgiu a motivação para a abordagem do tema delimitado. Nesse contexto, será possível contribuir com as experiências vividas no ambiente de trabalho, relacionando-as com as barreiras para o empreendedorismo enfrentadas pelos deficientes, já mencionadas neste trabalho anteriormente.

Apesar de algumas ações que já começam a despontar, como as já descritas no subcapítulo 1.1, este autor acredita que ainda são incipientes frente ao número de pessoas com deficiência que existe em nosso país. Mais ações podem ser criadas para fomentar o empreendedorismo para pessoas com deficiência, embora medidas já venham sendo tomadas com esse intuito.

Dessa forma, como justificativa prática, tem-se a percepção de que os principais órgãos de fomento do Estado não possuem ações voltadas às pessoas com deficiência. Tal percepção advém do levantamento preliminar realizado pelo autor para a compreensão do contexto em pesquisa.

A busca e seleção de artigos científicos relevantes é uma habilidade importante na vida de qualquer pesquisador que necessita de atualização. Existem várias bases de dados para o pesquisador decidir as fontes primárias e secundárias (VANZ; CAREGNATO, 2007) e a pesquisa bibliométrica pode ser um suporte para essa escolha e para se conhecer a produção acerca de determinada temática. Segundo Krakauer (2011, p.19): “A

bibliometria é um campo da ciência da informação que possui várias utilidades acadêmicas, sendo uma delas o direcionamento do processo de revisão bibliográfica sobre determinado tema, justificando a sua escolha”.

Dessa forma, optou-se em realizar uma pesquisa bibliométrica para conhecer o estado da arte a respeito do tema em estudo e de como auxiliar na escolha da bibliografia de suporte à atual dissertação.

A escolha da base de dados se deu pelo fato do Google Scholar ter se projetado como uma das principais fontes de pesquisa, uma vez que a busca por artigos científicos publicados é feita por toda a rede de internet. Para análise dos dados, optou-se pelo uso da ferramenta Publish or Perish, versão 2014, recurso utilizado por pesquisadores para organização e análise de vários indicadores, entre eles a quantidade de publicações de uma temática.

A pesquisa foi realizada em algumas etapas, como pode ser percebido pelas Tabelas 1 e 2. Na primeira etapa (Tabela 1) foi realizada a pesquisa no dia 07/12/2015 utilizando termos de busca em português. Selecionou-se o período de 2005 a 2015 para a busca, sem qualquer restrição com relação ao tipo de documento neste momento. Obteve-se apenas 1 (um) artigo com a palavra-chave “pessoas com deficiência empreendendo”.



**Tabela 1: Resultados quantitativos obtidos na base de dados Google Scholar, com a ferramenta Publish or Perish com combinações de palavras em português**

Palavras Chave	Quantidade
“empreendedorismo para deficiente”	0
“o deficiente empreendedor”	0
“deficiente empreendedor”	0
“deficiente que empreende”	0
“o deficiente e o empreendedorismo”	0
“empreendedorismo para deficiente”	0
“o deficiente que é empreendedor”	0
“a deficiência e o empreendedorismo”	0
“o deficiente empreendendo”	0
“pessoas com deficiência empreendendo”	1
“pessoas com deficiência e empreendedorismo”	0
“pessoas com deficiência que empreendem”	0
“empreendedorismo para pessoas com deficiência”	0
“deficiente empresário”	0
“deficiente que possui empresa”	0

Fonte: elaborado pelo autor

Na segunda etapa, a pesquisa foi refinada utilizando-se termos na língua inglesa, haja vista a quantidade quase nula de resultados quando utilizados termos em português. A Tabela 2 ilustra o resultado dessa busca, que demonstra a quantidade de documentos encontrados no mesmo período da busca realizada na etapa 1. Dessa forma, foram consultadas 4 outras expressões, todas com a utilização do operador booleano “and”.

**Tabela 2: Resultados quantitativos obtidos na base de dados Google Scholar, com a ferramenta Publish or Perish com combinações de palavras em inglês**

Palavra Chave	Artigos	Livros	Reportagens	Citação	Outros*
Disabled entrepreneur	21	17	-	-	8
Disabled entrepreneurship	6	3	2	-	2
Disabled undertaking	10	-	-	-	3
Entrepreneurship for people with disability	22	-	-	1	10
Total	59	20	2	1	23

\* sem relação com o tema do trabalho.

Fonte: elaborado pelo autor

Acredita-se, em razão da temática ser ainda pouco explorada no país, que o presente trabalho contribuirá tanto na esfera teórica, quanto na prática. Na teórica, no que diz respeito ao avanço das pesquisas que tratem da temática, ou seja, do empreendedorismo entre pessoas com deficiência, e, na prática, no entendimento de ações que futuramente poderão ser tomadas pelos órgãos para estimular o empreendedorismo entre os deficientes, o que mostra a aplicabilidade da presente pesquisa.

#### 1.4 Organização da dissertação

O trabalho apresenta, além da introdução (capítulo 1), mais quatro capítulos, demonstrados na Figura 1. O segundo capítulo apresenta a revisão da literatura, em seguida, no capítulo 3, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na construção da pesquisa. O capítulo 4 apresenta os resultados obtidos com a pesquisa de campo, bem como o entendimento sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência frente aos desafios do empreendedorismo. Por fim, o último capítulo, apresenta as considerações finais, respondendo à questão de pesquisa, além das limitações do estudo, assim como as possibilidades de continuidade da pesquisa.

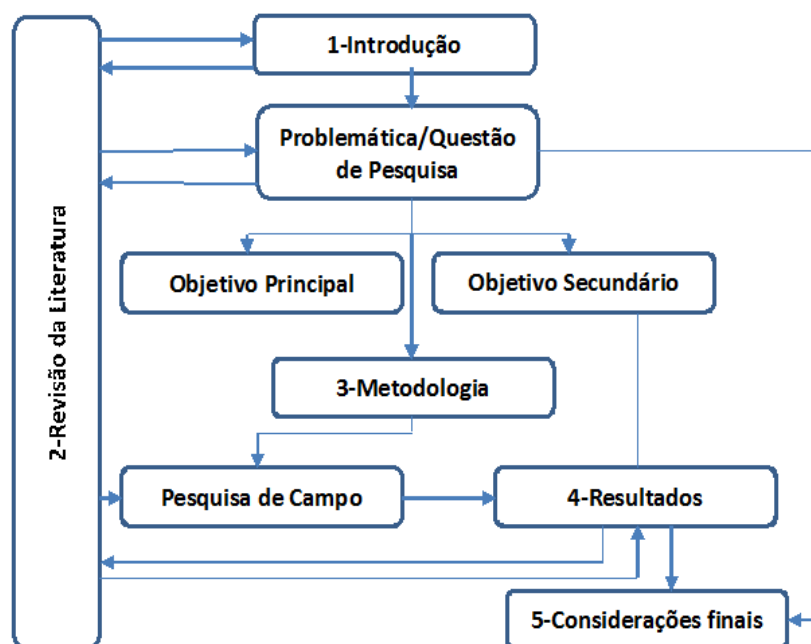


Figura 1: Organização da dissertação  
Fonte: elaborado pelo autor

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os conceitos teóricos que nortearam a pesquisa. Conforme a figura 2, este capítulo foi estruturado de acordo com as três dimensões do estudo: 1 - Empreendedorismo: Conceito e Definição, Empreendedorismo no Brasil, Panorama do Empreendedorismo no Brasil; 2 - Micro e Pequena Empresa: MEI (Microempreendedor Individual), ME (Microempresa) e EPP (Empresa de Pequeno Porte); 3 - Pessoas com Deficiência: Deficiente, Aspectos Históricos sobre o deficiente e Deficiente Empreendedor. A escolha dos temas aqui destacados considerou a pesquisa bibliométrica realizada, bem como outros autores consagrados na temática e indicados pela professora orientadora da dissertação.

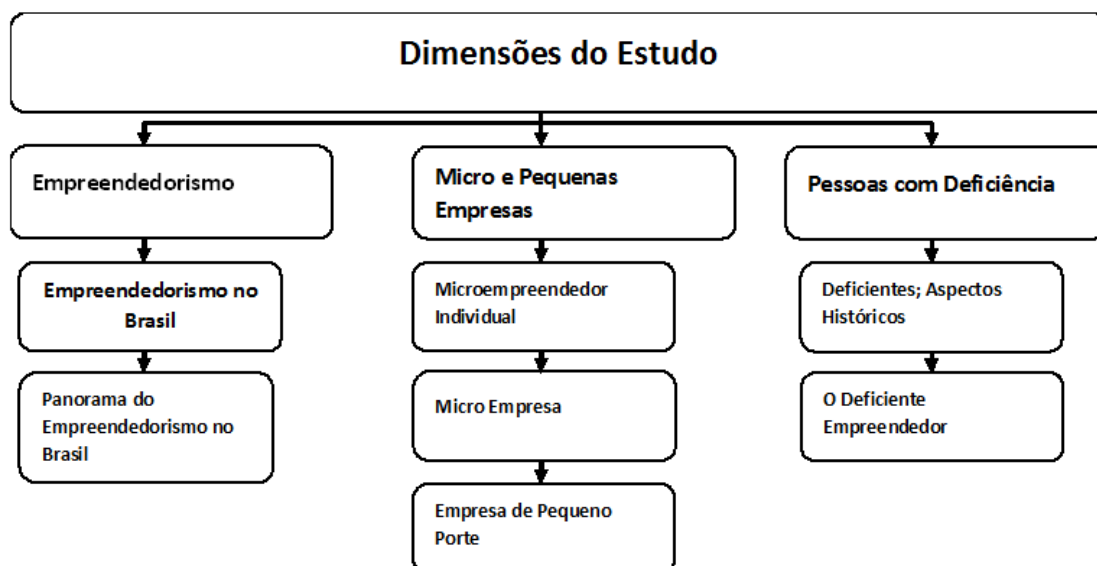


Figura 2: Estrutura da Fundamentação Teórica.

Fonte: elaborado pelo autor

### 2.1 Empreendedorismo

Nesta seção, é apresentada uma contextualização do termo *Empreendedorismo*, a evolução do conceito no decorrer dos anos e as variadas definições a respeito do tema.

### **2.1.1 Abordagens teóricas e conceito**

Segundo Cardozo e Barbosa (2005), vários pesquisadores consideram Marco Polo, como o mais antigo empreendedor, devido às suas características de desbravador, sempre correndo riscos físicos e emocionais. O histórico bibliográfico registra que, em meados do século XVII, a palavra empreendedor, possuía a mesma significância do termo empresário, que referenciava pessoas encarregadas de liderar expedições militares (TOMECKO, 1992).

De lá para cá, vários pesquisadores estudaram o tema no decorrer dos anos e, historicamente, algumas abordagens sobre o pensamento empreendedor foram sendo delineadas. Segundo Barros, Fiusa e Ipiranga (2005), a primeira abordagem é encontrada no âmbito da economia, com os estudos de Richard Cantillon (1680- 1734) e Jean Baptiste Say (1767-1832). Essa abordagem se desenvolveu de forma considerável, posteriormente, com os estudos realizados por Joseph Schumpeter (1883- 1950). A segunda abordagem veio por meio dos estudos de David McClelland a partir da década de 1960 e cresceu nos últimos anos, trazendo em suas pesquisas a caracterização dos empreendedores por meio da perspectiva de seu comportamento, evidenciando aspectos psicológicos e sociais de seu perfil.

Segundo Dolabela (2008, p. 65), entende-se que as duas abordagens possuem elementos comuns entre elas. A primeira é a dos economistas, que associavam o empreendedor à inovação e seu papel de destaque no desenvolvimento econômico; já a segunda, é a dos comportamentalistas, que levavam em consideração atitudes como intuição e criatividade, corroborando com Barros, Fiusa e Ipiranga (2005).

Richard Cantillon foi um economista franco-irlandês, que viveu entre as décadas de 1680 e o ano de 1734, acumulou grande riqueza comprando ações e as revendendo com valores inflacionados. Segundo Dornelas (2001), é considerado um dos criadores do termo empreendedorismo, trazendo o seguinte entendimento: o empreendedor é como o indivíduo que assume riscos, já o capitalista é pessoa que detém a quantidade financeira necessária para algo acontecer.

Segundo Dolabela (1999), Jean Baptiste Say, por sua vez, trouxe relevante contribuição para o estudo do tema, pois compreendia o empreendedorismo como um agente de mudanças. Entretanto, quem deu maior projeção a essa corrente foi Joseph Schumpeter, no início do século XX, que associou o conceito de empreendedorismo aos de desenvolvimento econômico e de inovação. Schumpeter compreende o empreendedorismo como 'força motora' de um país, capaz de movimentar positivamente a economia e gerar crescimento econômico.

Segundo Machado (2007), Jean Baptiste Say, nascido em Lyon, na França, em 1767, e faleceu em Paris em 1832, é considerado um dos principais pensadores da Escola Clássica. Teve inúmeras contribuições, inclusive para o desenvolvimento do empreendedorismo e para o bom funcionamento do sistema econômico. Fillion (1999) afirma que Say e Cantillon consideravam os empreendedores como pessoas dispostas a correr riscos, em suma, porque tinham coragem para investir seu próprio dinheiro. Em outras palavras consideravam o empreendedor a pessoa que aproveitava as oportunidades sempre com intuito de maximizar seus ganhos.

De acordo com Fillion (1999, p. 7), foi Schumpeter que, no ano de 1928, ao associar o empreendedorismo à inovação, realmente ganhou mais notoriedade. Schumpeter acreditava que empreender sempre estaria relacionado a uma nova forma de utilização dos recursos, contribuindo assim para explicar a relação do empreendedorismo com o desenvolvimento econômico. Embora não seja o único a associar o empreendedorismo à inovação, uma vez que, segundo Ferreira (2007), outros pesquisadores como Clark, Higgins e Balmol também o fizeram, Schumpeter foi quem idealizou o processo denominado 'destruição criativa'. Esse, segundo sua interpretação, entende que a riqueza é criada a partir da introdução de novos produtos ou serviços no mercado (FERREIRA, 2007).

Para Schumpeter, o progresso da tecnologia e da inovação é o principal indicador do desenvolvimento de um país. Ambos são promovidos exatamente pelos empreendedores, uma vez que, segundo ele, é o empreendedorismo que faz com que as coisas funcionem em um país (DEGEN, 2009).

Dessa forma, compõem a primeira abordagem os economistas que consideraram o empreendedorismo como uma função, se interessavam pelos resultados das ações dos empreendedores e não única e exclusivamente pelos empreendedores e suas ações. Dentre eles, podemos citar Cantillon (1697-1734), Say (1768-1832) e Schumpeter (1883-1950).

A segunda abordagem, a dos chamados behavioristas ou comportamentalistas (psicanalistas, psicólogos, sociólogos e vários outros ligados ao comportamento humano), compreendia os empreendedores como indivíduos, com análises sobre seus valores, o ambiente e suas motivações. Tal linha de pensamento tem como pioneiro David McClelland. No início da década de 1960, intrigado com o significativo crescimento da União Soviética, conseqüentemente, com o declínio dos americanos, realizou uma pesquisa com o intuito de compreender o ápice e também o declínio de um povo, acreditando que o que precedia o apogeu de uma civilização estava associada e influenciada por “heróis populares”, ou seja, pessoas com as quais os jovens se identificavam (FILION, 1999, p. 8).

Segundo Santiago (2009), McClelland, na década de 1960, teve contribuição significativa nos estudos sobre o empreendedorismo, ao relacionar o crescimento econômico à iniciativa empresarial. Em seu livro *The Achieving Society* (1961), o autor busca fazer uma relação entre o progresso econômico e a necessidade popular de realização. Ele realizou suas pesquisas baseadas em necessidades, a saber: realização, poder, afiliação e também o comportamento humano. O quadro 1 apresenta a pesquisa baseada em necessidades realizada por MacClelland (1961).

**Quadro 1 - Pesquisa de competências**

<b>Pesquisa de Competências</b>	
<b>Realização</b>	<b>Conseguir algo difícil, dominar, manipular ou organizar objetos físicos, seres humanos ou ideias</b>
<b>Poder</b>	<b>Controlar o ambiente, influenciar ou dirigir o comportamento dos outros, pos sugestão, sedução, persuasão ou comando</b>
<b>Afiliação</b>	<b>Aproximar-se e colaborar com prazer e retribuir a um aliado que se pareça com a própria pessoa, ou alguém que goste dela.</b>

Fonte: elaborado a partir de Santiago (2009)

“Para a necessidade de realização, deu-se o conceito de conseguir fazer algo difícil, dominar, manipular ou organizar objetos físicos, seres humanos ou ideias. Superar obstáculos e atingir um alto padrão. Rivalizar e superar os outros” (MORALES, 2004 p. 39).

A necessidade de poder é definida como “necessidade de controlar o ambiente, influenciar ou dirigir o comportamento de outros por sugestão, sedução, persuasão ou comando. Convencê-los que a sua opinião é a correta” (MORALES, 2004, p. 40).

Enfim, a necessidade de afiliação é descrita como aproximar-se e colaborar com prazer e retribuir a um aliado que se pareça com a própria pessoa, ou seja alguém que goste dela. Aderir e parecer legal a um amigo” (MORALES, 2004, p. 40).

De acordo com Degen (2009), os empreendedores são pessoas com diversos diferenciais entre elas, a motivação e o amor por aquilo que fazem. São indivíduos que buscam intensamente seu espaço, prezando sempre a busca de reconhecimento e valorização, com o objetivo de fazer história.

Em outra abordagem, destaca-se o sociólogo e historiador Max Weber, que buscava o sentido da ação do empreendedor, compreendendo a motivação, a cognição e outros impulsos como dimensões fundamentais da análise e não somente o aspecto econômico. Weber afirma que as antigas relações de produção baseadas no tradicionalismo, o qual considera o modo de vida, a quantidade de trabalho, a margem de lucro, atividades que significavam acomodação e que foram aos poucos dando espaço para o que chamou de: ‘agente inovador e em determinadas ocasiões de empreendedor’. Weber (1996) descreve em livro (já em sua 6ª edição):

Algum jovem de família de produtores vindos de outra cidade escolheu com cuidado os tecelões para empregados, aumentou enormemente o rigor da supervisão sobre o trabalho e os transformou de camponeses em operários. Por outro lado, teve também de mudar seus métodos de comercialização afinal; além disso, assumiu os detalhes em suas mãos, cuidou pessoalmente dos clientes visitando-os anualmente e, acima de tudo adaptou a qualidade do produto diretamente às necessidades e gostos desses clientes. Começou, ao mesmo tempo, a introdução da política de preços baixos e de alto giro. Repetiu-se aqui o ocorrido em todos os lugares e sempre como consequência

do processo de racionalização: aqueles que não seguiram o mesmo processo tiveram que sair do negócio. O estado idílico desmoronou sob pressão de uma amarga e competitiva batalha, criaram-se fortunas consideráveis que não foram aplicadas a juros, mas sempre reaplicadas no negócio. A antiga atitude prazerosa e confortável para com a vida cedeu lugar a uma rígida frugalidade, da qual alguns participaram e chegaram ao topo, pois que eles não queriam consumir, mas ganhar, enquanto outros, que quiseram conservar o modo de vida antigo, foram forçados a cortar seu consumo (WEBER,1996, p.59).

Após McClelland, na década de 1960, houve um domínio por parte dos comportamentalistas, período que compreendeu as décadas de 1970 e início dos anos 1980. Na ocasião, o grande desafio dos pesquisadores era dar uma definição sobre os empreendedores e quais eram suas principais características. Estudos sobre comportamento estavam em crescimento contínuo e havia relevante credibilidade em suas metodologias, consideradas as mais confiáveis. Isso fez com que muitos trabalhos fossem produzidos nessa época, inclusive sobre o empreendedorismo (FILION, 1999). Abaixo, no Quadro 2, estão relacionadas as principais características compreendidas e atribuídas aos empreendedores pelos comportamentalistas:

**Quadro 2 - Características dos empreendedores**

<b>Características dos Empreendedores</b>		
<b>Inovação</b>	<b>Otimismo</b>	<b>Tolerância à ambiguidade e à incerteza</b>
<b>Liderança</b>	<b>Orientação para Resultados</b>	<b>Iniciativa</b>
<b>Riscos moderados</b>	<b>Flexibilidade</b>	<b>Capacidade de Aprendizagem</b>
<b>Independência</b>	<b>Habilidade para conduzir situações</b>	<b>Habilidade na utilização de recursos</b>
<b>Criatividade</b>	<b>Necessidade de realização</b>	<b>Sensibilidade a outros</b>
<b>Energia</b>	<b>Autoconsciência</b>	<b>Agressividade</b>
<b>Tenacidade</b>	<b>Autoconfiança</b>	<b>Tendência a confiar nas pessoas</b>
<b>Originalidade</b>	<b>Envolvimento a longo prazo</b>	<b>Dinheiro como medida de desempenho</b>

Fonte: Filion (1999, p.9).



Outro pesquisador que trouxe contribuições sobre o empreendedorismo, em uma abordagem mais voltada para a gestão, foi Peter Ferdinand Drucker, considerado por muitos como a pai da administração moderna. Esse autor afirmava que a empresa que conseguir vencer o desafio de vender os produtos ou serviços certos para as pessoas certas, na quantidade correta e com preços corretos, não precisaria dispendir força alguma para vender, uma vez que a comercialização desse produto ou serviço aconteceria naturalmente, sem esforço algum.

Segundo Drucker (2000), o espírito empreendedor e a inovação são fatores fundamentais para a manutenção e continuidade do desenvolvimento da empresa.

O que precisamos é de uma sociedade empreendedora, na qual a inovação e o empreendimento sejam normais, estáveis e contínuos. Exatamente como a administração se tornou o órgão específico de todas as instituições contemporâneas, e o órgão integrador de nossa sociedade de organizações, assim também a inovação e o empreendimento tornar-se-ão uma atividade vital, permanente e integral em nossas organizações, nossa economia, nossa sociedade (DRUCKER, 2000. p. 349).

Assim, vários estudiosos deram contribuições sobre as principais características que um empreendedor deveria possuir, relacionando ou não o empreendedor àquele que inicia um novo negócio.

Para Oliveira (1995), o empreendedorismo está mais diretamente ligado ao negócio propriamente dito: o indivíduo empreendedor é aquele que organiza e/ou reorganiza seus recursos de modo particular e inovador. Bessant e Tidd (2009), complementam Oliveira (1995) e Drucker (2000) ao definir que: “A inovação se resume em uma compreensão dos fatores, elementos esses primordiais para o sucesso ou fracasso do empreendimento”. Atualmente, têm-se os relatórios do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) que voltam o entendimento do empreendedorismo como ação de se iniciar ou ter um negócio próprio, entendimento também recorrente no senso comum e que norteará a presente pesquisa.

Percebe-se, pelo apresentado acima, a dificuldade em se definir o termo. No ano de 1997, a temática do empreendedorismo ganha um novo direcionamento. O

empreendedor, de forma natural, adquire as características necessárias, sem a necessidade de capacitações, cursos ou treinamentos, entretanto se afirma que tais habilidades podem ser complementadas (CUNHA; FERLA,1997).

Para Macedo, Ichikawa e Boava (2012), a abordagem dos economistas entendia os empreendedores como indivíduos associados à inovação e com firme direcionamento ao desenvolvimento, já a abordagem dos behavioristas, em sua grande maioria, conferia aos empreendedores às competências de criatividade, coragem para assumir riscos, liderança e persistência.

Venkataraman (1997) entende que o principal obstáculo para se chegar a uma definição sobre o empreendedorismo é que a maioria dos pesquisadores tem definido o empreendedor exclusivamente pelo que o empresário é ou pelo o que ele faz. Para esse autor, na verdade, dever-se-ia compreender dois fenômenos: a presença de oportunidades lucrativas e a presença do indivíduo.

Segundo Shane e Venkataraman (2000), ao definir o empreendedor como uma pessoa que abre um novo negócio, não se leva em conta a variação da qualidade das oportunidades que pessoas diferentes podem identificar. Segundo os autores, o empreendedorismo está diretamente ligado à identificação e à exploração de oportunidades econômicas, linha de pensamento essa que ganhou notoriedade nos últimos anos e não exclui a relação que possa existir com a abertura de novos negócios.

Para o presente trabalho, utilizou-se a abordagem do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), conceito que será melhor explorado na seção 2.1.3. A abordagem entende como empreendedorismo qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente.

Dessa forma, o presente estudo utilizou a abordagem do GEM (2014) e a definição de Baron e Shane (2007), que entendem o empreendedorismo como a habilidade de perceber possibilidades para criação de novos produtos ou serviços, assim como a verificação de

possibilidades de progresso de um novo mercado, utilizando um novo recurso para andamento de diferentes meios de produção.

### **2.1.2 Lendas e verdades sobre o Empreendedorismo**

Segundo Degen (2009), existe uma grande multiplicação de contos sobre empreendedores heróis, o que torna cada vez mais difícil separar os mitos da realidade. Para melhor compreensão do que são lendas ou verdades, destaca o trabalho de autores como Scott A. Shane, de 2008, da Case Western Reserve University, e C. Mirjan Van Praag e Peter H. Versloot, também de 2008. Foram observados cinco grandes mitos sobre o empreendedorismo na visão desses autores, citadas a partir do trabalho de Degen (2009).

O Quadro 3 apresenta uma síntese, na visão dos autores, sobre o que se transformou em lenda sobre o empreendedorismo, e as verdades sobre o que realmente vem acontecendo.

**Quadro 3 - Lendas e Verdades sobre o empreendedorismo**  
**Lendas** **Verdades**

<b>Estados Unidos é o país do empreendedorismo.</b>	<b>Os indivíduos são mais empreendedores em países mais pobres que nos mais desenvolvidos como os Estados Unidos.</b>
<b>A maioria dos novos negócios é iniciada em setores de alta tecnologia e rápido crescimento.</b>	<b>Os empreendedores não fazem escolhas sobre os melhores setores para iniciar um negócio, eles simplesmente abrem conforme suas experiências e conhecimento.</b>
<b>Sinônimo de Empreendedor é o Bill Gates da Microsoft ou Steve Jobs da Apple.</b>	<b>O típico empreendedor não é única e exclusivamente um gênio da tecnologia, o empreendedor é aquele que inicia um negócio porque não quer trabalhar para os outros.</b>
<b>O novo negócio típico deve crescer rápido e ser inovador.</b>	<b>Tipicamente, os novos negócios são pouco inovadores e usualmente se iniciam em suas casas.</b>
<b>Empreendedores reduzem a pobreza, trazem inovações, criam empregos, reduzem o desemprego, tornam os mercados mais competitivos e promovem o crescimento econômico</b>	<b>Embora ações possam estimular o empreendedorismo, Shane (2008), afirma que não existe evidência que o empreendedorismo promove o crescimento, o que provavelmente acontece é o inverso, sendo o crescimento econômico o fator motivacional para abertura de novos negócios.</b>

Fonte: elaborado pelo autor

Sobre os mitos e verdades apresentados no Quadro 3, destacam-se algumas contribuições:

- Com relação à geração de emprego, Shane (2008), explica que os novos negócios não geram mais empregos do que aqueles já existentes. Para que isso possa acontecer, é necessário considerar como novos os empreendimentos até nove anos após seu início.
- Para Van Praag e Verloot (2008), os novos negócios têm maior contribuição para geração de novos empregos, porém eles os consideram voláteis. Corroboram com Shane (2008) ao afirmar que os novos negócios pagam menores salários e

oferecem menos benefícios e ressaltam que existe uma maior satisfação de emprego em comparação com negócios já estabelecidos. Afirmam que embora os novos empreendedores sejam menos produtivos do que as empresas já estabelecidas, sua produtividade cresce mais rapidamente.

No presente trabalho, foram elencados apenas alguns dos mitos citados por Shane (2008). Percebe-se que as verdades sobre o empreendedorismo são bem diferentes das propostas pelos mitos criados no decorrer do tempo. Sua pesquisa resgata que os empreendedores são pessoas sem deficiência, comuns, que em sua grande maioria abrem seus negócios por necessidade ou como uma escolha de vida, sendo raros exemplos os que enxergaram uma oportunidade e tiraram a ideia do papel.

### **2.1.3 Panorama do empreendedorismo no Brasil**

O presente trabalho utilizou o conceito de empreendedorismo do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), considerado o maior estudo unificado sobre a atividade empreendedora do mundo, reunindo mais de 300 instituições acadêmicas em mais de 100 países.

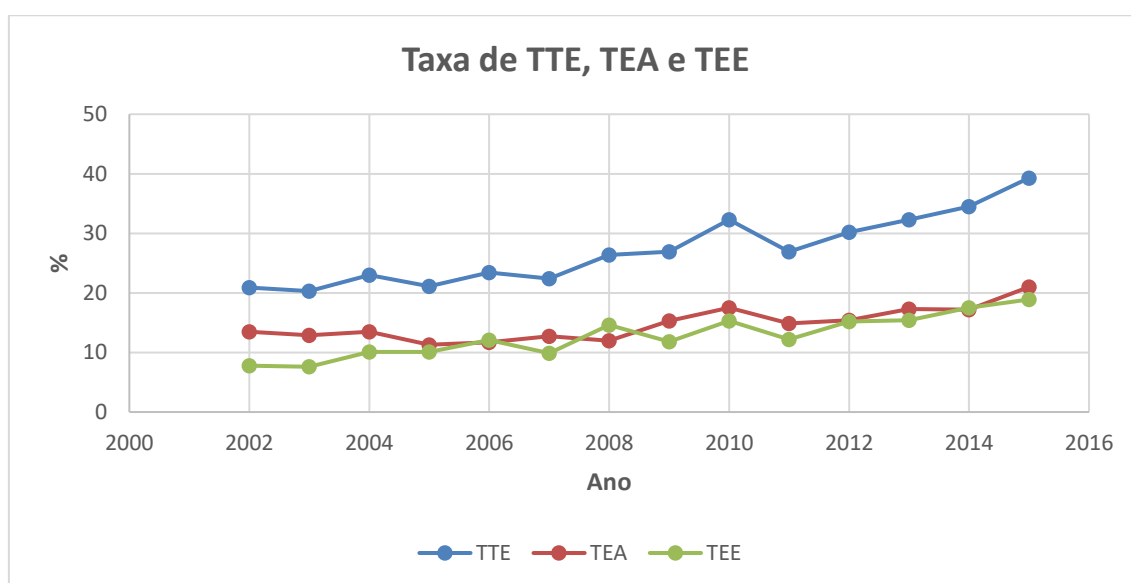
O projeto Global Entrepreneurship Monitor, iniciado em 1999 com uma parceria entre a London Business School e o Babson College, abrangendo no primeiro ano 10 países. Desde então, quase 100 países se associaram ao projeto, que constitui o maior estudo em andamento sobre o empreendedorismo no mundo. Em 2014, foram incluídos 70 países, cobrindo 75% da população global e 90% do PIB mundial. O projeto tem como objetivo compreender o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico dos países. Entende-se como empreendedorismo qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. É importante destacar que o foco principal é o indivíduo empreendedor, mais do que o empreendimento em si (GEM, 2014, p. 7).

O Brasil participa do programa desde 2000, a pesquisa é conduzida pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) e conta com o apoio técnico e financeiro do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). No ano 2011, o Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas tornou-se parceiro acadêmico do projeto (GEM, 2014).

O estudo considerou três indicadores para apresentação de seus resultados, além de ter considerado toda empresa aberta, como um novo empreendedor:

- Taxa Total de Empreendedores (TTE);
- Taxa de Empreendedores Iniciais (TEA);
- Taxa de Empreendedores Estabelecidos (TEE).

Veja-se um breve histórico sobre a evolução de TTE, TEA e TEE, no Gráfico 1, segundo a pesquisa GEM (2015). Percebe-se um aumento recorde na Taxa Total de Empreendedores.



**Gráfico 1: Evolução das taxas de empreendedorismo segundo os estágios: TTE, TEA e TEE**

Fonte: GEM Brasil (2015)

(Nota): No Brasil, a pesquisa foi realizada nos meses de: Setembro, Outubro e Novembro de 2015, com 2000 entrevistas com pessoas de 18 a 64 anos, sendo 74 entrevistas com especialistas em empreendedorismo (GEM, 2015).

Importante ressaltar um resumo da metodologia da pesquisa, que considera o empreendedor da seguinte forma:

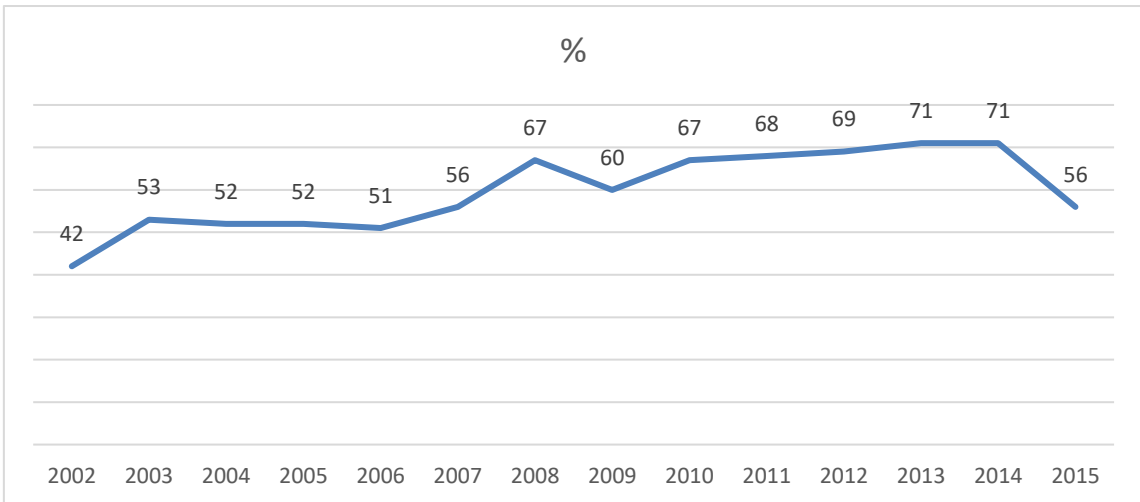
- TEA, aquele que pretende iniciar um negócio ou possui até 3,5 anos de atividade com ou sem empresa constituída;
- TEE, aquele que possui 3,5 anos ou mais de atividade sendo com empresa constituída ou não;
- TTE, a somatória dos empreendedores iniciais com os já estabelecidos.

No ano de 2015, o Brasil atingiu a taxa total de empreendedorismo (TTE), a marca de 39%, isso significa que 52 milhões de brasileiros com idade entre 18 e 64 anos, estavam envolvidos na constituição, continuidade ou preservação de um negócio, contemplando os empreendedores em estágios iniciais ou já estabelecidos. Isso significou um aumento de quase 5%, em comparação com os resultados da mesma pesquisa no ano de 2014 (GEM, 2015).

Ao analisar os tipos de empreendedorismo por necessidade ou oportunidade, considera-se a motivação para abrir um negócio como um dos temas significativos nos estudos sobre empreendedorismo, pois esse elemento demonstra o grau de amadurecimento e desenvolvimento de um país. Aqueles que iniciam suas atividades por necessidade são pessoas que buscam, por meio de seu negócio, gerar renda para si e sua família.

Já os empreendedores por oportunidade são aqueles que identificam uma possibilidade de negócio e tomam a decisão de empreender, mesmo tendo outras opções de empregabilidade e renda (GEM, 2013).

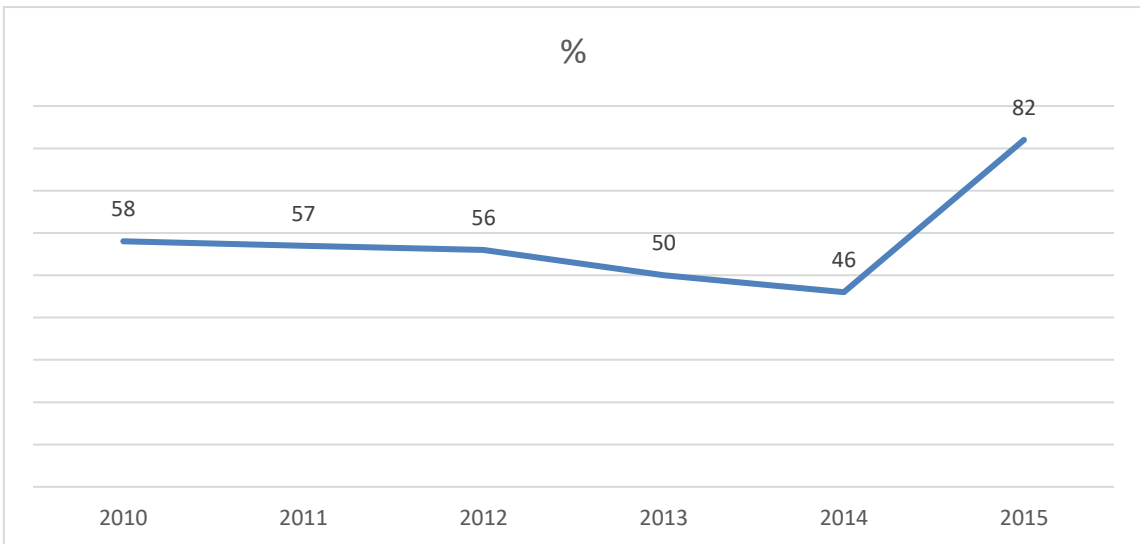
O Gráfico 2 apresenta o desempenho percentual da atividade empreendedora segundo a oportunidade baseado na TEA. Embora o Brasil tenha aumentado sua taxa total de empreendedores entre os anos de 2014 e 2015, analisa-se que o maior impacto veio por meio dos empreendedores por necessidade, muito provavelmente por conta de reflexos da situação atual do país, que está com índices altíssimos de desemprego.



**Gráfico 2: Evolução da atividade empreendedora de acordo com a taxa de TEA para empreendedores por oportunidade.**

Fonte: GEM Brasil (2015)

O Gráfico 3 apresenta a evolução da atividade empreendedora de acordo com a taxa TEA para empreendedores por necessidade. Inversamente ao Gráfico 2, esse apresenta, depois de vários anos em queda (2010 a 2014), um abrupto crescimento nas taxas em 2015.



**Gráfico 3: Evolução da atividade empreendedora de acordo com a taxa TEA para empreendedores por necessidade – Brasil**

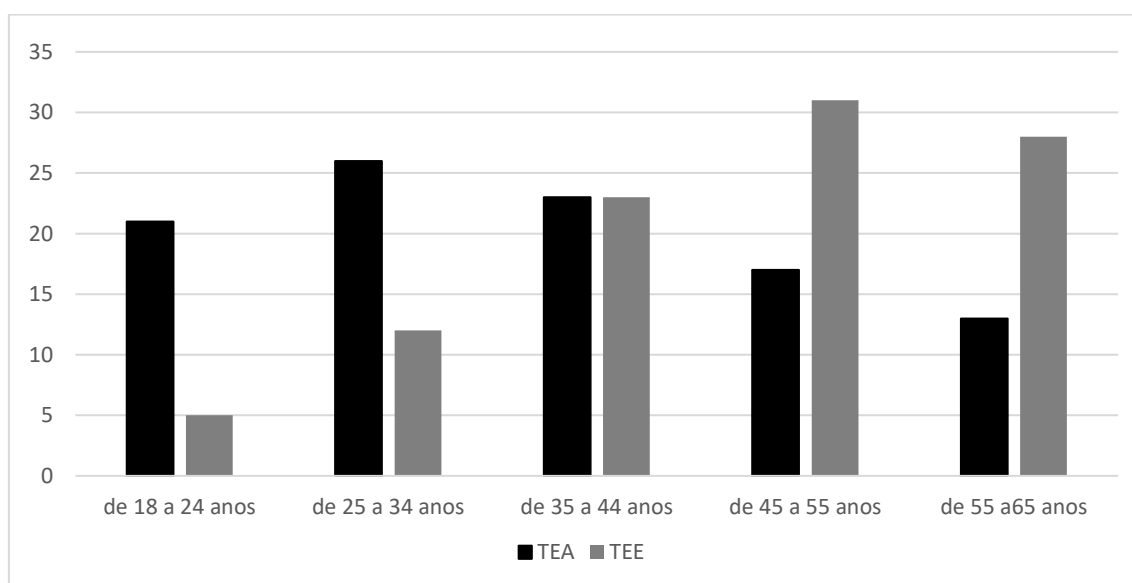
Fonte: GEM Brasil (2015)

Embora os dados apresentados no Gráfico 1 demonstrem o crescimento de quase 5% na taxa de TTE no comparativo entre os anos de 2014 e 2015, o que aponta um



significativo aumento entre os empreendedores por necessidade e, conseqüentemente, como compreendido através do Gráfico 2, uma diminuição do percentual entre os empreendedores por oportunidade.

O Gráfico 4 apresenta o resultado do estudo sobre a faixa etária entre os empreendedores, trazendo dados que demonstram que aqueles com idade entre 25 e 34 anos são os mais ativos e os que estão na faixa de 55 e 64 anos, os menos ativos, no que tange aos empreendedores iniciais.



**Gráfico 4: Taxas de empreendedorismo por faixa etária- Brasil**  
Fonte: GEM Brasil (2015)

A Tabela 3, a seguir, apresenta o percentual de empreendedores segundo características sociodemográficas, apontando a seguinte distribuição entre os empreendedores:

- Quanto ao sexo, os empreendedores iniciais apresentam números similares entre homens e mulheres, sendo 51% e 49%, respectivamente. Já entre os empreendedores estabelecidos, a proporção passa a ser de 56% e 44%.
- Quanto à faixa etária, os empreendedores iniciantes, entre 18 e 34 anos, representam 52% do total, sendo que aqueles entre 45 e 54 anos, 24% do total, representam o percentual menos ativo. Entre os empreendedores estabelecidos, há uma inversão: 22% têm idade entre 18 e 34 anos, enquanto os que têm entre 45 e 54 anos representam 50%. A faixa entre 35 e 44 anos não

demonstra significativas diferenças entre os iniciantes e os estabelecidos, sendo 24% e 28%, respectivamente.

- Tanto para empreendedores iniciais, quanto estabelecidos, há predominância de pessoas casadas; já entre os solteiros, a maioria é de iniciantes.

**Tabela 3: Características gerais do empreendedor**

Características do empreendedor	Brasil 2015		
	TEA	TEE	TTE
<b>Gênero</b>			
Masculino	51,0	55,7	53,3
Feminino	49,0	44,3	46,7
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0
<b>Faixa Etária</b>			
De 18 a 24 anos	19,2	4,9	12,6
De 25 a 34 anos	32,8	17,0	25,7
De 35 a 44 anos	24,3	27,6	25,5
De 45 a 54 anos	15,2	30,8	22,6
55 a 64 anos	8,4	19,6	13,6
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0
<b>Estado Civil</b>			
Casado	37,0	47,4	41,8
União Estável	18,1	16,0	17,3
Divorciado	4,5	9,2	6,8
Solteiro	39,2	22,6	31,1
Viúvo	1,0	4,0	2,4
Outros	0,2	0,8	0,5
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0
<b>Cor</b>			
Branca	38,4	38,0	38,2
Preta	9,4	8,0	8,6
Parda	52,0	52,7	52,4
Outras	0,2	1,3	0,7
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEM Brasil (2015)

Segundo o GEM (2015), dentre os empreendedores pesquisados, 14% foram em busca de instituições públicas ou privadas de apoio ao empreendedorismo. Os números são apresentados na Tabela 4.

**Tabela 4: Porcentagem de TTE, segundo aqueles que buscaram apoio de algum órgão público ou privado – Brasil – 2015.**

<b>Órgão de Apoio</b>	<b>2015</b>
Procurou algum órgão de apoio	14,1
Principais órgãos de apoio procurados <sup>1</sup>	
Sebrae	66,2
Senac	13,9
Senai	13,8
Outros <sup>2</sup>	19,3

Fonte: GEM Brasil (2015)

<sup>1</sup> A soma das alternativas pode não totalizar 100% devido a multiplicidade de escolhas nas respostas.

<sup>2</sup> Para essa alternativa foram considerados os seguintes órgãos: Associações Comerciais, SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), Sindicatos, Banco do Nordeste, CNEI ( Conselho Nacional de Empreendedorismo e Inovação), FAERJ (Federação de Automobilismo do Estado do Rio de Janeiro), FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), Legião da boa vontade, Prefeituras, PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), SESI (Serviço Social da Indústria).

Quanto à mentalidade empreendedora no Brasil, percebe-se que o brasileiro concorda e tem percepção positiva quanto à atividade de empreender e quanto ao indivíduo envolvido com seu próprio negócio (GEM, 2015). Vejamos na Tabela 5, os resultados da pesquisa de 2015 em percentual.

Segundo o estudo, entre 70 e 80% dos indivíduos pesquisados concordam que abrir o próprio negócio é uma boa opção de carreira, dão méritos aos empreendedores de sucesso e também acompanham na mídia as histórias que deram certo.

**Tabela 5: Evolução da mentalidade empreendedora no país – Brasil – 2015.**

<b>Mentalidade</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Afirmaram que desejam ter seu próprio negócio.	31,4	34,5
Afirmam conhecer pessoalmente alguém que começou um novo negócio nos últimos 2 anos.	37,7	51,7
Afirmam perceber, para os próximos seis meses, boas oportunidades para se começar um novo negócio nas proximidades onde vivem.	55,5	42,4
Afirmam ter o conhecimento, a habilidade e a experiência necessários para iniciar um novo negócio.	50,0	58,3
Afirmam que o medo de fracassar não impediria que comessem um novo negócio.	60,9	50,5
Concordam que no Brasil a maioria das pessoas preferiria que todos tivessem um padrão de vida parecido.	Sem dados	76,4
Concordam que no Brasil a maioria das pessoas considera que abrir um negócio é uma opção desejável de carreira.	Sem dados	77,7
Concordam que no Brasil aqueles que alcançam sucesso ao iniciar um novo negócio têm status perante a sociedade.	Sem dados	80,1
Concordam que no Brasil, a mídia apresenta, com frequência, histórias sobre novos negócios de sucesso.	Sem dados	69,6

Fonte: GEM Brasil (2015)

Percebe-se, com isso, que abrir seu próprio negócio ainda circula entre os principais sonhos dos indivíduos pesquisados, demonstrando um aumento de 3% sobre o ano de 2014. Há comparação positiva também quanto ao questionamento sobre conhecer pessoas que possuem negócios próprios: a porcentagem passou de 38%, em 2014, para 52% em 2015.

Entretanto um fato relevante a ser ressaltado é que os brasileiros demonstraram mais receosos com o envolvimento na abertura de um novo negócio. Segundo a pesquisa houve uma redução daqueles que enxergam oportunidades, passando de 56%, em 2014, para 42% em 2015; assim como os entrevistados que afirmaram não ter medo de fracassar, passando de 61%, em 2014, para 50% em 2015.

Destaca-se após analisar o GEM de 2015, que não há números sobre empreendedores com deficiência, o que torna o estudo interessante com vistas a complementar as informações apresentadas pelo relatório.

## 2.2 Micro e Pequenos Negócios

Diversos estudos acadêmicos nacionais e internacionais (WENNEKERS; THURIK, 1999; DOLABELA, 1999; GEM, 2004) enfatizam a importância das MPEs no desenvolvimento econômico local. Contribuições nas taxas de empregabilidade, desenvolvimento de tecnologias e geração de produtos e serviços que agregam valor econômico são exemplos que estimulam a dinâmica desses empreendimentos. Contudo, diversos países, principalmente os subdesenvolvidos e os em desenvolvimento, enfrentam dificuldades na expansão e formalização dos negócios, comprometendo os efeitos positivos gerados na aplicabilidade desses programas.

De acordo com Schumpeter (1961), em seu clássico *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, como já mencionado no subcapítulo 2.1.1, o empreendedor é uma fortaleza para o crescimento econômico, ao dispor no mercado novos produtos que estimulam esse ciclo de inovações e que tornam ultrapassados os produtos e as tecnologias que não evoluem. O que, posteriormente, seria chamado de 'destruição criativa'.

Porter (1992) corrobora com essa afirmação e ressalta que o empreendedor participa efetivamente do desenvolvimento econômico, especialmente através da inovação e, também, por meio da competitividade que gera em relação aos concorrentes. Para Porter, inovar e criar novos produtos e processos de produção que estão diretamente relacionados ao quanto um país pode ser competitivo.

Barros e Miranda (2008) afirmam que o empreendedorismo dos pequenos negócios é quase unânime, visto como benefício para a vida econômica e social dos países e regiões.

Neste contexto, pela percepção do presente autor, desde 2006 o Brasil está em um processo de constante transformação no que se refere às práticas de políticas públicas direcionadas à regulamentação das MPE's. A ascensão da Lei Geral das Microempresas

e Empresas de Pequeno Porte e a criação do Simples Nacional contribuem para o processo de desburocratização e formalização dos microempreendedores.

Segundo o SEBRAE (2016), a lei geral das microempresas e empresas de pequeno porte, instituída em 2006, a ser melhor explicada na seção 2.1.4, prevê um tratamento diferenciado para esses tipos de empresa. A lei trouxe diversos benefícios, como a criação de um regime tributário específico para os pequenos negócios, com redução da carga de impostos e simplificação no recolhimento, além de desburocratização no processo de abertura das empresas e facilidade de acesso a crédito e estímulo à exportação.

Para isso, a Lei Geral criou critérios para enquadrar esses 3 tipos de empresas, e se utilizou da receita bruta como um dos principais parâmetros, sendo:

- MEI – Microempreendedor Individual – pessoa que trabalha por conta própria, que se enquadra no Simples Nacional, pode atingir uma receita bruta anual de até R\$ 60.000. Esse empreendedor não pode ter participação em outra empresa, pode ter até um funcionário;
- ME – Microempresa – é a sociedade empresária podendo ser simples, individual de responsabilidade limitada, obrigatoriamente registrada nos órgãos competentes, poderá atingir no máximo o faturamento de R\$ 360.000 anuais;
- EPP – Empresa de Pequeno Porte, similar à microempresa, porém com faturamento acima de R\$ 360.000, ainda que com limite de R\$ 3,6 milhões anualmente.

O Quadro 4 resume os parágrafos acima conforme os principais tipos de empresa.

**Quadro 4 - Características das micro e pequenas empresas**

Tipo de Empresa	Enquadramento Faturamento Mensal			Sócio/ Titular	Opções Tributárias	Onde Formalizar	Observações
	MEI	ME	EPP				
<b>Empresário Individual</b>	Até 60 mil	-	-	Um titular	Simples Nacional	Portal do Empreendedor	Pessoa física que se coloca como titular e responde de forma ilimitada pelos débitos do negócio
	-	Até 360 mil	Até 3,6 milhões	Um titular	Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real	Junta Comercial	
<b>Empresa Individual de Responsabilidade Limitada</b>	-	Até 360 mil	Até 3,6 milhões	Um titular	Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real	Junta Comercial	O empresário responde sobre o capital social da empresa. Necessário para composição o valor de 100 salários mínimos vigente
<b>Sociedade Limitada</b>	-	Até 360 mil	Até 3,6 milhões	Dois ou mais sócios	Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real	Junta Comercial	Os sócios respondem sobre o valor do capital social da empresa, sem valor mínimo de capital
<b>Observações</b>	Pagamento de impostos com guia de valor fixo	Necessário para optar pelo Simples Nacional, oferece vantagens em licitações públicas e não exige a contratação de menor aprendiz					

Fonte: Capital Social (2015)

### 2.2.1 Mapeamento da importância das MPE's no Brasil

Segundo estudos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2016) no Estado de São Paulo, a participação das microempresas pode ser atribuída conforme os seguintes percentuais:

- 48% do saldo de empregos formais;
- 27% do PIB;

- 48% das novas vagas geradas por mês;
- 99% do total das empresas.

Sendo:

- 9% na indústria;
- 4% na construção civil;
- 38% no comércio;
- 40% em serviços;
- 9% Agropecuária.

Segundo o SEBRAE (2013), no Brasil existem 6,4 milhões de empresas. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas. Para Baggio e Baggio (2015), embora as MPE's contribuam significativamente para a economia do país, o Brasil poderia viver atualmente uma explosão de empreendedorismo, mas isso só pode ser feito pelos brasileiros, que têm poder para que isso ocorra.

### **2.2.2 Ambiente regulatório para abertura de empresas no Brasil**

Segundo a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2010), o indivíduo que optar por abrir uma microempresa deverá seguir os passos seguintes:

- Comparecer à Junta Comercial: para fazer o registro da empresa e o seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Solicitar a aprovação prévia de órgãos e entidades governamentais, quando for o caso;
- Ir à Secretaria da Receita Federal: fazer a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- Ir à Secretaria da Fazenda: no caso de a empresa exercer atividade comercial ou industrial, deverá fazer a inscrição como contribuinte do ICMS (imposto sobre serviço e circulação de mercadorias);



- Na Prefeitura Municipal: será necessário fazer a inscrição na Secretaria da Fazenda ou de Finanças da prefeitura;
- Fazer inscrição no FGTS: na Caixa Econômica Federal;
- E, por fim, a inscrição nos conselhos de classe, quando for o caso (CREA, CRM, etc.).

Ao analisar a Figura 3 criada pela FIRJAN em 2010, pode-se perceber que não houve mudanças representativas nesse processo no decorrer dos últimos 5 anos, pois os passos permanecem os mesmos.

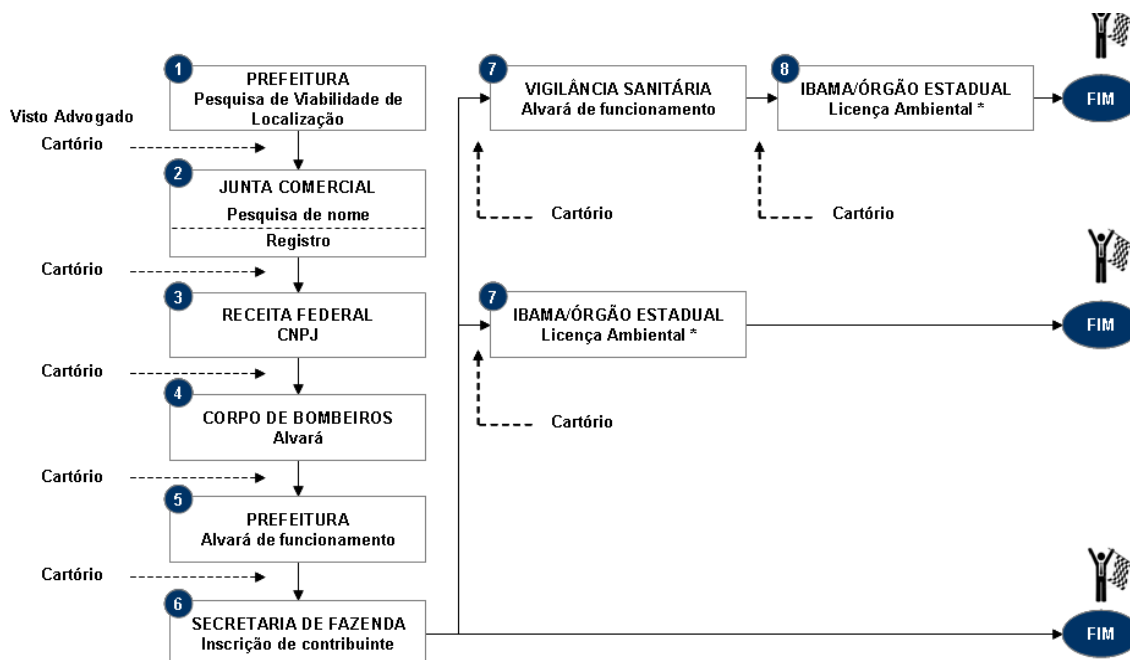


Figura 3: Procedimentos para abertura de empresa no Brasil.

Fonte: Firjan (2010)

## 2.3 Fomento ao empreendedorismo

Esta seção teve como base o trabalho sobre políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas, realizado em 2013 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio dos seguintes organizadores: Marcus Vinicius Peinado Gomes, Mário Aquino Alves e René José Rodrigues Fernandes. Este trabalho conta com a utilização e adaptação de vários outros trabalhos realizados sobre o assunto. Em sendo um dos pilares do questionamento da presente pesquisa o fomento ao

empreendedorismo, o interesse pelo trabalho apontado é apresentar as ações que os municípios ou estados brasileiros têm feito para proporcionar um bom ambiente para se criar e fazer negócios.

De acordo com Sarfati (2013), existem evidências empíricas mostrando uma relação positiva no cruzamento entre a Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial (TEA) e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Quanto maior a taxa de TEA, maior será o crescimento do PIB. Não se pode confundir o trabalhador por conta própria com os empreendedores de alto impacto, pois o primeiro constitui sua empresa para suprir minimamente suas prioridades, o que naturalmente gera empregabilidade; por outro lado as empresas de alto impacto crescem de forma acelerada gerando emprego e valor econômico.

Nesse contexto, Sarfati (2013) entende que seria necessária a diferenciação de políticas públicas voltadas aos empreendedores por conta própria em relação aos empreendedores de alto impacto. No primeiro caso, seriam desejáveis políticas que envolvam programas de apoio ao microempreendedor, trazendo empregabilidade e efeitos macroeconômicos positivos e, no segundo, políticas de fomento para empreendedores inovadores que certamente trarão alto impacto no crescimento econômico, com produtos e serviços de maior valor agregado.

Uma breve definição de empreendedor de alto impacto, segundo Sarfati (2013), mencionando o trabalho da OECD (2011), é que essas são empresas que geraram um aumento na quantidade de empregados nos últimos 3 anos na base de 20%, tendo como parâmetro o mínimo de 10 funcionários no início do período observado.

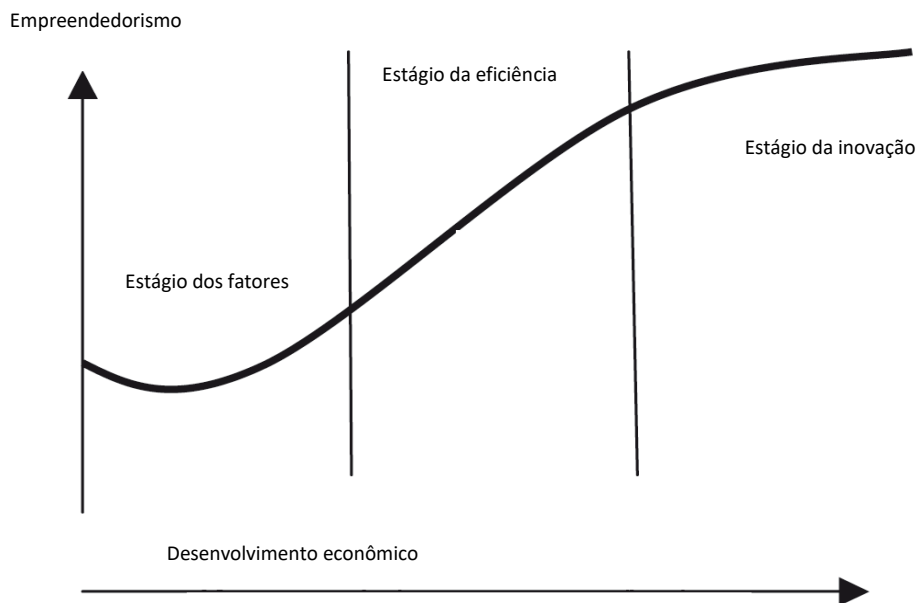
Porter (1992) sugere que os estágios de desenvolvimento econômico sejam divididos em três partes:

1- Estágios movidos por fatores de produção;

- 2- Estágios movidos pela eficiência;
- 3- Estágios movidos pela inovação.

O estágio 1 é aquele movido pela economia agrícola. Atualmente, o país é caracterizado pela produção de *commodities*, bem como produtos e serviços com baixo valor agregado. No segundo estágio, o da eficiência, o país tem que explorar economias de escala que provavelmente favorecerão as indústrias. E, por fim, há o estágio da inovação, com relevante foco no conhecimento, o que claramente caracteriza a atividade empreendedora.

Para ilustrar a relação da atividade empreendedora com os estágios de Porter (1992) tem-se o Gráfico 5:



**Gráfico 5: Estágios do Empreendedorismo**  
Fonte: Ács e Szerb (2009, p.5)

Sarfati (2013), através de sua pesquisa, identificou vários estudos realizados sobre as principais condições que afetam a atividade empreendedora. Dentre os estudos, se destacam os embasados pelo autor na recente literatura: OECD (2011); Henrekson e Stenkula (2009); Hall e Sobel (2006); Murdock (2009); Lundstrom e Stevenson (2001) e

Storey (2008). Desta forma, trouxe as seguintes contribuições sobre as principais condicionantes da atividade empreendedora:

- Mudanças demográficas: movimentos migratórios, idade etc.
- Mudanças sociais: consciência ambiental, nível de educação etc.
- Mudanças econômicas: estabilidade macroeconômica, relações comerciais com outros países etc.
- Mudanças regulatórias: oportunidades advindas de mudanças na regulação em setores específicos, incluindo regulações definidas em contextos multilaterais.
- Mudanças tecnológicas: emergência de novas tecnologias.

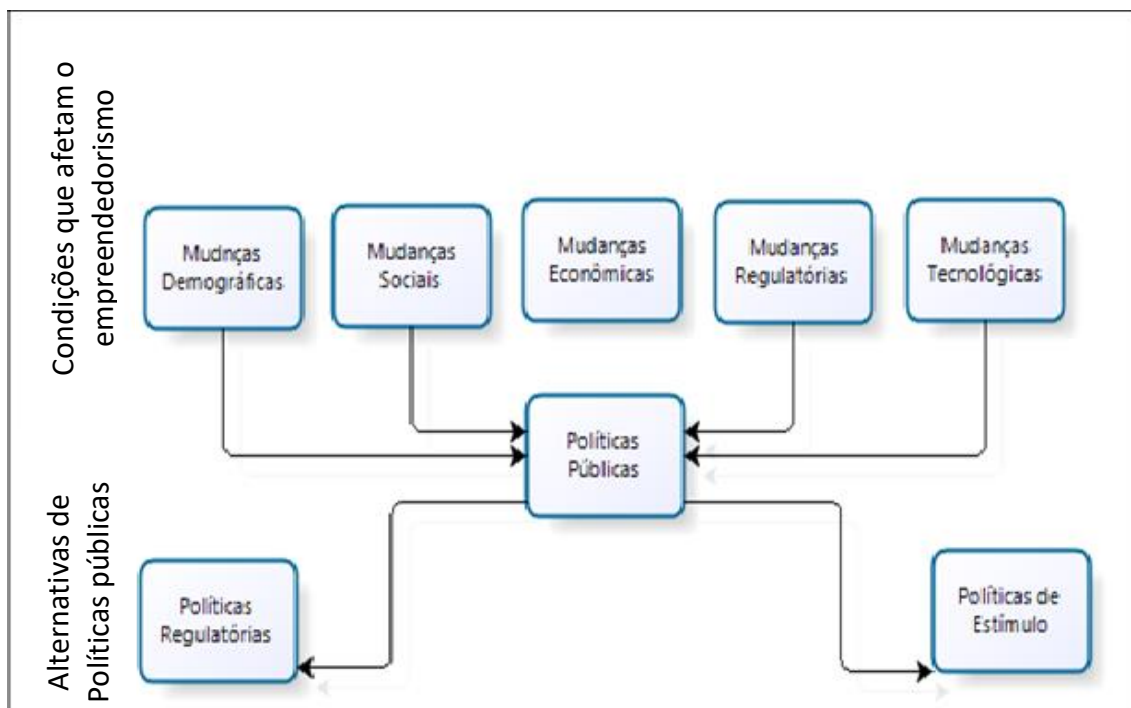
Essas condicionantes afetam diretamente o desenvolvimento de políticas públicas de empreendedorismo e de MPE's. As políticas podem ser classificadas em políticas regulatórias e políticas de estímulo. Dentre as políticas regulatórias que afetam as MPE's e o empreendedorismo estão:

- Regras de entrada e saída de negócios;
- Regras trabalhistas e sociais;
- Regras de propriedade;
- Regras tributárias;
- Regras de propriedade intelectual;
- Regras de falência;
- Regras que afetem a liquidez e disponibilidade de capital (incluindo taxas de juros e acesso a financiamento).

Por outro lado, as políticas de estímulos estão relacionadas às ações que diretamente promovem a atividade empreendedora. São elas:

- Promoção de cultura e educação empreendedora;
- Desenvolvimento de indústria de incubadoras e *venture-capital*;
- Programas de promoção à inovação (pesquisa e desenvolvimento);
- Programas de fomento à internacionalização.

Vejamos, na Figura 4, uma representação mais simplificada do exposto nos parágrafos acima:



**Figura 4: Opções de políticas públicas e exceções da atividade empreendedora.**  
 Fonte: Adaptado de Sarfati (2013)

Segundo Sarfati (2013), o Brasil não conta com apoio de políticas públicas para as MPE's. Ainda hoje, a principal instituição que incentiva as micro e pequenas empresas é o SEBRAE. Somente a partir da década de 1990, surgiram dois grandes eixos que modificaram o apoio das políticas públicas em relação às MPE's. Primeiramente, surgiu a Lei nº 9.317/1996, que recebeu o nome de Lei Federal do Simples, ordenando o tratamento diferenciado no que diz respeito aos tributos recolhidos através das micro e pequenas empresas e, posteriormente, a Lei nº 9.841/1999, mais conhecida como Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, trazendo regulações nos aspectos de trabalho, linhas de crédito, entre outros. Ambas as leis foram revogadas pela Lei Complementar 123/2006, que instituiu o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, que trouxe o tratamento diferenciado e favorecido às MPE's. Outras duas leis relevantes a se assinalar foram as Leis 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem, responsável pelos incentivos fiscais à inovação que, embora sejam mais frequentemente utilizados pelas médias e grandes empresas, já recebem atenção do governo federal para direcionamento também as MPE's.

Já o segundo eixo de mudanças é instituição da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em 2003. Sua principal contribuição é trazer às MPE's a prioridade nas ações que envolvem os Arranjos Produtivos Locais (APL's), definidos por Lastres e Cassiolato (2004) como:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento. Tais arranjos comumente apresentam fortes vínculos envolvendo atores localizados no mesmo território; por sua vez, as interações referem-se não apenas às empresas atuantes em diversos ramos de atividade e suas diversas formas de representação e associação (particularmente cooperativas), mas também às diversas outras instituições públicas e privadas (LASTRES; CASSIOLATO, 2004, p. 10-11).

A partir da PITCE, outras instituições governamentais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) passaram a apoiar as MPE's, principalmente através dos APL's.

Do ponto de vista regulatório, ressalta-se que, apesar dos avanços da Lei nº 123/2006, as ações que envolvem abertura, manutenção ou fechamento de uma empresa no Brasil ainda se apresentam muito complexas e burocráticas. Dessa forma, na tentativa de minimização desses problemas, surge a Lei 128/2008, tendo como principal novidade a criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI). Segundo o SEBRAE (2016), o MEI é um tipo de empresa que surgiu a partir da Lei Complementar 128/2008, com objetivo de tirar da informalidade milhões de empreendedores. O Empreendedor que se enquadra como MEI poderá chegar a um faturamento máximo de R\$ 60.000 ao ano. Além disso poderá contratar até um funcionário e escolher entre as mais de 400 atividades possíveis de enquadramento.

Percebe-se, pelo exposto acima que, apesar de existir, o fomento ao empreendedorismo não é tão forte em nosso país, limitando-se a algumas instituições de fomento e leis regulatórias. Um exemplo retirado do trabalho de Gomes, Alves e Fernandes (2013) pode confirmar que é possível fomentar o empreendedorismo nos municípios brasileiros, destacando-se o caso da cidade de São José dos Campos.

São José dos Campos é uma cidade paulista localizada no Vale do Paraíba, que, segundo o mesmo autor (*op.cit*), tinha como principal atividade a agricultura em meados da década de 1950, mas alguns marcos mudaram a sua história, entre eles:

- Inauguração da Rodovia Presidente Dutra;
- Instalação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA);
- Centro Técnico Aeroespacial (CTA);
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);
- Instalação da Refinaria Henrique Lage da Petrobrás.

Esses marcos motivaram a vinda de grandes empresas, como GM, Johnson & Johnson, Kodak. A cidade, contudo, teve que aprender que grandes marcos também trazem dependências econômicas que repercutem de forma negativa a partir de crises como, por exemplo, a sofrida pela Embraer na década de 1990, quando 3.994 funcionários foram demitidos e, anos depois, em 1997, quando mais 1.700 perderam seus empregos após processo o de privatização.

Nesse mesmo ano, continua Gomes, Alves e Fernandes (2013), o prefeito da cidade começou a incentivar e desenvolver a atividade empreendedora. Destacam-se três ações principais:

- Na educação, introduziu o empreendedorismo no ensino fundamental, trazendo desenvolvimento da cultura empreendedora;
- Criação da Sala do Empreendedor com objetivo de acelerar os processos de abertura de empresa.
- Subsídio financeiro e operacional às incubadoras.

No Quadro 5, cada uma dessas ações pode ser analisada com maior acuidade.

**Quadro 5 - Descrição das ações realizadas em São José dos Campos**

<b>AÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Educação Empreendedora</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciada em 1999, a disciplina foi implementada nas sétimas e oitavas séries, atualmente, nas oitavas e nonas séries;</li> <li>• Em 2004 foi criado o Centro de Educação Empreendedora (CEDEMP), órgão que rapidamente passou a ser o principal interlocutor da atividade empreendedora do município.</li> <li>• Em síntese os alunos cumpriam obrigatoriamente a disciplina empreendedorismo e posteriormente faziam um plano de negócio em grupo de 10 alunos, podendo esses, serem selecionados pelo CEDEMP, para encaminhamento às incubadoras.</li> </ul>
<b>Sala do Empreendedor</b>	<p>A sala foi criada em 1997 com princípio de tornar mais rápido e fácil o atendimento a empreendedores, orientações sobre a inscrição municipal e alvará de funcionamento, processos administrativos, as obrigações, direitos, integração entre órgãos municipais, estaduais e federais.</p> <p>A sala do empreendedor é exemplo e parâmetro para outras cidades. O SEBRAE disponibiliza inclusive um tutorial para implementar a experiência em outras cidades (Crestana, Durante e Hassan (2009).</p>
<b>Incubadoras</b>	<p>O município conta com 4 incubadoras:</p> <p>1- Incubadora Tecnológica Univap, apoiada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e SEBRAE, criada em 1997 em parceria entre a Prefeitura e a Universidade do Vale do Paraíba (Univap).</p> <p>2- Incubadora Tecnológica Revap, instalada em 2002, direcionada ao segmento de petróleo, atuando em parceria da empresa Revap e Prefeitura com apoio do SEBRAE e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).</p> <p>3- - Incubadora de Negócios, criada em 2005, abriga projetos de empresa em formação e que tenham viabilidade e potencial de mercado.</p> <p>4- Incubaero, especializada em empresas do setor aeroespacial, está sediada no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), órgão do Governo Federal.</p> <p>Em nenhuma delas são encontrados casos de deficientes empreendedores.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

Embora algumas ações já tenham sido tomadas, o que se percebe na literatura são ações pontuais a respeito do fomento ao empreendedorismo. Situação que se torna ainda mais evidente, quando os envolvidos são pessoas com deficiência. Não se encontram artigos que evidenciem o fomento ao empreendedorismo para pessoas desse grupo.



## 2.4 Deficiência e Empreendedorismo

O presente autor ressalta o trabalho realizado por Cid Torquato e Fernando Dolabela, com o título *Empreendedorismo sem fronteira*, publicado em 2015, trabalho esse que foi o principal motivador para a realização desta dissertação, sendo utilizado para a construção deste subcapítulo, acrescido de outros autores, tendo em vista que não foram encontrados muitos estudos com o teor da pesquisa (vide capítulo introdutório). Muitos dos trabalhos encontrados estão voltados à lei de cotas, tema que não é o foco da atual pesquisa. Este subcapítulo fará uma abordagem sobre empreendedorismo e a deficiência, como já descrito como sendo um dos pilares da dissertação.

Segundo Dolabela e Torquato (2015), o empreendedorismo não exclui, afasta ou discrimina pessoas com ou sem deficiência, não impede que o candidato demonstre o seu potencial empreendedor. Não existe uma teoria empreendedora para pessoas com deficiência, sendo necessária a criação de programas específicos para essa relevante quantia de pessoas que vivem no Brasil, o que vai ao encontro do objetivo principal da dissertação.

Sarfati (2013) corrobora com a afirmação acima, embora não especificamente em se tratando das pessoas com deficiência. O autor também acredita que a criação de programas específicos pode auxiliar o processo de fomento e desenvolvimento do empreendedorismo no país.

Na maioria dos casos, a deficiência não é fator impeditivo para que as pessoas possam utilizar e desenvolver suas competências empreendedoras.

Antes de mais nada, é importante a percepção de que a deficiência não é necessariamente um limitador para a tarefa empreendedora, já que empreender requer atividades e atitudes diferentes daquelas de mero executor de tarefas ou funções. Quando se fala em inserção no trabalho da pessoa com deficiência, o que vem à mente é o emprego. E, conseqüentemente, as imensas dificuldades de adaptação, porque empregos definem claramente a tarefa a ser feita. E as empresas não tem como prática projetar funções tendo em vista pessoas com deficiência (DOLABELA; TORQUATO, 2015, p. 91).

Segundo Roni e Ribm (2009), que realizaram um estudo sobre o empreendedorismo para pessoas com deficiência no Reino Unido, a temática é muito recente, tendo início apenas a partir da década de 1990. Para os autores, pessoas com deficiência apresentam desvantagens competitivas quando comparadas com pessoas sem deficiência. São citados exemplos como: aumento nos custos do trabalho, custos de transporte, são considerados mais lentos para execução de tarefas, sendo que, em determinadas situações, até mesmo o preconceito ou superstição interferem no trabalho do deficiente. Uma busca na teoria sobre o empreendedorismo revela que parece não haver espaço para penetração de pessoas com deficiência.

De acordo com Kitching (2014), no Reino Unido, o que determina a deficiência de uma pessoa é a limitação física ou mental que comprometam substancialmente sua capacidade de realizar suas atividades. O autor ressalta a importância de conhecer os variados tipos de deficiência, suas características e particularidades, a fim de que as autoridades políticas possam fazer as devidas intervenções, diminuindo as barreiras ao empreendedorismo.

No Brasil, a definição do deficiente é baseada no decreto nº 3.298 de 1999 nos art. 3º e art. 4º, que identificam em que categoria a pessoa com deficiência se enquadra. Esse posicionamento se dá através do seu nível de limitação e de necessidades e adaptações imprescindíveis para que se desenvolva e se inclua no meio social. Esse decreto define a deficiência como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho da atividade (FRATE; SOUZA; COIMBRA, 2015).

Para Maya (2006), a deficiência é uma condição geral que limita biológica, psicológica e socialmente uma pessoa ao longo de sua vida. Entretanto, o presente trabalho não tem como escopo separar quaisquer tipos de deficiência, mas, sim, refletir sobre o fomento ao deficiente de uma forma generalista.

As autoridades políticas têm desenvolvido ações que incentivam as pessoas com deficiência a se introduzir no mercado de trabalho. No entanto, Kitching (2014) ressalta

que, muitas vezes, as ações são direcionadas ao aumento de participação no mercado de trabalho de forma geral, quando deveriam ser focadas no estímulo ao empreendedorismo, especificamente. Outro ponto é que todas as ações devem ter seus resultados mensurados, para que se possa confirmar se os programas funcionam ou não.

Pelas leituras realizadas pelo presente autor, parece que o indivíduo deficiente que queira empreender, o faz muito mais por sua iniciativa do que, efetivamente, pela ajuda ou incentivo de instituições ou órgãos públicos. No livro de Dolabela e Torquato (2015), por exemplo, percebe-se que existe uma barreira ao se fazer a relação entre empreendedorismo e deficiência. Existe, em primeiro lugar, o fato da cultura brasileira teimar em desqualificar pessoas com deficiência em sua inserção no universo do trabalho. Outra barreira é o preconceito e, até mesmo, a exclusão a que são submetidos.

Enfim, apesar de exemplos de sucesso entre empreendedores com deficiência, o que se percebe é que não existem programas ou políticas direcionadas às pessoas com deficiência de modo efetivo. Para ressaltar a afirmação, Dolabela e Torquato se utilizam de seus próprios exemplos: quando Torquato decidiu construir o projeto para seu empreendimento, as respostas foram, em suas palavras, as descritas abaixo:

Batíamos nas portas das empresas, cheios de ideias, precisando de patrocínio, mas as nossas propostas eram gentilmente recusadas. As empresas não queriam investir em projetos para pessoas com deficiência. Além disso não tínhamos dinheiro, nem escritório, nem funcionários. Trabalhávamos de nossas casas e estávamos começando a entender o que significava ter uma empresa, contador, emissão de notas, impostos e toda a burocracia necessária para empreender. (DOLABELA; TORQUATO, 2015).

Para Oliveira, Goulart e Fernandes (2009) existem relevantes transformações que as pessoas com deficiência deverão superar para serem incluídas. Essas barreiras deverão ser derrubadas pela própria sociedade, cabendo a ela o suporte necessário para que essas pessoas tenham acessibilidade a todos recursos disponíveis. Embora o direito ao trabalho seja um direito civil individual, na maioria das ocasiões, as pessoas com deficiência encontram obstáculos para ingressar no mercado de trabalho. Os autores dão ênfase aos inadequados recursos para estimular e desenvolver o emprego. Outro

fator preponderante são os critérios de avaliação a respeito de espaços físicos e logísticos totalmente inapropriados, não dispendo condições mínimas para acessibilidade.

No Brasil, uma das principais ações criadas foi o sistema de cotas, na tentativa de assegurar às pessoas com deficiência o acesso ao mercado de trabalho. Porém, essa solução ainda tem um caminho longo a ser percorrido. Neri, Carvalho e Costilla (2002) ressaltam alguns fatores para que se alcancem os benefícios propostos pela lei. Entre eles:

- Competitividade acentuada no mercado de trabalho,
- Baixas taxas ofertadas no mercado formal,
- Falta de informação dos empregadores,
- Baixo impacto gerado nas empresas, que devem ser os principais fomentadores da acessibilidade ao emprego.

Ribeiro e Carneiro (2009) corroboram com a afirmação de Neri, Carvalho e Costilla (2002), sustentando que as aplicações das normas legais acarretam a conduta tímida das empresas, que realizam o que determina a lei de cotas, pois passam por fiscalização. Para que os parâmetros sejam seguidos de forma plena, é preciso que haja mudança na fiscalização, bem como sua intensificação.

Segundo Dolabela (2015), nos Estados Unidos e na Inglaterra não existe determinação de cotas, mas leis rígidas para que as empresas sejam punidas caso não contratem as pessoas com deficiência com a mesma igualdade de outras pessoas. Os números brasileiros, no que diz respeito aos índices de ocupação, estão significativamente abaixo dos desses dois países, situação que se repete, se a comparação for realizada com países como a Turquia, que adota políticas de incentivo, onde a cota é de 3% e os demais tributos são subsidiados pelo governo.

No que diz respeito ao empreendedorismo, a situação não é diferente. O Brasil apresenta um dos piores quadros do mundo na disponibilidade de condições mínimas para se empreender. As leis do trabalho e o sistema de tributação são inadequados,

existe excesso de burocracia, além de oferta de crédito ineficaz (DOLABELA; TORQUATO, 2015).

Frate, Souza e Coimbra (2015), em um trabalho recente sobre a percepção do deficiente a respeito da inclusão no mercado de trabalho, traz por meio de sua pesquisa resultados preocupantes no que diz respeito a inclusão na visão dos deficientes. Questionadas sobre as ações de desenvolvimento profissional proporcionados pelas empresas, o resultado foi que 53% delas não fazem absolutamente nada para promover esse desenvolvimento, e apenas 5% delas avaliam o potencial do trabalhador com deficiência para eventuais promoções na carreira.

Quando perguntados sobre as principais dificuldades enfrentadas na empresa, 44% afirmam que têm dificuldades para execução de algumas tarefas. Ainda segundo o estudo, 61% das pessoas com deficiência entrevistadas entendem que o maior desafio de adaptação diz respeito à sociedade pois, segundo eles, existe ainda muita indiferença por parte das pessoas e, para 61% deles, existe a impressão de que só foram contratados por conta da lei de cotas.

No que se relaciona especificamente ao deficiente empreendedor, foco deste estudo, pela experiência do presente autor, percebe-se que ainda falta muito para que o Estado possa não só inserir pessoas com deficiência no mercado de trabalho, como também, por meio do empreendedorismo, colocá-las na ativa, trazendo crescimento econômico e gerando empregos. O exemplo citado no trabalho da cidade de São José dos Campos (vide a seção 2.2.3) mostra a viabilidade dessa realidade.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos que fizeram parte do levantamento dos dados da pesquisa, bem como classifica o tipo de pesquisa escolhido com base nos objetivos propostos no trabalho.

#### 3.1 Caracterização geral da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa fenomenológica. Segundo Teixeira (2003), mencionando o trabalho de Merriam (1998), pesquisas qualitativas podem ser de cinco tipos:

- Básica ou Genérica: inclui descrição, interpretação e entendimento, identifica padrões recorrentes na forma de temas e categorias, podendo delinear um processo.
- Etnográfica: focaliza seus estudos na cultura de uma sociedade e procura descobrir e descrever crenças, valores e atitudes, estruturas sociais e comportamento em grupo.
- Fenomenológica: descreve a essência ou estrutura básica de um fenômeno e usa dados e experiências daqueles que participam e investigam um fenômeno.
- *Grounded Theory*: construção da teoria a partir de dados baseados na realidade.
- Estudo de Caso: caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a conseguir o conhecimento amplo e detalhado do caso estudado.

O presente estudo pode ser considerado uma pesquisa fenomenológica, pois descreve a essência ou estrutura básica de um fenômeno. De acordo com Decastro e Gomes (2011, p. 155) a pesquisa fenomenológica é um “método para a análise da vivência de um sujeito em determinadas situações do seu cotidiano” sendo, portanto, “orientada à descoberta de significados expressos por um sujeito sobre sua experiência”, o que é condizente com o objeto de estudo da presente pesquisa

Alves (1992, p.55) considera que pesquisas que se contrapõem à busca por causa e efeito, como as com paradigma positivo, tendem a buscar o conhecimento através da

construção social, na qual “os fenômenos só podem ser compreendidos dentro de uma perspectiva holística”. Nesse contexto, a experiência é valorizada.

Após o entendimento da tipologia desta pesquisa, buscou-se a definição de sua natureza e abordagem. Segundo Gil (2007), as pesquisas podem ser classificadas como exploratórias, descritivas ou explicativas. Tais classificações foram sintetizadas por Krakauer (2011, p. 62).

As pesquisas exploratórias permitem maior conhecimento sobre o tema, podendo ser mais flexível quanto ao seu planejamento, de forma a proporcionar familiaridade com diferentes aspectos relevantes ao tema em estudo. As descritivas objetivam a descrição de características da população ou de fenômenos ou mesmo o estabelecimento de relações entre as variáveis. Já as explicativas buscam identificar os fatores responsáveis pela ocorrência de fenômenos, explicando a razão de tais ocorrências.

Para Vieira (2002), a pesquisa exploratória tem como premissa conduzir o pesquisador a uma aproximação do objeto em estudo. O principal objetivo desse esforço é tornar o problema mais explícito, opinião corroborada por Malhotra (2001).

Segundo Oliveira (1997), o estudo exploratório pode proporcionar ao pesquisador a realização de um levantamento provisório a respeito de um acontecimento que posteriormente deseja estudar de forma mais detalhada e aprofundada.

Considerando o objetivo proposto, o presente trabalho caracterizou-se como exploratório e qualitativo. É exploratório, pois tem como principal objetivo possibilitar maior familiaridade com problema. Pode-se dizer que esse tipo de pesquisa tem como objetivo aprimorar ideias ou a descoberta, sendo um tipo de pesquisa flexível que compreende aspectos variados relativos ao objeto de estudo (GIL, 2007).

É qualitativo, pelo fato de não empregar dados estatísticos como foco do processo de análise de um problema, uma vez que o presente trabalho não tem como prerrogativa numerar e medir unidades ou categorias homogêneas (OLIVEIRA, 1997), mas conhecer um fenômeno em maior profundidade. São apontados, ainda, alguns aspectos da abordagem qualitativa, segundo o mesmo autor:

A abordagem qualitativa nos leva, entretanto, a uma série de leituras sobre o assunto da pesquisa, para efeito de apresentação de resenhas, ou seja, descrever pormenorizada ou relatar minuciosamente o que os diferentes autores ou especialistas escrevem sobre o assunto e, a partir daí, estabelecer uma série de correlações para, ao final, darmos nosso ponto de vista conclusivo (OLIVEIRA, 1997, p. 117).

Tendo em vista o problema de pesquisa, a saber, *como instituições de fomento ao empreendedorismo podem estimular as pessoas com deficiência a se tornarem empreendedoras de negócio próprio*, a abordagem qualitativa se mostra mais adequada, em função de se buscar compreender o processo do fomento de empreendedorismo e não a sua quantificação. Yin (2005) comenta que pesquisas que se iniciam com 'Como' tendem a ser qualitativas. Além disso, a abordagem qualitativa se mostra congruente com pesquisas do tipo fenomenológico, conforme argumentado por Alves (1991) e Silva (2006).

### **3.2 Método da pesquisa**

Como método, o presente estudo foi delineado por meio de pesquisa bibliográfica e de levantamento qualitativo, realizado com base em entrevistas em profundidade. A escolha foi realizada em função dos objetivos propostos neste trabalho e tendo-se em vista a natureza fenomenológica da pesquisa, com abordagem qualitativa. Segundo Mattar (2007), o levantamento bibliográfico contribui para busca de conhecimento através de trabalhos realizados por outros estudiosos. E, para Martins (2004), as entrevistas são procedimentos factíveis para pesquisas com abordagens qualitativas.

A entrevista em profundidade se apresentou como relevante ferramenta para obtenção de informações. Segundo Veiga e Gondim (2001, p. 5), as entrevistas exploram dentre os participantes o que eles sabem, creem, esperam, sentem e desejam.

A entrevista é uma técnica através da qual o pesquisador se coloca diante do participante para quem faz perguntas com o objetivo de obter informações que contribuam para a investigação. Trata-se de um diálogo assimétrico em que o pesquisador busca coletar dados e o interlocutor se apresenta como fonte de informação.

Para elaboração de uma proposta com diretrizes para fomento do empreendedorismo, foi realizada uma pesquisa em três etapas:



### **Etapa 1- Levantamento de dados secundários:**

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de proporcionar a familiaridade do presente autor com o tema de interesse do estudo, com objetivo de formular o problema de forma clara e precisa (GIL, 2007). O primeiro passo foi o levantamento bibliométrico, entendido por Vanti (2002) como relevante ferramenta para detectar a utilização dos títulos de uma biblioteca, bem como a obsolescência das coleções. Tal procedimento permite avaliar, também, a produtividade e a qualidade das pesquisas dos cientistas por meio de quantidade de publicações e citações dos pesquisadores. Tais dados foram apresentados no subcapítulo 1.3 do capítulo introdutório. Após a realização do levantamento bibliométrico, os estudos foram selecionados conforme o tema escolhido, acrescidos de artigos indicados pela orientadora do projeto e somados a outros encontrados pelo presente autor, a partir das referências dos trabalhos selecionados.

### **Etapa 2- Levantamento qualitativo com as instituições de fomento (Grupo A):**

Para o levantamento qualitativo, foram realizadas entrevistas em profundidade com representantes de instituições de fomento ao empreendedorismo, que tiveram por finalidade levantar informações, percepções, ações, programas ou projetos direcionados às pessoas com deficiência.

Segundo um estudo realizado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) e o SEBRAE em 2016, o Brasil possui 369 incubadoras em operação, abrigando 2.310 empresas. O Estado de São Paulo conta com 75 incubadoras (SEBRAE, 2016), sendo esta a base para a seleção dos possíveis entrevistados.

### **Etapa 3- Levantamento qualitativo com pessoas com deficiência (Grupo B):**

Foi realizada uma pesquisa de campo com pessoas portadoras de deficiência. Por razão de acessibilidade, foram escolhidas pessoas que buscaram ou não quaisquer instituições com objetivo de orientação sobre o processo de empreender. Além de tais possíveis

entrevistados, foram feitos convites às pessoas de destaque na temática, como Cid Torquato, um dos autores do livro *Empreendedorismo Sem Fronteiras*. A obra, conforme já indicado, foi um dos principais motivadores da construção do presente trabalho.

Para explicar o roteiro metodológico utilizado na pesquisa, apresenta-se a Figura 5, a seguir:

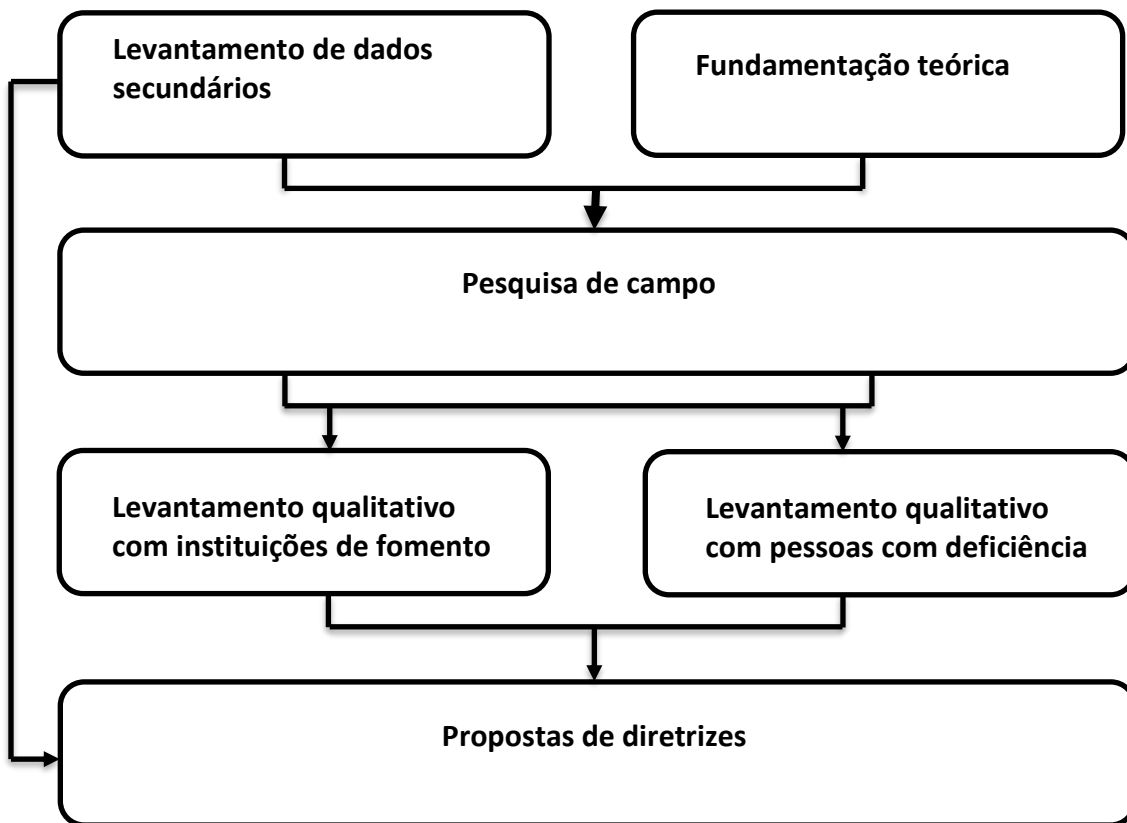


Figura 5: Lógica da pesquisa  
Elaborado pelo autor

### 3.2.1 Procedimentos de coleta e de análise dos dados empíricos

Em se tratando de uma pesquisa fenomenológica e qualitativa, seguiram-se os passos preconizados por Silva (2006) para a coleta de dados para esse tipo de pesquisa, que envolvem três etapas:

- Contextualização das experiências dos participantes.
- Reconstrução dos detalhes das experiências dos participantes dentro do contexto no qual ocorrem ou ocorreram.

- Encorajamento dos participantes a uma reflexão sobre os significados das experiências aprendidas.

Na presente pesquisa, como procedimentos de coletas de dados, foram realizados os seguintes passos:

1- Elaboração do instrumento de pesquisa: como instrumento de pesquisa, para as entrevistas planejadas nas etapas 2 e 3, acima apresentadas, foram desenvolvidos roteiros de entrevista semiestruturados (Apêndices A e B), elaborados à luz da teoria consultada. Foi utilizado o exemplo da cidade de São José dos Campos, mencionado na seção 2.2.3, como base para a elaboração dos roteiros, considerando-se as iniciativas existentes no projeto realizado pela cidade.

2- Pré-teste dos instrumentos de pesquisa: ambos os roteiros foram pré-testados com a finalidade de validá-los, diminuindo possíveis vieses. Durante o pré-teste, foi verificado o entendimento eficiente das questões, bem como o tempo de duração da entrevista.

3- Seleção dos sujeitos sociais da pesquisa: os entrevistados foram selecionados de duas formas. Para as instituições de fomento, foi utilizado o estudo do SEBRAE (2016); para os respondentes da etapa 3, utilizou-se o critério da acessibilidade, com amostra intencional, dessa forma, não houve escolha por deficiência específica, nem por idade ou gênero, sendo que a maioria foi indicado pelas instituições de fomento.

Segundo Krakauer (2011), em pesquisas qualitativas, devem ser entrevistados tantos sujeitos sociais quanto forem necessários para a familiaridade do pesquisador com o tema, ponto sobre o qual outros autores têm a mesma opinião, como Mattar (2007). Assim, seguindo essa recomendação, no presente estudo foram entrevistadas onze pessoas com deficiência e nove pessoas representantes de instituições de fomento, cujo perfil poderá ser analisado no capítulo 4, seção 4.1.

4- Realização da entrevista: foram enviados trinta convites aos potenciais respondentes. Desses, foram aceitos vinte e um deles, sendo que foram concretizadas vinte entrevistas. Estas foram realizadas presencialmente em local escolhido pelo

participante, gravadas com autorização do respondente e tiveram duração de cerca de cinco horas no Grupo A, que corresponde às instituições de fomento e de seis horas no Grupo B, utilizando uma amostragem não probabilística intencional, no qual estão as pessoas com deficiência, nesta etapa o pesquisador assumiu um papel de espectador atento e sintonizado ao que foi relatado (SILVA, 2006).

5- Transcrição das entrevistas: as entrevistas foram transcritas de modo a elaborar um quadro que facilitasse a análise dos achados. Dessa forma, foram gerados protocolos (Apêndice C) que, por sua vez, foram compartilhados com os respondentes, que poderiam ter acrescentado, ou não, mais algum detalhe. Para representar a relação da teoria com o roteiro de trabalho, construiu-se o Quadro 6.

**Quadro 6 - Relação da teoria com o roteiro de trabalho**

Objetivo	Teoria	Questões
Propor diretrizes para estimular o empreendedorismo entre pessoas com deficiência no Estado de São Paulo.	Fomento de empreendedorismo Micro e pequenos negócios Deficiência	Todas as questões do roteiro A e B
Apresentar o que tem sido feito no Estado de São Paulo para estimular novos negócios para pessoas com deficiência.	Micro e pequenos negócios Fomento ao empreendedorismo. Mapeamento da importância das MPE's no Brasil. Ambiente regulatório para abertura de empresas no Brasil.	Roteiro A: Questões do Grupo 2 e 3
Demonstrar as limitações impostas pela falta de apoio das leis, da sociedade, do setor privado, para fomento e crescimento de novos negócios.	Deficiência e empreendedorismo	Roteiro A: Questões do grupo 4
Reunir dados primários com empreendedores deficientes de forma a obter subsídios para compreensão da constituição de empresas e suas motivações para empreender.	Deficiência e Empreendedorismo	Roteiro B: Questões do grupo 3 e 4
Perfil do Respondente	-	Roteiro A: Questões do Grupo 1 Roteiro B: Questões do Grupo 1 e 2

Fonte: elaborado pelo autor

Após a transcrição das entrevistas, os dados coletados foram analisados por meio da análise da narrativa descrita por Walliman (2015), como forma de extrair temas, estruturas, interações e desempenhos dos relatos feitos pelos participantes da pesquisa.

Os procedimentos da análise da narrativa são descritos no trabalho de Muylaert *et al.* (2014):

- (1) Transcrição das entrevistas.
- (2) Redução do texto para obtenção de palavras-chave.
- (3) Interpretação dos achados a partir das palavras-chave.

Dessa forma, dado o destaque tanto por Muylaert *et al.* (2014), quanto por Walliman (2015), para a codificação, foi considerada na presente pesquisa a codificação de padrões, proposta por Walliman (2015, p. 130) para pesquisas com abordagem qualitativa. Assim, a análise de dados foi realizada através dos seguintes passos:

1. Elaboração de protocolos de pesquisa (similares a resumos) que sintetizam os resultados das conversas;
2. Organização do conjunto de dados, elaborando tipologias e taxonomias, ou seja, a classificação por tipos ou propriedades;
3. Redução para palavras-chave;
4. Interpretação dos achados.

### **3.3 Ética da pesquisa**

Por se tratar de uma pesquisa que contará com entrevistas com seres humanos, consideraram-se os preceitos éticos da resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1996), a saber, autonomia, beneficência, não maleficência e justiça:

- Autonomia: a pesquisa tratará os participantes em sua dignidade, esses serão respeitados em sua autonomia e defendidos em sua vulnerabilidade. Todos terão ciência dessas condições.
- Beneficência: o pesquisador se comprometerá a proporcionar o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos ao participante.
- Não maleficência: o pesquisador tomará o máximo de cuidado com todos os danos previstos aos entrevistados, evitando-os prontamente.

- Justiça e equidade: os achados do trabalho serão disponibilizados de forma livre, mantendo o sentido social e humanitário da pesquisa. O presente autor disponibilizará sua pesquisa de forma livre.

Dessa forma, foi desenvolvido um termo de livre consentimento (Apêndice D) que foi entregue a todos os entrevistados antes da realização das entrevistas. Garantindo a confidencialidade dos respondentes, um dos preceitos éticos em pesquisa, tais autorizações serão mantidas com o autor da pesquisa e os respondentes receberam um código para a respectiva menção na dissertação.

## **4 RESULTADOS**

Neste capítulo, são apresentados os resultados alcançados com a pesquisa de campo. A mesma foi realizada com dois grupos de entrevistados, sendo o grupo A formado por instituições de fomento ao empreendedorismo e grupo B, por pessoas com alguma deficiência. O estudo almejou obter subsídios para a elaboração das diretrizes para o fomento de empreendedorismo para deficientes, o que consiste no objetivo geral dessa pesquisa. Atendendo aos procedimentos da análise da narrativa descritos no trabalho de Muylaert *et al.* (2014) e já apresentados no capítulo de métodos do presente trabalho, foram elaboradas planilhas com os principais achados das entrevistas. Os resultados foram consolidados em uma planilha geral (Apêndices E e F) de modo a elencar palavras-chave.

Este capítulo está dividido em cinco seções: a primeira apresenta o perfil dos entrevistados, por grupo; a segunda apresenta um resumo das entrevistas realizadas com as instituições de fomento, grupo denominado no presente estudo como A; a terceira apresenta o resumo do Grupo B, ou seja, das pessoas que possuem alguma deficiência; a quarta seção apresenta a discussão dos resultados à luz da teoria apresentada no capítulo 2 e, por fim, a quinta seção apresenta a proposta das diretrizes.

### **4.1 Perfil dos Entrevistados**

Conforme os procedimentos de coleta de dados apresentados no capítulo 3, foram selecionados respondentes a partir de dois grupos distintos, denominados como Grupos A e B. Levando-se em conta as contribuições da banca de qualificação, foram entrevistadas as instituições que atendem pessoas com deficiência e, também, aquelas que as capacitam para recolocação no mercado de trabalho, seja como colaboradores, seja como donos de seus próprios negócios. Foram entrevistadas, além disso, incubadoras e núcleos de empreendedorismo, bem como outras instituições de fomento. Quanto às pessoas com deficiência, foram selecionadas conforme a acessibilidade do presente autor. Dessa forma, foram escolhidos respondentes

portadores de limitações aleatórias, dado que, para esta pesquisa, não se buscou tratar de um tipo específico de deficiência. Em respeito ao termo de consentimento livre e esclarecido, tanto o nome da instituição, quanto o nome do entrevistado foram preservados e denominados, simbolicamente, como pode ser percebido no Quadro 7, que também apresenta o perfil dos entrevistados.

**Quadro 7 - Perfil das Instituições de Fomento**

<b>Nome do Entrevistado</b>	<b>Nome da Instituição</b>	<b>Papel executado</b>	<b>Tempo no cargo</b>	<b>A instituição que representa possui ações de apoio ao empreendedorismo?</b>
A1	A1	Coordenador de atendimento e Consultor	18 anos	Sim, através de palestras, trilhas, cursos
A2	A2	Consultor, responsável por vários programas como Empretec, JEPP, Super Mei	20 anos	Sim, inclusive com programa específico para jovens
A3	A3	Conselheira, com atuação no comitê gestor	4 anos	Sim, totalmente voltado para o fomento do empreendedorismo
A4	A4	Diretor executivo	2 anos	Sim, com objetivo de levar o fomento e a cultura do empreendedorismo à região de Campinas
A5	A5	Gerente administrativo	2 meses	Sim, com projetos como Menor Aprendiz e Geração de Renda
A6	A6	Coordenadora	1 ano	Sim, com fomento ao empreendedorismo de alto impacto e mentorias
A7	A7	Assistente social	14 anos	Sim, com destaque para o programa Mundo Novo
A8	A8	Conselheiro	4 anos	Sim, com apoio em especial para empresas de base tecnológica
A9	A9	Coordenador	4 anos	Sim, principalmente levando a cultura empreendedora para alunos da graduação

Fonte: elaborado pelo autor

Os entrevistados do grupo A representam as instituições de fomento ao empreendedorismo. Todas possuem ações relacionadas ao objetivo de levar a cultura empreendedora para as pessoas. As funções desempenhadas pelos respondentes são variadas, bem como o tempo de atuação de cada integrante no cargo, que varia de 2 meses a 20 anos.



Como pode ser percebido no Quadro 7, foram entrevistadas nove pessoas que representam instituições de fomento. Essas instituições promovem o empreendedorismo apoiando empresas de base tecnológica, como incubadoras, ligas e aceleradoras; ou estimulando ações empreendedoras entre deficientes, como associações que buscam inserir o deficiente no mercado de trabalho.

Para ilustrar o perfil das pessoas com deficiência que foram entrevistadas, elaborou-se o Quadro 8:

**Quadro 8 - Perfil dos empreendedores com deficiência entrevistados**

<b>Nome do entrevistado</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Possui empresa com CNPJ</b>	<b>Qual o Tipo:Mei, Me ou Epp</b>	<b>Caso não possua CNPJ, pretende se formalizar?</b>
B1	59	Masculino	Não	Será ME	Sim
B2	38	Masculino	Sim	EPP	Já possuo
B3	51	Masculino	Não	Será MEI	Sim
B4	35	Masculino	Não	Será MEI	Ainda não tenho firmeza no mercado
B5	60	Masculino	Não	Será ME	Sim
B6	33	Masculino	Não	Informal	Ainda não penso na formalização
B7	24	Masculino	Sim	Me	Já possuo
B8	38	Masculino	Sim	EPP	Já possuo
B9	32	Masculino	Sim	ME	Já possuo
B10	59	Masculino	Não	Será ME	Já tive empresa formalizada e pretendo ter novamente
B11	51	Masculino	Não	Será ME	Pretendo

Fonte: elaborado pelo autor

O Quadro 8 demonstra o perfil das pessoas com deficiência entrevistadas no presente trabalho. Percebe-se uma variação significativa da faixa etária dos respondentes, que varia entre 24 e 60 anos. Desses, 36,4% possuem empresa formalizada e os demais, que representam os 63,6% restantes, têm pretensão de abrir seu próprio negócio ou atuar

de forma autônoma. Entre os formalizados, 50% estão cadastrados como Microempresa e 50% como Empresa de Pequeno Porte. Já entre os informais, 40% pretendem se formalizar como Microempreendedor Individual, 50% como Microempresa e 25% ainda continuarão como informais. Dos respondentes, apenas 25% ainda não sentem firmeza para se formalizar.

Quanto ao gênero, todos os respondentes que participaram são do sexo masculino, o que pode demonstrar uma busca pelo empreendedorismo mais representativa de homens do que de mulheres com deficiência. Dada a dificuldade encontrada em entrevistar pessoas do gênero feminino, o presente autor se sentiu instigado a investigar se tal fato teria sido recorrente em outras pesquisas. De fato, esses dados estão em concordância com um estudo realizado pelo SEBRAE, em 2013, sobre perfil dos empreendedores com deficiência no estado de São Paulo, em que a participação dos homens chegava a 72%. Nesse contexto, foram feitos contatos com seis escritórios regionais do SEBRAE de modo informal, motivados apenas pela curiosidade, para buscar melhor entendimento sobre a proporção de homens e mulheres com deficiência que buscam a instituição para orientações. Segundo a resposta obtida, o gênero que prevalece é o masculino, o que aponta para a possibilidade de realização de estudos aprofundados no futuro.

## **4.2 Entrevistas com instituições de fomento – Grupo A**

O entrevistado A1 afirma que a instituição que representa atua com várias atividades relacionadas ao fomento de empreendedorismo, entre elas: palestras, cursos presenciais e a distância e oficinas. A maioria dessas ações são gratuitas e algumas exigem o investimento por parte do empreendedor, embora sempre com parte subsidiada pela própria instituição. Esta conta também com programas específicos de acordo com perfil de cada cliente e, para isso, recebe o apoio de outras organizações como Senai, Senac e Senar, entre outros. Dois dos principais programas desenvolvidos e aplicados são o Programa Jovens Empreendedores Primeiro Passo (JEPP) e o Programa SEBRAE Aqui.

O respondente afirma que existe espaço físico próprio para execução das ações, mas que a instituição conta também com parcerias junto às prefeituras e associações comerciais. A administração pública apoia as atividades realizadas. Estas são, normalmente, mensuradas pelo próprio empreendedor, pois ele recebe uma trilha de aprendizagem. O entrevistado acredita que pessoas com deficiência possam empreender, porém ressalta a importância da disponibilidade de melhorias, como acessibilidade física e intelectual. Segundo seu parecer, a instituição recebe clientes com deficiência, mas ainda em números muito pequenos. Sobre isso, conclui:

É necessário a aproximação com instituições como APAE, apoiando o empreendedorismo através de um programa chamado Brasil Empreendedor, onde conseguimos levar simples noções, mas de grande relevância para o fomento do empreendedorismo (ENTREVISTADO A1).

O entrevistado A2 ressalta, entre os programas executados, o JEPP, com a implementação do empreendedorismo nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Esse programa é totalmente gratuito, e consiste na capacitação de professores das escolas, para que estes posteriormente repliquem esse conhecimento para seus alunos. O entrevistado se orgulha em afirmar que fez parte da implantação desse programa na cidade de São José dos Campos, em meados de 2001, sendo esse o primeiro município do estado a colocar esse conteúdo na grade curricular. Todo o trabalho é realizado com orçamento próprio e as ações são mensuradas de acordo com a quantidade de professores e alunos capacitados.

Para realização das atividades da instituição, o respondente afirma que existe infraestrutura própria, além de espaços de parceiros. O entrevistado A2 acredita que pessoas com deficiência possam empreender e, segundo sua experiência, as deficiências mais representativas são a auditiva, a visual e os cadeirantes em geral. Contudo, a instituição possui um procedimento para realização desse atendimento e funcionários recebem treinamento para se preparar para eventuais visitas.

O entrevistado A3 representa uma incubadora de escolas em São Paulo que tem como meta a disseminação do empreendedorismo atendendo todas as comunidades. A maioria de suas atividades são gratuitas, cabendo aos incubados a responsabilidade de

um gasto simbólico com a mensalidade. A instituição não coloca restrição alguma para participação. Para a realização de atividades, a instituição conta com a participação de parceiros que, embora participem institucionalmente, ajudam significativamente. Entre eles pode-se citar a Agência USP, o SEBRAE zona leste e outras universidades.

Tal respondente afirma que é de interesse da instituição se aproximar de todas as universidades que promovam o empreendedorismo. Hoje a instituição conta com infraestrutura, laboratórios, HUB, que são uma iniciativa dos alunos, entre outros. Quanto à mensuração de resultados, ainda não se têm indicadores, pois o trabalho ainda é muito recente. Segundo o respondente, ainda, há duas empresas mais antigas que estão incubadas e estão indo muito bem.

O entrevistado acredita que pessoas com deficiência possam empreender e cita, inclusive, uma das empresas incubadas, que desenvolve material didático para surdos e mudos. Embora não haja empresas de pessoas com deficiência incubadas, não há nenhuma restrição. O que a incubadora preza são os bons projetos. Não se dispõe de treinamento específico para o atendimento às pessoas com deficiência, porém existe acessibilidade e disponibilidade para realizar o atendimento, caso aconteça a visita.

O entrevistado A4 representa uma instituição que tem o intuito de levar o empreendedorismo, bem como a cultura empreendedora, para todos, em especial para a região de Campinas. As atividades voltadas ao empreendedorismo estão divididas em três quesitos: Inspiração, Capacitação e Conexão. Para cada quesito, existem atividades específicas e as ações realizadas são todas gratuitas e sem restrições de participação. Existe, porém, um processo seletivo, por conta da alta demanda. A instituição conta com parceiros como a UNICAMP, além das boas relações com outras universidades, a saber, USP, FGV, Universidades de Uberlândia e Uberaba, entre outras. O entrevistado afirma que o empreendedorismo ainda é muito tímido no Brasil, embora venha crescendo ano a ano, e conclui que as universidades ainda apoiam de forma pouco relevante.

Segundo o entrevistado, ainda, a instituição não conta com infraestrutura para realizações das atividades, utilizando espaços colaborativos da região e a Agência de inovação da UNICAMP. Para isso, não recebe subsídios, salvo os da própria Unicamp.

Quanto à mensuração das atividades, o monitoramento teve início apenas mais efetivamente no ano anterior.

Acredita que pessoas com deficiência possam empreender, mesmo ainda havendo muitos empecilhos colocados à sua frente. Sua instituição não tem histórico de atendimento à pessoas com deficiência, mas, caso isso ocorra, sua equipe está preparada para esse atendimento. O entrevistado afirma, “entendemos que qualquer pessoa deva ter a oportunidade e nosso auxílio, indiferentemente se tem ou não alguma deficiência” (ENTREVISTADO A4).

O entrevistado A5 gerencia administrativamente uma instituição que busca inserir os jovens no mercado de trabalho. Dentre seus principais projetos, destacam-se os projetos Jovem Aprendiz e Geração e Renda, ambos oferecidos de forma totalmente gratuita. Neles, não só os jovens recebem capacitações, mas também suas mães, que são orientadas e treinadas. As atividades não possuem restrições específicas e contam com o apoio de outras instituições. Em outras ações, utilizam recursos próprios e doações espontâneas. No momento, a instituição atua de forma independente e não tem experiência com trabalhos com outras escolas e/ou universidades. Existe a infraestrutura para realizar as atividades de capacitação e também da comercialização dos produtos produzidos, contando com o apoio da prefeitura para cobertura de despesas fixas.

Quanto à mensuração das atividades realizadas, não possuem indicadores, mas, através de olhar clínico, o respondente tem a certeza das melhorias, inclusive por meio de exemplos de pessoas que passaram pela instituição e, depois de um tempo, voltaram para dar seus depoimentos e agradecer. O entrevistado A5 acredita, e acha normal, a ideia de uma pessoa com deficiência empreender, no entanto, não tem histórico quantitativo de atendimentos. Ele relembra um caso de uma pessoa que o procurou, era uma pessoa que precisava de tratamento, mas não tinha condições financeiras de arcar com as despesas. Segundo seu relato, a pessoa foi atendida e recebeu todo apoio e subsídio financeiro para custear seu tratamento. A instituição atende pessoas com

deficiência de forma esporádica e busca, quando isso acontece, atendê-las da melhor maneira possível, contando com profissionais externos para auxiliar.

O entrevistado A6 representa uma instituição internacional, que tem por competência central apoiar os empreendedores, em especial aqueles considerados de alto impacto. Todas as ações são gratuitas e cada uma delas possui uma série de regras para participação. Embora não tenha o número exato, a instituição conta com parceiros que possuem uma equipe focada a tais atividades. Segundo o respondente, a instituição tem um foco maior no Ensino Superior, envolvendo diferentes níveis: graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado. Entre as linhas com as quais trabalham, se destacam o programa “Bota para fazer”, que é uma metodologia de ensino do empreendedorismo em uma plataforma *on line*. Outra vertente é o programa “Educação empreendedora”, em parceria com o SEBRAE Nacional, voltada para capacitação de instituições de ensino, a fim de que essas se tornem agentes de desenvolvimento local.

Segundo seu representante, as instituições disponibilizam sua infraestrutura para realização das atividades, e essas são mensuradas através de inúmeros estudos realizados. Normalmente, não é recebido o apoio da administração pública.

Não temos histórico de atendimentos às pessoas com deficiência, mas atendemos pessoas que trabalham com o tema, quanto a procedimentos ou até mesmo treinamentos para atendimentos, não consigo trazer a resposta no momento, mas acredito que as instituições devam se capacitar para entender as necessidades de cada um, a acessibilidade e a sensibilidade são essenciais (ENTREVISTADO A6).

O entrevistado conclui: “Para empreender é necessário desenvolver competências empreendedoras e isso é possível para todas as pessoas” (ENTREVISTADO A6).

O entrevistado A7 representa uma instituição que cuida de pessoas com dificuldade de visão dos mais variados níveis. Oferece vários tipos de cursos, tanto para que a pessoa possa ser mais autossuficiente, como para capacitação e comportamento. Por exemplo: curso para ensinar a pessoa a andar de bengala, a comer de garfo e faca, além de cursos de capacitação, como o de informática. As atividades são todas gratuitas para os

assistidos, mas a instituição tem convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse caso, existe um valor que é cobrado por consulta. Segundo o entrevistado, existem várias parcerias com instituições como a Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem (ATEAL), a Fundação Bradesco, a empresa Japi, o SESI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), entre outras.

Segundo o entrevistado, todas as ações são realizadas na própria instituição, que recebe subsídio do Sistema Único de Saúde (SUS), que atua no que concerne à área da saúde. Tem-se convênio, também, com área de Educação que, nesse caso, seria para aulas de pedagogia. Quanto à mensuração dos resultados, são feitos acompanhamentos do antes, durante e depois com os jovens e, esporadicamente, recebe-se apoio da administração municipal. Para os atendimentos, segue-se um procedimento específico, no qual a pessoa precisa ser da região. Esta passará por uma entrevista inicial, depois por uma avaliação e, posteriormente, receberá o encaminhamento. Entre os casos mais frequentes, estão o glaucoma, a cegueira total e o descolamento de retina por conta do diabetes. Esses atendimentos ocorrem semanalmente. O entrevistado conclui que “as pessoas com deficiência tem plenas condições para empreender” (ENTREVISTADO A7).

O entrevistado A8 representa uma instituição que foi criada através da identificação da carência de um espaço para desenvolvimento das empresas e atua mais fortemente com empreendimentos de base tecnológica, atendendo empresas da USP e também externas. Para participar, as empresas pagam uma mensalidade para cobertura de alguns custos, porém de valor simbólico. Não existem regras específicas, mas o perfil dos atendimentos é voltado para as empresas ligadas à inovação. Segundo o entrevistado, a instituição conta com parceiros como o SEBRAE, a Secretaria e o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). A instituição possui, ainda, infraestrutura para realização das ações em prédio próprio.

Atualmente, embora se tenha exemplos positivos, não há indicadores de mensuração dos resultados. O entrevistado acredita que pessoas com deficiência possam

empreender, inclusive dando exemplos da própria instituição e afirma que, apesar de não haver procedimentos específicos para atendimento às pessoas com deficiência, existe infraestrutura necessária, caso sejam procurados por pessoas portadoras de deficiência.

O entrevistado A9 representa uma instituição que surgiu de um movimento de alunos da Universidade de São Paulo interessados em oferecer suporte ao empreendedorismo para outros alunos, e hoje tem como missão desenvolver a cultura empreendedora na USP, principalmente na graduação. Segundo o entrevistado, essa atuação se dá em três pilares principais: Inspiração, Capacitação e Conexão. Todas as atividades são gratuitas, sendo que algumas delas são direcionadas restritivamente a alunos da USP, enquanto outras são abertas a todos os interessados. O entrevistado afirma, ainda, que conta com várias parcerias.

De acordo com o respondente, a instituição conta com áreas específicas para o fomento do empreendedorismo, e também com apoio indireto do governo e de outras instituições. A mensuração de suas ações é realizada mediante alguns parâmetros: quantidade de *startups* geradas, número de atividades geradas e número de participantes por evento. O entrevistado relata duas experiências interessantes em trabalhos nas escolas e universidades. O primeiro caso, na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (FEBRACI), na qual a instituição traz empreendedores de ciência para compartilhar as experiências. O segundo projeto é o *Tecnovation*, formado por ex-integrantes da instituição que oferecem capacitação em programação para meninas de ensino fundamental e básico, além de aulas de empreendedorismo em projetos sociais.

Segundo o entrevistado, a administração pública apoia de forma secundária, embora haja bom relacionamento com essa instituição. Quanto ao empreendedorismo ser uma possibilidade para o deficiente, o respondente afirma ser totalmente possível e não vê barreiras. Embora não tenha tido experiência com atendimento a esse grupo na instituição, ressalta a importância da infraestrutura e relata o caso de um trabalho feito, inclusive com a participação de outros países: trata-se de uma maratona que vem de



Israel para a construção de soluções para pessoas com deficiência. Esse trabalho é feito em conjunto com os próprios deficientes para desenvolvimento de soluções.

O entrevistado conclui que “empreender está muito mais ligado à vontade, à dedicação, à capacitação. Acho importante que os privilégios que temos aqui sejam mais bem distribuídos” (ENTREVISTADO A9).

### **4.3 Entrevistas com pessoas com deficiência – Grupo B**

O entrevistado B1, desde os dois anos, sofre com as sequelas de uma doença chamada Poliomielite, que fez com que sua perna esquerda se atrofiasse. Depois de uma cirurgia aos 13 anos, percebeu significativa melhora. Segundo o respondente, sua maior dificuldade é a acentuação de suas limitações com a passagem dos anos, a cada ano que passa, algumas dificuldades aumentam, por exemplo: subir ou descer escadas, carregar peso e, até mesmo, a acessibilidade.

Quanto às experiências de trabalho, o entrevistado ressalta que recebeu apoio das empresas com maior intensidade nos seus dois últimos vínculos empregatícios (sendo que o último é sua atual colocação). Também afirma conhecer instituições de fomento ao empreendedorismo, e que podem trazer muitas vantagens para quem as procura. Para o respondente, é importante a utilização das mídias sociais e da televisão como forma de levar as informações para cada vez mais pessoas. O entrevistado acredita no empreendedorismo como opção para pessoas com deficiência. Para isso, entende que as instituições de fomento precisam melhorar a acessibilidade e a parte humana nos atendimentos. Segundo o respondente: “É preciso que o portador de deficiência entenda que é possível, ele precisa acreditar, existem inúmeras possibilidades, basta cada um de nós disputar esse mercado, todo deficiente pode chegar onde quiser, pois tem inteligência para isso” (ENTREVISTADO B1).

O entrevistado B2 teve, aos 17 anos, o rompimento do ligamento do joelho esquerdo e, aos 25 anos, o mesmo aconteceu com joelho direito, o que acarretou em uma artrose severa. Posteriormente, o caso evoluiu para uma monoparesia, o que é a deficiência

adquirida. No início, não possuía grandes dificuldades, mas depois começaram a aparecer as crises, que causam dores nas costas e nos pés e, em algumas situações, não permitem apoiar os pés no chão por mais de 90 dias. O entrevistado não conhece instituições de fomento ao empreendedorismo e entende que sua região não proporciona esse apoio, embora tenha procurado o SEBRAE para abertura de seu empreendimento. Quando procurou a instituição, entendeu a visita como vantajosa, principalmente no que diz respeito a planejamento, porém percebe a instituição como limitada e, em sua perspectiva, ela não consegue absorver todas as necessidades dos empresários.

Para esse respondente, algumas ações poderiam melhorar o acesso às informações, como parcerias entre empresas de comunicação e, também, com outras instituições que atuam com pessoas com deficiência. Ele acredita que o empreendedorismo é uma bela oportunidade e dará asas para os deficientes, para que possam se colocar melhor no mercado. Como ideia para melhorar a comunicação para a população, propõe que selos de qualidade sejam criados para que as empresas ganhem credibilidade. Nesse caso, as mídias diversas podem aumentar a visibilidade e o apoio a causa. O entrevistado B2 afirma que:

Várias entidades já executam ações de apoio às pessoas com deficiência, o que é necessário é uma maior aproximação como fator preponderante, como exemplo as Paraolimpíadas. Ou seja, você conseguir mostrar que ele é capaz, provavelmente terá grandes profissionais e empreendedores de sucesso. A deficiência pode limitar o movimento, mas nunca a ação (ENTREVISTADO B2).

O entrevistado B3 sofreu um acidente de moto em frente de sua casa: a motocicleta era de alta cilindrada e acabou colidindo com a parede e caindo por cima do condutor, o que lhe causou perda parcial da visão e o deixou com dificuldade de mobilidade e de fala. Afirma que, dentre suas maiores dificuldades, está o fato de que a sociedade em geral ou o trata como inútil, ou com desdém total, não conseguindo encontrar um meio termo. Ressalta algumas instituições de fomento ao empreendedorismo para pessoas com deficiência como a União dos Deficientes de Jundiaí e Região e a Fraternidade Cristã de Deficientes. No entanto, afirma que dificilmente as informações sobre as ações desenvolvidas chegam às pessoas com deficiência. Quando procurou informações sobre

a ideia de abrir um empreendimento, buscou o SEBRAE e disse ter sido bem atendido, embora não tenha conseguido o que buscava.

O entrevistado acredita que, para um melhor acesso às informações, as propagandas deveriam ser mais efetivas e as parcerias entre as instituições de fomento que atuam com pessoas com deficiência, mais atuantes. Afirmo, ainda, que acredita no empreendedorismo como uma opção e reforça o cuidado que as instituições devem ter com o atendimento. Para o respondente, as pessoas devem ser atendidas com acolhimento e educação. O entrevistado finaliza dizendo que, para fomentar o empreendedorismo entre as pessoas com deficiência, é preciso “utilizar exemplos que deram certo, uma propaganda bem realizada, demonstrando resultados” (ENTREVISTADO B3).

O entrevistado B4 tem uma deficiência visual congênita, chamada de baixa visão, doença que faz com que o entrevistado tenha apenas 5% de sua visão. Além disso, teve uma lesão cerebral que retardou os seus movimentos. Entre suas principais dificuldades estão a desconfiança da população, a falta de mobilidade, a falta de luminosidade nas ruas e de acessibilidade. Ele sente falta, também, de adaptação das ferramentas tecnológicas. O entrevistado não conhece instituições de fomento ao empreendedorismo, mas acredita que existam em São Paulo. Desconhece ações tomadas na região para estimular pessoas a empreender. Ele se recorda do SEBRAE, mas nunca buscou instituições para procura de informações, embora acredite que ações voltadas a ajustes dos sites melhoraria o acesso às informações. O entrevistado acredita na possibilidade de que pessoas com deficiência possam empreender, e reforça que para melhor atendê-las, as instituições devem fazer de forma personalizada, de acordo com o perfil de cada um e, sempre contando com o apoio da família, conceder capacitação, informações, convivência e fazer a mediação com o mercado de trabalho. O respondente conclui:

Trazer as empresas para dentro das instituições, para mostrar com exemplos que comprovem que é possível, que eles possam empreender, porém de acordo com os sonhos e vontades dessas pessoas. Não podemos querer escolher que tipo de empresa a pessoa quer abrir. Essa escolha é da pessoa (ENTREVISTADO B4).

O entrevistado B5 possui uma deficiência que não é congênita: sofreu um acidente de carro há treze anos atrás, o que fez com que passasse por várias cirurgias em sua perna. Hoje, possui vários implantes de platina e parafusos, condição que levará para o resto de sua vida. Uma de suas principais dificuldades é a de trabalhar, pois não consegue ficar muito tempo em pé sem que sinta fortes dores na perna, o que o obriga a se sentar em intervalos curtos de tempo. O respondente não conhece instituições de fomento ao empreendedorismo para pessoas com deficiência e, quando precisou, buscou a prefeitura, ficando muito frustrado com o atendimento. Por conta dessa experiência, acredita que não existe estímulo em sua região. O entrevistado afirma que suas conquistas vieram por esforço próprio, mas acredita que seria vantajoso se tivesse contado com o apoio de instituições, em especial da prefeitura. Para ele, o governo municipal poderia ajudar na divulgação das iniciativas, atuando como um mediador entre as pessoas com deficiência e as instituições de fomento e estimulando o boca a boca na sociedade.

O entrevistado acredita no empreendedorismo como uma oportunidade, embora, salvo seu próprio exemplo, não conheça mais pessoas na mesma situação, o que o leva a afirmar que o atendimento para os deficientes deva ser realizado da forma mais delicada possível, levando a um melhor entendimento de cada deficiência para otimizar os resultados. Ele conclui: “Acho que o custo de divulgação é muito alto; dessa forma, ações do governo poderiam subsidiar atividades que possam promover o empreendedorismo entre os deficientes” (ENTREVISTADO B5).

O entrevistado B6 sofreu um assalto no qual os bandidos invadiram sua casa fazendo uma emboscada. Na ocasião, ele trabalhava com malotes de dinheiro, provavelmente o que tenha motivado a ação. Isso aconteceu no dia 29 de abril de 2014, dia em que foi atingido gravemente nos olhos pelos assaltantes. Desde então, vem passando por fases de adaptação. Nelas, entende que sua maior dificuldade é a locomoção, embora afirme que a cidade de São Paulo é bem estruturada e que as pessoas ajudam muito. Para se recuperar mais rapidamente, o respondente procurou algumas instituições para ajudá-lo, entre elas, Laramara, Dorina e Mãos que Vêm, onde só encontrou vantagens, recebendo capacitações e cursos que o levaram a se desenvolver muito rapidamente.

O entrevistado acredita que ações estão sendo realizadas para melhorar o acesso às informações, embora entenda que ainda tem muita coisa a ser feita. Ao seu ver, o processo de inclusão ainda é muito lento no Brasil e opções como ações televisivas e sites precisam ser mais bem explorados, recebendo incentivos e, também, motivando as pessoas com deficiência a empreender, capacitando-as e utilizando benefícios como a aposentadoria através da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) de forma menos quantitativa. Ele afirma que o atendimento às pessoas com deficiência precisa ser feito de forma normal, sem excessos, condição essa que precisa ser entendida por todos os envolvidos no atendimento. Acredita no empreendedorismo como uma opção de inserção e deixa a seguinte mensagem:

Uma experiência minha é que convivo mais com pessoas sem deficiência, pois vejo que muitos colegas acabam aumentando suas limitações. No meu caso vejo da seguinte maneira: Essa passagem aqui é para você cuidar da sua casa, mas depois terá de levantar voo (ENTREVISTADO B6).

O entrevistado B7 possui, de forma congênita, uma doença chamada hemofilia de grau três, que é a mais grave. É hereditária e pode causar hemorragias internas, em especial nas juntas do corpo. Embora os avanços da tecnologia o tenham ajudado muito a melhorar suas condições de vida, o respondente tem dificuldades para ficar em pé por grandes períodos de tempo, bem como para fazer qualquer tipo de esforço. Ele não se recorda de nenhuma instituição de fomento ao empreendedorismo para pessoas com deficiência, mas se recorda de algumas empresas que imagina que apoiem a causa. Não se recorda de estímulos ao fomento do empreendedorismo realizados em sua região e nunca procurou informações em quaisquer instituições. Dessa forma, não teve experiências vantajosas ou não.

Acredita que as mídias sociais podem ser uma forma de melhorar o acesso às informações, bem como a aproximação com as escolas e instituições de fomento e também ações de melhoria da comunicação. Lembra, também, que o cuidado é com o atendimento à essa pessoa e reforça: elas precisam ser ouvidas, a acessibilidade é imprescindível, bem como a capacitação dos envolvidos no atendimento, para melhor entender as necessidades da pessoa que os procuram.

O entrevistado B7 acredita no empreendedorismo como forma de inserção e ressalta: “Penso que palestras motivacionais ajudariam as pessoas a acreditar mais em si mesmas. No meu caso, a minha própria família não me apoiava; pelo contrário, me deixava totalmente para baixo. Isso virou um desafio para mim”.

O entrevistado B8, sofreu um acidente jogando futebol quando tinha treze anos de idade, perdendo a visão do olho esquerdo e passando, nos seis anos posteriores, por cirurgias contínuas. Começou sua carreira em 1997 como representante comercial, atuando até 2006, ano em que iniciou suas atividades como empreendedor. Hoje, possui uma distribuidora de vinhos e também atua como vocalista de uma banda de Rock. O respondente afirma que uma das principais dificuldades enfrentadas é a dor. Ele reconhece a Fundação Casa e o SEBRAE como instituições de fomento que, inclusive, foram opções na busca de informações e orientações. O entrevistado acredita que inserir o empreendedorismo nas escolas seria uma forma relevante de melhorar o acesso às informações. Ele acredita, ainda, no empreendedorismo como uma boa oportunidade e afirma que o limite está na cabeça das pessoas. Para ele, a comunicação é primordial e as telenovelas poderiam ser um canal importante para melhorar a divulgação para população e conclui, assinalando a importância de “inserir nas escolas a cultura empreendedora, em especial para novas gerações e melhorar a comunicação para que mais pessoas saibam que existem capacitações disponíveis” (ENTREVISTADO B8).

O entrevistado B9 sofreu um acidente automotivo aos dezessete anos, ocasião que causou uma transecção da aorta e um edema medular. Dessa forma, tem a sensibilidade de suas pernas, porém não consegue andar. O respondente conta que uma de suas maiores dificuldades é sair de casa e não saber o que vai encontrar. O entrevistado cita a Secretaria da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo como uma instituição que fomenta o empreendedorismo. Acredita que, em sua região, existe estímulo e menciona, inclusive, o livro de Cid Torquato.

O respondente iniciou sua carreira profissional como executivo, teve a experiência de abrir sua primeira empresa no interior paulista e, posteriormente, voltou para a capital.

Nunca procurou uma instituição de fomento para orientações empresariais. Ele acredita que o grande segredo para melhorar o acesso às informações para pessoas com deficiência é não as segregar a grupos, mas dirigir-se a elas como parte da população e afirma “Para qualquer projeto de acessibilidade obter sucesso, tem que se falar com sociedade e não com a pessoa com deficiência” (ENTREVISTADO B9).

O entrevistado não acredita que o empreendedorismo seja uma forma de inserção no mercado, afirma que empreender é muito difícil e é preciso que a pessoa tenha uma força motriz muito grande, mas acredita em a possibilidade do deficiente empreender. Quanto ao atendimento para pessoas com deficiência, ele observa que essas precisam ser mais pró-ativas ao buscarem as instituições; dessa forma, suas ideias poderão se tornar oportunas.

Para divulgação, afirma que a segregação não pode existir, ela deve ser feita para a sociedade e não para grupos de pessoas e conclui, ao ser questionado sobre como seria a melhor forma de fomentar o empreendedorismo entre as pessoas com deficiência:

Não acho que isso tenha que ser promovido, ou a pessoa é empreendedora ou não é. O que ele deve fazer é se munir de informações, penso que o empreendedor seja um fuçador de oportunidades. Eu acho que é muito mais do lado do empreendedor do que a sociedade prover algo (ENTREVISTADO B9).

O entrevistado B10 sofre de uma doença chamada poliomielite, mais conhecida como paralisia infantil. Ao falar de suas maiores dificuldades, o respondente relata: “As dificuldades das pessoas com deficiências não estão necessariamente na deficiência e sim fora dela. Elas estão na sociedade, por exemplo, a acessibilidade de pegar o metrô, ônibus, esses problemas não estão em mim (ENTREVISTADO B10).

O respondente não se recorda de nenhuma instituição de fomento para pessoas com deficiência, porém entende que na região onde vive existem grandes possibilidades, tanto para fomento ao empreendedorismo como para que as pessoas com deficiência se inserirem no mercado de trabalho. O entrevistado nunca procurou uma instituição em busca de informações; dessa forma, não tem a experiência do atendimento para

compartilhar. No entanto, quando questionado sobre o que poderia ser feito para melhorar o acesso às informações, afirma que, para que haja maiores estímulos para o empreendedorismo, instituições como APAE e a Associação de Apoio a Criança Deficiente (AACD) devem agir em parceria com as incubadoras e SEBRAE, atuando sem segregação.

O entrevistado B10 acredita que o empreendedorismo pode ser uma grande possibilidade para pessoas com deficiência, porém, alerta sobre a necessidade de um ambiente com uma estrutura adequada à sua condição. Acredita que o atendimento às pessoas com deficiência deva ser realizado com naturalidade e que as mídias sociais são caminhos promissores para divulgação.

Quando questionado sobre o que pode ser feito para fomentar o empreendedorismo, o entrevistado assegura que o assistencialismo deve ser minimizado, o que denomina como barreira atitudinal. Isto é, os preconceitos em relação às pessoas com deficiência. Conclui: “ Por isso é importante que investimentos, iniciativas, programas e projetos visem essa transformação cultural” (ENTREVISTADO B10).

O entrevistado B11 adquiriu uma doença chamada Poliomielite aos nove meses de idade, o que, segundo o médico, nunca o deixaria andar. Passou por três cirurgias e treze anos de fisioterapia. Refutando o diagnóstico médico, começou a dar os primeiros passos aos cinco anos e com a ajuda de sua mãe, que esteve sempre o auxiliando, inclusive aprendendo a fazer o procedimento de fisioterapia para melhor ajudá-lo. Foi estudante de música e por cinco anos viveu dessa profissão. Hoje, participa de movimentos para pessoas com deficiência e trabalha na prefeitura, convivendo com a grande variedade de tipos de deficiência entre as pessoas que o procuram. Para o respondente, suas maiores dificuldades são de acessibilidade física e comunicação.

O entrevistado B11 reconhece as instituições Amarati e Ateal como fomentadoras do empreendedorismo para pessoas com deficiência, mas não percebe estímulos em sua região. Embora já tenha tido a experiência de possuir uma empresa, nunca procurou nenhuma instituição em busca de informações.



Para que as informações possam chegar às pessoas com deficiência, o respondente acredita que um caminho seja o das mídias sociais, além da realização de trabalhos dentro das instituições que atendem deficientes, fazendo com que ganhem autonomia e possam galgar passos maiores.

O entrevistado acredita no empreendedorismo como uma opção para as pessoas com deficiência e entende que adequação e perguntas como “posso te ajudar?” e “como?” são procedimentos básicos para um bom atendimento. Afirma que a capacitação e a educação são primordiais para o fomento ao empreendedorismo e conclui “Ao meu ver, atualmente a pessoa com deficiência é tratada como uma profissão” (ENTREVISTADO B11).

#### **4.4 Discussão dos Resultados**

Após uma síntese do perfil das instituições de fomento, bem como das pessoas com deficiência que participaram das entrevistas, esta seção apresenta os resultados de forma que se possa compreender, a partir da visão de ambos, suas percepções sobre o assunto, com intuito de propor diretrizes para fomentar o empreendedorismo entre pessoas com deficiência. Foram extraídas das entrevistas as palavras-chave, conforme procedimento metodológico já explicitado no capítulo 3. Estas, por sua vez, encontram-se sintetizadas em quadros que serão apresentados na sequência (vide Quadros 9 e 11).

O Quadro 9 apresenta as palavras-chave que mais se destacaram nas entrevistas feitas com os respondentes das instituições de fomento (Grupo A).

**Quadro 9 - Palavras chave da entrevista com instituições de fomento**

<b>Palavras-chave</b>	<b>Contexto</b>	<b>Totais</b>
Ações de fomento	Todas as instituições apresentam ações de fomento ao empreendedorismo.	9 respondentes
Gratuidade	A maioria das instituições oferecem suas soluções de forma gratuita	6 gratuitas e 3 com parcial participação dos empreendedores
Restrição	Parte das instituições apresentam regras para participação das ações	3 não apresentam regras e 6 possuem procedimentos
Parcerias	Todas as instituições atuam com a participação de parceiros	9 respondentes
Subsídio	A maioria recebe algum tipo de subsídio direto ou indireto	2 não recebem subsídios, 7 recebem de forma direta ou indireta
Atendimento ao deficiente	Grande parte das respondentes não atendem pessoas com deficiência	3 instituições atendem e 6 nunca passaram pela experiência
Exemplo	Boa parte das respondentes têm exemplo de algum conhecido com deficiência que empreende	3 respondentes não se recordam de nenhum caso e 6 conhecem alguma pessoa deficiente que é empreendedora
Possibilidade	Todas as instituições acreditam no empreendedorismo como possibilidade dos deficientes desenvolverem suas profissões	9 respondentes

Fonte: elaborado pelo autor

Todas as instituições possuem ações voltadas a fomentar o empreendedorismo, embora seis delas não apresentem projetos específicos para pessoas com deficiência. Normalmente, atuam contemplando parcerias das mais diversas. As soluções são disponibilizadas de forma gratuita em seis das nove instituições entrevistadas, sendo que as outras três, quando exigem algum investimento, é simbólico.

Boa parte delas recebem subsídio direto ou indireto para auxiliar na manutenção da infraestrutura, realização de ações e de projetos, não especificamente para pessoas com deficiência, mas, em um sentido mais genérico, para o funcionamento da instituição.

Os respondentes não possuem exemplos quantitativos de atendimento para pessoas com deficiência. Eles se recordam sempre de um ou outro exemplo de empreendedor com deficiência, mas não que o tenham atendido. Por exemplo, o entrevistado A4 se recorda de um amigo que foi brutalmente assaltado e como sequela dessa violência, perdeu a sua visão. Com força de vontade, se reabilitou e hoje atua com serviços de

música, além de massoterapia. O entrevistado A7 relembra o caso de um jovem que passou por atendimento na instituição, se reabilitou, se formou em psicologia e hoje é prestador de serviço da própria instituição que o ajudou a se reerguer.

Os respondentes acreditam, de forma unânime, na possibilidade de pessoas com deficiência se tornarem empreendedoras, mas afirmam que ainda falta muita coisa a se fazer. Por exemplo, o entrevistado A1 afirma que são imprescindíveis as melhorias em acessibilidade física e intelectual, acredita que o acesso à rede de internet possa ser um grande impulsionador para acelerar o acesso à informação. Já o respondente A6 acredita que a pessoa com ou sem deficiência deva desenvolver competências empreendedoras através de cursos específicos e que isso é possível para ambos os casos.

Como exemplo, o entrevistado A9 entende que a instituição em que atua está no caminho certo em busca do fomento ao empreendedorismo, atuando de acordo com a fase em que o empreendedor está, segundo os pilares “inspiração”, “capacitação” e “conexão”. Contudo, afirma que mais modelos de negócios como esse deveriam existir, pois os que estão em vigor ainda não conseguem suprir a demanda existente, o que acaba por restringir alguns projetos às pessoas de dentro da própria instituição.

Já o respondente A1 entende que a aproximação de instituições de fomento com outras instituições que, direta ou indiretamente, contribuem para o empreendedorismo, deveria unir suas forças de forma mais efetiva. Segundo o respondente, a aproximação traria resultados mais representativos.

Tais ideias corroboram com o mencionado por Dolabela e Torquato (2015), já mencionado na seção 2.4 do presente trabalho, ao afirmar que o empreendedorismo não exclui, afasta ou discrimina pessoas com ou sem deficiência. Esse autor entende que é necessária a criação de programas específicos para atender quantidade tão significativa de pessoas com deficiência. No contexto do autor, quando este fala sobre programas específicos, refere-se a adequações para atendimento às pessoas com deficiência, e não ao assistencialismo, indo ao encontro do relato do entrevistado B10.

Sarfati (2013) também corrobora com a afirmação de Torquato, mesmo não falando diretamente sobre as pessoas com deficiência, quando observa que a criação de programas específicos pode auxiliar o processo de fomento e desenvolvimento do empreendedorismo no país. Contudo, nem todos os respondentes concordam que precise haver uma ação específica para o empreendedorismo, principalmente entre os respondentes do grupo B, no qual se percebe que os entrevistados enxergam esse assunto de variadas formas. Os entrevistados B2, B4 e B6 entendem a aproximação das instituições como forma de fomentar o empreendedorismo. Acreditam que centros de reabilitação, escolas, universidades e incubadoras, entre outras, deveriam ser mais atuantes de forma conjunta. Já o entrevistado B10 acredita que o Brasil ainda seja um país muito assistencialista, e que isso deva gradativamente diminuir pois, além de não ser efetivo, gera segregação. Os achados do grupo B serão apresentados no Quadro 11.

Ao se comparar os achados obtidos com o grupo A com o exemplo da cidade de São José dos Campos, citado neste trabalho (seção 2.3) e utilizado como fundamento para a pesquisa de campo, percebeu-se que as instituições de fomento entendem a relevância de se inserir com mais eficiência a cultura empreendedora nas escolas. Outro fator relacionado ao exemplo positivo do município é constituído pelos subsídios para a realização das ações, em especial das incubadoras. O Quadro 10 sintetiza essas ideias:

**Quadro 10 - Principais ações tomadas pelo município de São José dos Campos**

<b>Principais ações tomadas pelo município de SJC</b>	<b>Respostas das instituições relacionadas às ações</b>
Introdução do empreendedorismo no Ensino Fundamental das escolas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuamos com palestras, oficinas e cursos presenciais;</li> <li>• Implementamos empreendedorismo nas escolas;</li> <li>• Somos uma incubadora com objetivo de disseminar o empreendedorismo;</li> <li>• Propomos ações divididas em três quesitos: inspiração, capacitação e conexão.</li> </ul>
Subsídio para realização das ações.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O sistema S recebe um repasse proveniente do desconto da folha de pagamento das empresas;</li> <li>• Temos orçamento próprio;</li> <li>• Recebemos apoio do SEBRAE Nacional;</li> <li>• O prédio foi subsidiado com verbas do governo.</li> </ul>
Criação de espaços como “Sala do empreendedor” para desburocratizar processos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, com aproximação das Prefeituras, Associações comerciais e indústria;</li> <li>• Sim, inclusive com estímulo do SEBRAE;</li> <li>• Laboratório de Inovação, espaços de Cooworking.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor

Ao analisar o Quadro 10, percebe-se que a maioria dos respondentes concordam que as instituições devem se aproximar de escolas, faculdades, incubadoras e instituições que focam na reabilitação, inclusive realizando atividades para que isso aconteça. Contudo, não possuem histórico e experiência com pessoas com deficiência. Também é notória a necessidade de subsídio do governo para tais entidades.

O Quadro 11 apresenta os resultados obtidos nas entrevistas com as pessoas com deficiência que participaram da pesquisa:

**Quadro 11 - Palavras-chave da entrevista realizada com pessoas com deficiência**

<b>Palavras-chave</b>	<b>Contexto</b>	<b>Totais</b>
Poliomielite	Embora as deficiências sejam as mais variadas, destaca-se entre os entrevistados a doença Poliomielite.	3 dos 11 entrevistados apresentam a doença.
Acessibilidade	Aparece, entre os participantes da pesquisa, como indicador de maior dificuldade.	5 dos 11 entrevistados apontam a acessibilidade.
Desconhecimento	Apenas metade dos respondentes conhecem alguma instituição de fomento.	6 reconhecem alguma instituição e 5 não.
Estímulo ao empreendedorismo	6 dos 11 entrevistados não percebem estímulos ao empreendedorismo para pessoas com deficiência.	6 respondentes percebem e 5 não.
Busca de orientações	Boa parte nunca buscou orientações. Entre os que buscaram, foram ao SEBRAE mais próximo.	4 respondentes dos 11 entrevistados procuraram o SEBRAE mais próximo.
Experiência com o atendimento prestado	Dos respondentes que procuram alguma instituição, todos reconheceram a qualidade prestada.	Dos 4 respondentes que buscaram o SEBRAE 3 saíram satisfeitos e 1, parcialmente, pois procurava outro tipo de apoio.
Melhorias na comunicação	Boa parte acredita nas redes sociais para chegar aos deficientes com mais efetividade, porém destacam-se algumas falas a respeito de se evitar a segregação.	3 respondentes.

Fonte: elaborado pelo autor

O Quadro 11 apresenta a poliomielite como a maior causadora de limitações entre os entrevistados, embora sejam de uma mesma geração, com idades muito próximas, época muito próxima da criação da vacina oral de vírus atenuado criada por Albert Sabim (NASCIMENTO, 2004). Apesar das várias contribuições sobre as principais dificuldades

enfrentadas, os respondentes, em sua maioria, entendem a falta de acessibilidade como a principal barreira para se realizar qualquer atividade. Esse fato corrobora com a fala de Oliveira *et al.* (2009) que apresenta a existência de diversas barreiras para as pessoas com deficiência, defendendo que a própria sociedade deveria se incumbir de destruí-las. Outro aspecto mencionado pelos autores diz respeito aos espaços físicos e logísticos que, atualmente, são totalmente inapropriados e não oferecem condições de acessibilidade. Tal fato também foi mencionado pelos respondentes, tanto do grupo A quanto do grupo B, inclusive mencionando que muitas das instituições de fomento não estão preparadas fisicamente para atender o deficiente, embora não façam segregação. Dentre os entrevistados do grupo B, metade desconhece qualquer instituição de fomento ao empreendedorismo, situação que se repete quando o questionamento é sobre o estímulo existente na região. Na ocasião da entrevista, os respondentes receberam informações do pesquisador sobre as ações que o município de São José dos Campos realizou, como educação empreendedora nas escolas, sala do empreendedor (utilizada para acelerar processos burocráticos, como licença de funcionamento, emissão de notas fiscais, entre outros) e incubadoras para atender potenciais empreendedores voltados à área tecnológica e à inovação. As ações realizadas em São José dos Campos estão explicadas em sua completude na seção 2.3 do presente trabalho. Percebeu-se, após a análise dos resultados obtidos com as narrativas, que a maioria dos respondentes do grupo B não percebe estímulos ao empreendedorismo em sua região, ou seja, apesar de que 6 entre os 11 entrevistados têm alguma percepção sobre estímulos, essa percepção se dá de forma muito tímida se comparada à cidade de São José dos Campos.

Já quanto a terem buscado alguma instituição de fomento em busca de orientações, somente 4 entre os 11 entrevistados buscaram o SEBRAE, o que mostra que instituições com essa natureza ainda têm muito o que fazer no que concerne à promoção de suas ações junto aos deficientes. Os quatro que buscaram o SEBRAE afirmaram que saíram satisfeitos com o atendimento. Por exemplo, o entrevistado B8 menciona que procurar o SEBRAE foi o que salvou a sua vida.

Percebeu-se através das entrevistas que, entre as pessoas com deficiência, 90% entendem que serão ou microempresas e/ou microempreendedor individual. Esta escolha pode ser entendida pelo fato dos valores dos tributos e de processos menos burocráticos para abertura e também em determinadas situações, o fechamento das empresas. De acordo com o SEBRAE (Ano), a quantidade de microempreendedores já soma a metade das empresas entre as MPE's.

Boa parte dos respondentes do grupo B acredita que as mídias sociais sejam um caminho promissor para levar a informação a quantidades mais relevantes de deficientes. Hoje, com a facilidade de acesso do deficiente a essas ferramentas, percebe-se uma ampliação na possibilidade de uso do meio digital. Algumas respostas, embora não se repitam, chamam a atenção: quando questionado sobre como promover o empreendedorismo para pessoas com deficiência, um dos respondentes (entrevistado B10) trouxe a questão do excesso de assistencialismo, afirmando que o que deveria haver seriam projetos que visem uma transformação cultural; outro (entrevistado B9) acredita que o empreendedorismo não deva ser promovido, ou a pessoa é empreendedora, ou não é.

Contudo, em linhas gerais, os respondentes do grupo B acreditam na capacitação e aproximação com as instituições, bem como na a inserção mais efetiva de uma cultura empreendedora nas escolas, especialmente naquelas voltadas ao atendimento à deficientes. Tal percepção vem ao encontro do mencionado por Gomes, Alves e Fernandes (2013), ressaltando, dentre as atividades realizadas pelo município de São Jose dos Campos, a inserção do empreendedorismo como disciplina no Ensino Fundamental; e, também, com as contribuições do entrevistado A1, que concorda com a afirmação de que haja aproximação entre diferentes instituições que possam promover o empreendedorismo, como SEBRAE, por exemplo

Sobre a inserção profissional das pessoas com deficiência através do empreendedorismo, os respondentes foram unânimes ao alegar total possibilidade, corroborando com o mencionado por Dolabela e Torquato (2015). Esses autores alertam para o fato de que o país ainda precisa amadurecer muito, diminuir os preconceitos existentes, o auto preconceito, a falta de acessibilidade arquitetônica,

comunicacional e atitudinal. Além da falta de escolas de reabilitação, transporte, entre outros.

Por exemplo, o entrevistado B10 acredita no empreendedorismo como opção para pessoas com deficiência, desde que em um ambiente apropriado. Ele sugere que a estrutura para execução do trabalho deve ser elaborada de acordo com as necessidades específicas de cada um. Para ele, a possibilidade de pessoas com deficiência conseguirem sua independência financeira pode ter um grande potencial de estímulo, embora tenham muito o que se desenvolver. Afirma que, no médio prazo, haverá um crescimento significativo dos empreendedores com deficiência.

A percepção de B10 corrobora com o trabalho de Dolabela e Torquato (2015), que menciona que o país ainda precisa amadurecer para oferecer uma qualidade digna para pessoas com deficiência. Afirma também que, entre as principais barreiras, está a cultura do país, que insiste em desqualificar as pessoas com deficiência e o preconceito ao qual são submetidas, conforme já explicitado no capítulo 2 desta pesquisa.

Esse entrevistado B10 acredita que uma das principais ações que poderiam ajudar no desenvolvimento do empreendedorismo para pessoas com deficiência seria minimizar o assistencialismo que, segundo ele, é uma das principais barreiras de entrada, ressaltando também o preconceito que pessoas com deficiência sofrem. Já o entrevistado B9 enxerga o empreendedorismo sem segregação. Para ele, ou a pessoa é empreendedora, ou não é. Ele acredita que o candidato a empreendedor deve se munir de informações e deve ser um buscador de oportunidades; não deve ser refém da sociedade, mas o protagonista de sua vida profissional e pessoal. Na literatura, Dolabela e Torquato (2015) resalta a percepção de que a deficiência não é um limitador para a tarefa empreendedora.

Sobre áreas específicas para realização das atividades propostas para fomentar o empreendedorismo, destacam-se os respondentes A3 e A9. Ambos realizam atividades com segmentações similares, para um melhor atendimento ao empreendedor. Atuam com a divisão em três pilares principais: inspiração, capacitação e conexão. Embora



possuam ideias similares, apenas o respondente A9 conta com espaços próprios para a execução das atividades, enquanto o A3 realiza suas ações através de parceiros e com a participação ativa dos próprios colaboradores deles.

Os respondentes A1 e A2 contam com espaços físicos próprios, porém atuam através de parcerias para a realização de atividades de forma mais próxima do ambiente de trabalho dos empreendedores. Já os respondentes A4 e A6 mostram que, mesmo sem estrutura própria, é possível a realização de ações que fomentem o empreendedorismo. Nesse caso, utilizam a infraestrutura de outras instituições ou espaços físicos como *coworking*. Ações que foram pilares para o sucesso conseguido pelo município de São José dos Campos, como já mencionado no quadro 10 do presente trabalho, também podem ser conseguidas em outras regiões.

Apesar de ser quase igual ao número de homens e mulheres empreendedores, conforme apresentado na Tabela 3, existente no capítulo teórico, na presente pesquisa houve destaque para o número de empreendedores com deficiência do sexo masculino. Mesmo sendo um estudo qualitativo, em que não busca quantificar dados, saltou aos olhos o fato de que não foram encontradas mulheres com deficiência para participar da entrevista. Com o intuito de reforçar esse dado, por se tratar de um achado desta pesquisa empírica, o presente autor realizou ligações telefônicas a diversos escritórios do SEBRAE, para avaliar se a busca de informações sobre empreendedorismo realmente é realizada com maior frequência pelo gênero masculino com deficiência. O resultado das ligações confirmou a busca de informações sobre empreendedorismo por homens com alguma deficiência, essa resposta ocorreu da parte de todos os escritórios consultados.

Outro dado que se destaca é que, entre os empreendedores iniciais, mais de 30% estão entre 25 e 34 anos de idade (GEM, 2015). Dentre as pessoas que procuraram alguma instituição de fomento em busca de informações, estão 14% delas. Desses, 66% procuraram o SEBRAE (GEM, 2015), o que reforça a continuidade de estudos que possam integrar as ações, as instituições e as pessoas com deficiência, tendo em vista que, entre os respondentes da atual pesquisa, mais de 50% procuraram o SEBRAE para

a busca de informações, o que reforça a necessidade de um atendimento acessível para deficientes.

Outro desafio é fazer com que a curva de empreendedorismo por oportunidade volte a crescer, uma vez que a partir de 2015, o empreendedorismo por necessidade teve um aumento relevante (GEM, 2015). Na visão do presente autor, isso se deu, entre outros fatores, por conta da crise política, econômica e demissões em massa em todos os setores.

Quando se coloca uma lente sobre as respostas dos entrevistados, tanto as instituições de fomento quanto as pessoas com deficiência, percebem-se uma carência dos deficientes em relação ao que é realizado atualmente para fomentar o empreendedorismo. Os respondentes A5 e A7, embora pertençam a instituições que oferecem algumas ações empreendedoras, atuam mais na reabilitação das pessoas, que propriamente fomentando o empreendedorismo. Embora sejam de relevante importância, não há continuidade desse processo. Por outro lado, houve respondentes que acreditam que ainda exista, no país, um excesso de assistencialismo e que, por essa razão, as coisas andam tão devagar.

Finalizando esta análise, ressaltam-se os pilares criados pelas instituições respondentes A4 e A9, pois atuam com o potencial empreendedor, desde o mais iniciante ao mais avançado, o que pode também futuramente se estender para pessoas com deficiência. Tais pilares serão detalhados na próxima seção.

É perceptível que, de um lado, as instituições apresentam o que tem sido feito para fomentar o empreendedorismo e, de outro, como essas ações vem sendo percebidas. É notória a necessidade de evolução para atender pessoas com deficiência, uma vez que, mesmo com diversas ações sendo oferecidas, são poucos ou quase nulos os exemplos de pessoas deficientes.

## **4.5 Proposta de diretrizes para o fomento do empreendedorismo entre deficientes**

Diante da discussão dos resultados, a proposta de diretrizes para fomentar o empreendedorismo entre as pessoas com deficiência tem como pilares principais:

- Reabilitar
- Aproximar
- Capacitar
- Ocupar
- Monitorar
- Integrar

Tais pilares tiveram como base as ações tomadas por São José dos Campos, além, das respostas das instituições que participaram da pesquisa, especialmente as apresentadas pelos respondentes A4 e A9. Esses respondentes, lembrando, disseram em suas entrevistas que atuam em três pilares principais, atendendo desde o potencial empreendedor, aquele que possui uma ideia mas ainda não tem maturidade para abrir um empreendimento, nesse caso o pilar é a inspiração. O segundo estágio onde o empreendedor precisa de capacitação para desenvolvimento de seu projeto, pilar esse chamado pelos respondentes A4 e A9 de capacitação e por fim aqueles empreendedores mais maduros, que normalmente precisam de investimentos, parcerias, para esse o pilar é o da conexão.

Também o caso da cidade de Cascais pode servir de base para criação de programas de fomento ao empreendedorismo. Abre-se aqui um parêntese para comentar esse caso. O programa, que foi criado na cidade de Cascais, em Portugal, chamado de Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes (CRID), é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos (CRID, 2017). Sua maneira de atuar corrobora em grande parte com as diretrizes propostas neste trabalho. Entre seus pilares, estão:

- Reabilitar;
- Ocupar;
- Integrar.

O programa atua prioritariamente com pessoas com deficiência, desenvolve parcerias com diferentes entidades, públicas ou privadas, no sentido de transformar mentalidades e promover a inclusão social e a igualdade de direitos e oportunidades a todos os cidadãos. Em um dos projetos realizados, deficientes trabalham por conta própria, porém, antes, passaram por formação profissional em um centro devidamente estruturado, bem como por reabilitação funcional, também em uma instituição preparada para execução dessa parte do processo. O projeto ainda realizou adaptações para execução das atividades de empreendedorismo e se aproximou de associações de moradores, inclusive realizaram pesquisas, para saber o que era necessário para suas atividades. Como houve o envolvimento de todos, as lojas se tornaram todas autossuficientes.

Dessa forma, tem-se que os pilares utilizados na diretriz proposta na presente pesquisa nasceram conforme pode ser observado no Quadro 12.

**Quadro 12 - Pilares definidos na diretriz e sua origem**

<b>Pilar</b>	<b>Origem</b>
Reabilitar	Dado secundário
Aproximar	Dado primário percebido com as entrevistas com deficientes
Capacitar	Dado primário obtido com os representantes de instituições de fomento
Ocupar	Dado secundário
Monitorar	Dado primário percebido com as entrevistas com deficientes e também com o exemplo do Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes, da cidade de Cascais em Portugal
Integrar	Dado secundário

Fonte: elaborado pelo autor

Sobre os pilares propostos, faz-se necessário explicar os itens elencados. “Reabilitar” diz respeito ao fato de que, muitas vezes, as pessoas com deficiência precisam auxílio para se adequar ou readequar. Às vezes, até mesmo para realizar atividades simples como comer, beber água e andar, conforme visto em algumas das respostas dos entrevistados deficientes.

“Aproximar” é uma necessidade que se coloca, pois é notória a percepção, dentre os entrevistados com deficiência, de que as instituições, embora tenham diversas atividades voltadas ao empreendedorismo, não conseguem chegar às pessoas com deficiência.

“Capacitar” os portadores de deficiência, para que este tenha motivação em abrir um próprio negócio tenha conhecimento para se planejar, da mesma forma que qualquer pessoa que busque encarar esse desafio. Isso é especialmente importante, caso o futuro empreendedor estiver trocando de área ou de ramo.

“Ocupar” também é relevante pois, após passarem pela fase de capacitação, é necessário direcionar essas pessoas tanto para inserção no mercado de trabalho, como para o desafio de se fazer um planejamento para abertura de um empreendimento.

“Monitorar” necessário para que não só as ações sejam mensuradas bem como o desenvolvimento dos empreendedores. O monitoramento se faz relevante para que se possa potencializar a aquilo que estiver dando certo como também rever o que não está.

E, por fim, é preciso cultivar a integração entre os envolvidos como, por exemplo: Instituições de fomento, Instituições financeiras, Políticas Públicas, Potencial Empreendedor, entre outros.

Atendendo ao objetivo geral desta pesquisa, o Quadro 13 apresenta diretrizes para cada um dos pilares propostos:

**Quadro 13 - Propostas de diretrizes**

Pilares	Diretrizes
Reabilitar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Atendimentos contínuos a partir da necessidade do deficiente, prepará-lo para vivência com a sociedade de forma mais natural possível.</li><li>• Cada instituição pode contribuir com parte do processo tendo em vista que, muitas vezes, a pessoa não possui uma única deficiência, por exemplo, um cego e surdo. Nesse caso, essa pessoa pode participar da reabilitação de uma forma contínua e mais efetiva.</li></ul>
Aproximar	<ul style="list-style-type: none"><li>• É necessário que as instituições que atuam mais especificamente com educação empreendedora, reabilitação, capacitação, núcleos empreendedores e incubadoras, possam cada vez mais se integrar, para que as pessoas com deficiência possam seguir uma triagem e tenham condições de competitividade, caso decidam empreender.</li><li>• Por essa razão, as diretrizes propostas fazem sentido, pois as pessoas habitualmente estão em estágios diferentes. Dessa forma, se a pessoa já passou pelo estágio da reabilitação, vai ser aproximada de um outro pilar, que é a capacitação.</li><li>• Criar ações de marketing para divulgação e promoção das ações para pessoas com deficiência.</li><li>• Maior aproximação entre pessoas com deficiência, de modo que possa haver troca de experiência e <i>networking</i>.</li></ul>
Capacitar	<ul style="list-style-type: none"><li>• São diversas ações realizadas por cada uma das instituições entrevistadas. Embora não com enfoque em pessoas com deficiência, se o pilar da Aproximação desenvolver o seu papel, as capacitações terão cada vez mais efetividade na vida de cada pessoa com deficiência.</li><li>• Palestras, oficinas, cursos remotos ou presenciais e disciplina de empreendedorismo nas escolas em todos os níveis são algumas das soluções que podem gerar competitividade.</li><li>• Capacitar também as pessoas que atenderão os deficientes, pois precisarão ter a sensibilidade para melhor compreender suas reais necessidades.</li></ul>
Ocupar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Se a escolha dessa pessoa for o mercado de trabalho, que essa tenha, a partir dos pilares, totais condições de desenvolver seu trabalho.</li><li>• Que as empresas adequem seus postos de trabalho às necessidades do colaborador.</li></ul>
Monitorar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Se as instalações, bem como o atendimento, estão indo ao encontro das necessidades das pessoas.</li><li>• Monitoramento através de acompanhamento de pós atendimento, por telefone, endereço eletrônico e mala direta.</li><li>• Acompanhamento dos profissionais que prestam atendimento às pessoas com deficiência.</li></ul>
Integrar	<ul style="list-style-type: none"><li>• É necessário que as instituições busquem a integração entre si para possibilitar condições semelhantes às pessoas.</li><li>• Instituições voltadas à inovação, as que oferecem linhas variadas de crédito, normalmente para apoio à atletas de alto rendimento.</li></ul>

Fonte: elaborado pelo autor

Essas diretrizes são uma proposta de atendimento ao deficiente que surgiu da análise das narrativas obtidas tanto com representantes de instituições de fomento, quanto

com deficientes. Percebe-se, contudo, que há muito a ser feito, mas o desenvolvimento de pilares e direcionadores já pode ser visto como o primeiro passo. Esses pilares estão alocados de uma forma contínua, sendo complementares. De acordo com o estágio em que o empreendedor se encontra, poderá ser melhor compreendido pelo atendente e este, por sua vez, poderá proporcionar um atendimento mais objetivo e efetivo.

Os pilares foram delineados de forma a seguir o que já foi feito com sucesso, como o caso de São José dos Campos e o programa da cidade de Cascais. Há, também os casos de duas das instituições de fomento, que também utilizam alguns desses pilares e já entregam soluções relevantes para potenciais empreendedores.

Outro fator positivo, segundo o presente autor, é que a demanda das pessoas que buscam instituições de fomento à procura de informações sobre o empreender é diferente em cada caso e depende em muito do nível de conhecimento prévio. Muito provavelmente, possa ocorrer o mesmo com as pessoas com deficiência. Dessa forma, com a criação dessas diretrizes, o potencial empreendedor utilizará o pilar de acordo com estágio em que se achar aquele que está em busca das informações. Na Figura 6, os pilares e seus direcionadores podem ser visualizados:

Fomento ao Empreendedorismo para Deficientes

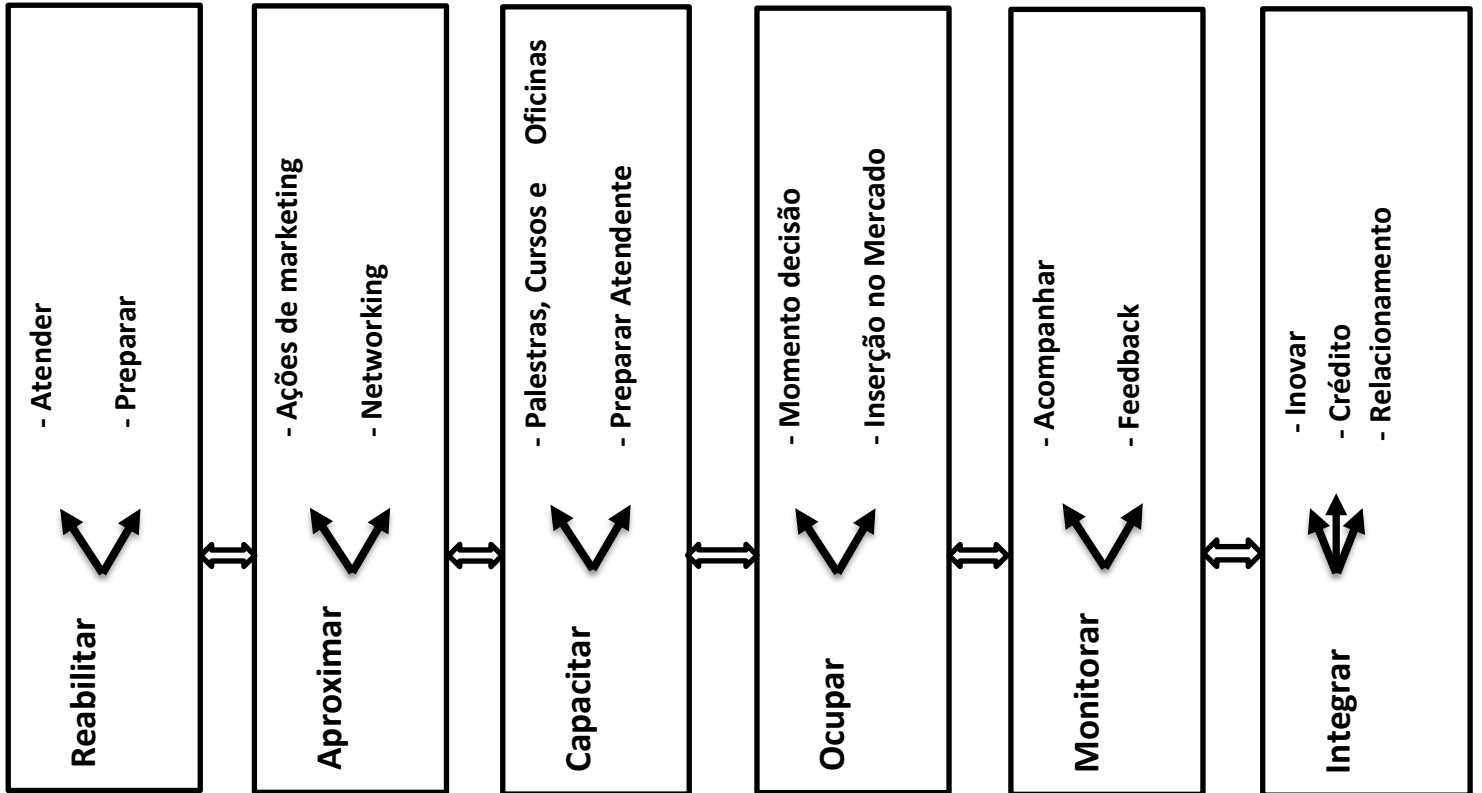


Figura 6 – Diretrizes propostas  
Fonte: elaborado pelo autor



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, retoma-se a questão de pesquisa, a saber, como instituições de fomento ao empreendedorismo podem estimular as pessoas com deficiência a se tornarem empreendedoras de negócio próprio? A partir do esforço empreendido ao longo deste trabalho. Após entrevistas realizadas com representantes de diversas instituições de fomento e pessoas com deficiência, bem como com a revisão bibliográfica sobre o assunto, tornou-se possível apresentar pilares e direcionadores para o fomento do empreendedorismo entre portadores de deficiência.

Como já visto em capítulos anteriores, quase a metade das pessoas com deficiência entrevistadas procuraram uma instituição de fomento, em busca de informações e orientações. Dessas, a maioria saiu satisfeita. Além disso, o número de deficientes no Brasil é grande, por isso tais programas poderiam ter uma relevância considerável, trazendo para esse grupo a possibilidade de empreender.

O exemplo citado da cidade de São José dos Campos reforça a importância de fomentar o empreendedorismo. Acredita-se que suas ações podem ser melhor estudadas e até mesmo replicadas para pessoas com deficiência, tendo-se em vista o cuidado e a sensibilidade necessários para esse determinado grupo. Contudo, ao se observar os ganhos que a cidade teve com o fomento ao empreendedorismo, percebe-se que é possível, com esses programas planejados, modificar cenários.

Respondendo à questão de pesquisa, pode-se perceber que um programa específico para o fomento do empreendedorismo precisaria ter alguns pilares e respectivos direcionadores, sendo os principais:

- Promover treinamento para os funcionários das instituições de fomento,
- Preparar as instalações para receber pessoas com deficiência,
- Buscar o contato com deficientes através de ações de marketing,
- Organizar palestras que estimulem atividades empreendedoras para deficientes, como Hackathons, startupweekends e afins,

- Oferecer cursos, oficinas presenciais e/ou à distância para estimular o conhecimento em gestão de empresa,
- Buscar maior aproximação entre as instituições de fomento, com objetivo que as iniciativas tenham início, meio e fim,
- Acompanhar os empreendedores para analisar o andamento da empresa, bem como a continuidade de oferecimento de soluções para gerar longevidade às empresas.
- Criação de linhas de crédito competitivas com intuito de estimular abertura de novos negócios.

Apesar deste autor considerar a importância de um programa específico, nem todos os respondentes foram unânimes em tal consideração. Dessa forma, apresentam-se abaixo as vantagens e desvantagens de se ter ações específicas para fomentar empreendedorismo entre os deficientes. Entre as vantagens tem-se que:

- Um programa específico poderia promover melhor o empreendedorismo entre os deficientes, que nem sempre o enxergam como uma possibilidade de inserção profissional;
- Linhas de crédito poderiam ser oferecidas para subsidiar novos projetos;
- Ações de marketing poderiam ser melhor trabalhadas e percebidas pelas pessoas com deficiência;
- Mais pessoas poderiam se formalizar como empreendedores, reduzindo a quantidade de pessoas que buscam benefícios como o da aposentadoria;
- Probabilidade de diminuição de preconceitos da sociedade.

No que concerne a eventuais desvantagens, observa-se:

- A falta de recursos financeiros para as instituições conseguirem chegar às pessoas.
- A existência de demanda maior que a oferta de vagas, tanto para as iniciativas que oferecem reabilitação, quanto para as que oferecem capacitações. Nesse sentido, deve-se levar em conta a fala de um dos entrevistados sobre a

possibilidade de segregação, caso exista um programa específico para pessoas com deficiência. É preciso ter cuidado para que ações que tenham a finalidade de fomentar o empreendedorismo, não aumentem a distância entre as pessoas.

- Outra ressalva que deve ser feita vem da fala do respondente B9, quando afirma acreditar que não seja necessário fomentar o empreendedorismo. Para ele, as pessoas dever ir em busca de informações, buscar as competências necessárias para serem empreendedoras sem se sentirem inferiores ou com limitações. Ele conclui afirmando que as pessoas devem buscar oportunidades, o que depende muito mais do empreendedor que da sociedade.

É importante assinalar, também, a necessidade de investimentos, principalmente para disponibilizar acessibilidade às pessoas com deficiência, bem como capacitação, não só para os deficientes, mas também para as pessoas que atenderão essa população. Tal questão pode ser melhor trabalhada a partir de parcerias com outras empresas e, com a participação da sociedade, esse envolvimento contribuiria de forma relevante para que as ações chegassem a cada vez mais pessoas.

Várias são as limitações de uma pesquisa acadêmica, de modo que, em relação a este trabalho, destacam-se:

- A variedade de deficiências dentre os entrevistados, uma vez que as pessoas participantes do presente estudo foram escolhidas sem divisão específica em relação às suas limitações. Pondera-se que esse aspecto pode apresentar diferença nas percepções dos entrevistados, de acordo com seus respectivos tipos de deficiência.
- Os respondentes foram selecionados por acessibilidade, o que pode ter causado vieses, apesar de se ter seguido o procedimento conforme indicado. Como o envio de convites foi feito para várias instituições, a fim de buscar os deficientes entre aqueles que procuraram instituições de fomento, a acessibilidade a esse serviço foi um fator determinante para se conseguir o agendamento das entrevistas.

- Muitas pessoas com deficiência atuam de maneira informal, de modo que se torna complicada a localização, nesse grupo, daquelas que sejam ou queiram se tornar empreendedoras formalizadas.
- Deve-se mencionar a impossibilidade de generalização de achados, limitação característica de uma pesquisa com abordagem qualitativa. Na verdade, não se buscou a generalização, mas sim a profundidade; contudo, sabe-se que essa é uma limitação inerente ao método escolhido.

Como proposta para estudos futuros, ressalta-se a possibilidade de entrevistar grupos de pessoas com apenas um tipo de limitação como, por exemplo, um estudo somente com pessoas com limitação de visão ou com dificuldade de locomoção. Há elementos para se supor que a escolha de grupos específicos poderia trazer resultados diferentes para a maior compreensão de como se poderia prover ações para fomentar, de forma mais efetiva, o empreendedorismo entre as pessoas, dependendo de seu tipo de deficiência.

Outra sugestão diz respeito à realização de estudos que considerem o gênero como uma variável que pode interferir no fomento ao empreendedorismo, uma vez que, no presente estudo, foram entrevistados apenas portadores de deficiência do gênero masculino.

Finalmente, tendo-se em vista que este é um estudo qualitativo, em profundidade, sugere-se que um estudo quantitativo possa dar sequência ao que foi aqui abordado, utilizando os achados do presente estudo como base para o estabelecimento de hipóteses que possam ser testadas com técnicas estatísticas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 77, p. 53-61, 2013.

**ANPROTEC** - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCUBADORAS DE EMPRESAS E PARQUES TECNOLÓGICOS. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br>>. Acesso em: 07/08/2016.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015.

BARON, Robert A.; SHANE. Scott A. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

BARROS, Francisco Sávio de Oliveira; FIÚSA, João Luis Alexandre; IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. O empreendedorismo como estratégia emergente de gestão: histórias de sucesso. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 33, p. 109-128, 2005.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo: administração**. Bookman Editora, 2009.

CASTRO, Thiago Gomes de; GOMES, William Barbosa. Aplicações do método fenomenológico à pesquisa em psicologia: tradições e tendências. **Estudos de psicologia (Campinas)**. Vol. 28, n. 2 (abr./jun. 2011), p. 153-161, 2011.

CARDOZO, Tavita Rosa; BARBOSA, Marilene Lobo (2005). Políticas informacionais e práticas pedagógicas para a formação do bibliotecário empreendedor. Disponível em: <[http://www.cinform-antiores.ufba.br/v\\_anais/artigos/marileneloboabreu.html](http://www.cinform-antiores.ufba.br/v_anais/artigos/marileneloboabreu.html)>. Acesso em: 06/03/2016.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

**Capital Social**. Diferenças entre tipos de empresa (2015). Disponível em: <<http://capitalsocial.cnt.br/wp-content/uploads/2015/04/tiposocietariootm.png>>. Acesso em: 12.05.2016

CRESTANA, S.; DURANTE, J.C.; HASSAN, A. A. **ABC da sala do empreendedor: como simplificar a abertura e facilitar a vida das micro e pequenas empresas do seu município**. 2009. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/adrigoni/abc-sala-empendedor>. Acesso em 29/05/2016.

Cunha C, J, C, Ferla L A. Iniciando seu próprio negócio. Florianópolis: Instituto de Estudos Avançados, 1997.

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor**: empreender como opção de carreira. Prentice-Hall do Brasil, 2009.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos).

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. Cultura Editores Associados. São Paulo, 1999.

DOLABELA, F.; TORQUATO, C. **Empreendedorismo sem fronteiras**. Praça: Editora Alta Books, 2015.

DORNELAS, José C. Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor**. Cengage Learning Editores, 2000.

FERREIRA, J. J. M. A Orientação Estratégica Empreendedora Como Determinante de Crescimento das Pequenas Empresas da Indústria Transformadora: O Caso Português. **Panorama Socioeconômico**, v. 25, n. 34, 2007.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 34, n. 2, 1999.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editorial, 2008

FIRJAN. **Quanto custa abrir uma empresa no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8F4EBC426A014EC144CE9D2C4F&inline=1> . Acesso em 05/05/2016.

FRATE, Flávia; SOUZA, Priscila Cecilia de M.; COIMBRA, Viviane da Silva. A percepção do deficiente físico sobre a inclusão no mercado de trabalho. **Revista FATEC Sebrae em debate: gestão, tecnologias e negócios.**, v. 2, n. 3, p. 105, 2015.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil 2004 – Relatório Executivo**. Curitiba: Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade [IBQP], 2004. Disponível em:

[http://www.ibqp.org.br/upload/tiny\\_mce/Download/Empreendedorismo%20no%20Brasil%202004.pdf](http://www.ibqp.org.br/upload/tiny_mce/Download/Empreendedorismo%20no%20Brasil%202004.pdf) . Acesso em 14.05.2016

GEM, Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil 2013 -: Relatório Executivo**. Curitiba: Sebrae. Disponível em: [http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos\\_pesquisas/gem-2013-recorde-de-empresendedores-por-oportunidadetalhe29,1cc9742e7e294410VgnVCM2000003c74010aRCRD](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/gem-2013-recorde-de-empresendedores-por-oportunidadetalhe29,1cc9742e7e294410VgnVCM2000003c74010aRCRD) . Acesso em 08/08/2016

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil 2014 – Relatório Executivo**. Curitiba: Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade [IBQP], 2014 – Disponível em [http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014\\_relat%C3%B3rio%20executivo.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_relat%C3%B3rio%20executivo.pdf) . Acesso em 10.05.2016

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil 2014 – Relatório Executivo**. Curitiba: Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade [IBQP], 2015 – Disponível em [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf) . Acesso em 10.05.2016

GIL, ANTONIO, C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Jackeline Figueiredo Barbosa. A pessoa com deficiência e o mundo do trabalho – uma parceria possível. XIV Encontro ABRAPSO, 2010. **Anais...**

GOMES, Marcus Vinícius Peinado; ALVES, Mário Aquino; FERNANDES, Rene José Rodrigues. **Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2013.

IBGE. 2000. Censo Demográfico – Características Gerais da População . Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000\\_populacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf) Acesso em 23 de Janeiro de 2016

IBGE. 2012. Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com deficiência. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf> Acesso em 23 de Janeiro de 2016.

LASTRES, Helena MM; CASSIOLATO, José Eduardo. Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. **Parcerias estratégicas**, v. 8, n. 17, p. 05-30, 2004.

Kitching, J. 2014. Entrepreneurship and self-employment by people with disabilities. Background Paper for OECD Project on Inclusive Entrepreneurship.

KRAKAUER, Patrícia Viveiros de Castro. **A utilização das informações do ambiente no processo de decisão estratégica**: estudo com empresários brasileiros e americanos de pequenas e médias empresas. Dissertação apresentada na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. São Paulo, 2011, 137 páginas.

MACEDO, Fernanda Maria Felício; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; BOAVA, Diego Luiz Teixeira. O esquema típico-ideal na pesquisa em empreendedorismo. *Revista Pesquisa & Debate*, v.23, n.2, 2012.

MACHADO, L. 2007. Grandes economistas XVI: Jean Baptiste Say e a lei dos mercados. Disponível em [http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=893:grandes-economistas-x-a-extraordinaria-contribuicao-de-david-ricardo&catid=60:luz-machado&Itemid=866](http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=893:grandes-economistas-x-a-extraordinaria-contribuicao-de-david-ricardo&catid=60:luz-machado&Itemid=866). Acesso em 18.08.2016

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education. Revised and Expanded from " Case Study Research in Education."**. Jossey-Bass Publishers, 350 Sansome St, San Francisco, CA 94104, 1998.

MUYLAERT, Camila Junqueira, SARUBBI Jr., Vicente; GALLO, Paulo Rogério; ROLIM NETO, Modesto Leite; REIS, Alberto Olavo Advincula. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 48, n. spe2, p. 184-189, 2014.

MORALES, Sandro Afonso. Relação entre competências e tipos psicológicos junguianos nos empreendedores. 2004. 199 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo. Projeto a história da Poliomielite e de sua erradicação no Brasil: Seminários. In: **Projeto a História da Poliomielite e de sua erradicação no Brasil: seminários**. Fiocruz, 2004.

NERI, M.; CARVALHO, A. P.; COSTILLA, H. G. Políticas de cotas e inclusão trabalhista de pessoas com deficiência. *Ensaio Econômico da EPGE/FGV*, Rio de Janeiro, v. 462, 2002.



Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/518/1310.pdf?sequence=2&isAllowed=y> . Acesso em: 23/06/2016.

Walliman, Nicholas. Métodos de pesquisa/Nicholas Walliman, revisão técnica de Patricia Viveiros de Castro Krakauer, tradução de Arlete Simille Marques. – São Paulo: Saraiva, 2015. 192 p. ( Homem, cultura e sociedade)

OECD. *Entrepreneurship at a glance 2011*. Paris: OECD Publishing, 2011.

OLIVEIRA, M. A. Valeu! **Passos na trajetória de um empreendedor**. São Paulo: Nobel, v. 7, 1995

OLIVEIRA, Marileide Antunes de; GOULART JÚNIOR, Edward; FERNANDES, José Munhoz. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.15, n.2, p. 219-232, 2009.

OLIVEIRA, SILVIO LUIZ DE. **Tratado de metodologia científica**. 1ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

PORTER, Michael E. **Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1992.

RIBEIRO, Marco Antônio; CARNEIRO, Ricardo. A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. 2009.

RONI, Naheed Nawazesh; RIBM, M.M.U. Disabled Entrepreneurship: A viable route of opportunity for the disabled?. **MMUBS Doctoral Symposium, 2009**. Disponível em: <http://www.pw.seipa.edu.pl/s/p/artykuly/93/938/Disabled%20entrepreneurship%202009.pdf> . Acesso em: 23.08.2016.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Vertentes teóricas sobre empreendedorismo em Shumpeter, Weber e McClelland: novas referências para a sociologia do trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, v. 40, n. 2, 2009.

SARFATI, Gilberto. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPME's) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 1, p. 25-48, 2013.

SEBRAE. Empreendedores com deficiência no Estado de São Paulo. São Paulo: Sebrae-SP, 2013.

SEBRAE. 2013. **Projeto Sebrae mais acessível**. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/index.php/42-noticias/empreendedorismo/9135-projeto-estimula-acessibilidade-nas-mpes>. Acesso em 13/03/2016.

SEBRAE. 2016. **Panorama das MPE's paulistas**. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/index.php/234-uncategorised/institucional/pesquisas-sobre-micro-e-pequenas-empresas-paulistas/micro-e-pequenas-empresas-em-numeros/18226-book-pesquisas-sobre-mpes-paulistas-2016> – acesso em 05/05/2016.

SILVA, A.B. A fenomenologia como método de pesquisa em estudos organizacionais. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.B.; SILVA, A.B. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006. p.267-297.

SHANE, Scott; VENKATARAMAN, Sankaran. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of management review**, v. 25, n. 1, p. 217-226, 2000.  
SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Fundo de Cultura, 1961.

ISOCIAL. 2014. Pessoas com deficiência: expectativas e percepções do mercado de trabalho. Disponível na internet via URL: [http://isocial.com.br/download/contratacaodedeficientes\\_deficiencia\\_relatorio-2014.pdf](http://isocial.com.br/download/contratacaodedeficientes_deficiencia_relatorio-2014.pdf). Acesso em 12/02/2016.

TEIXEIRA, Enise Barth. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2003.

TEIXEIRA, M. C. A. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2010.

TOMECKO, Jim. 1992. **Como entender e promover a iniciativa empresarial**. Manual de treinamento sobre a metodologia CEFÉ. Fortaleza: SINE/CE – GTZ. Projeto Prorenda Microempresa.

UNESP- **Acessoria de Comunicação e Imprensa**. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/250/capa.php>  
Acesso em 29/02/2016

VAN PRAAG, Mirjam; VERSLOOT, Peter H. The economic benefits and costs of entrepreneurship: A review of the research. **Foundations and Trends in Entrepreneurship**, v. 4, n. 2, p. 65-154, 2008.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em questão**, v. 9, n. 2, 2007.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da informação**, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

VENKATARAMAN, Sankaran. The distinctive domain of entrepreneurship research. **Advances in entrepreneurship, firm emergence and growth**, v. 3, n. 1, p. 119-138, 1997.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE, Curitiba**, v. 5, n. 1, p. 61-70, 2002.

WEBER, Max. 1904. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, reimpresso em 1996.

WENNEKERS, Sander; THURIK, Roy. Linking entrepreneurship and economic growth. **Small business economics**, v. 13, n. 1, p. 27-56, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

## **LISTA DE APÊNDICES**

**Apêndice A:** Roteiro de entrevista com representantes de instituições de fomento ao empreendedorismo

**Apêndice B:** Roteiro de entrevista com pessoas com deficiência

**Apêndice C:** Protocolo da pesquisa

**Apêndice D:** Modelo de consentimento livre esclarecido

**Apêndice E:** Planilha geral das instituições de fomento

**Apêndice F:** Planilha geral das pessoas com deficiência

**APÊNDICE A**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES DE FOMENTO AO**  
**EMPREENDEDORISMO**

**Grupo 1: Classificação e perfil**

1.1 Instituição:

1.2 Possui atividades relacionadas ao fomento do empreendedorismo no Brasil:

( ) SIM ( ) NÃO

1.3 Nome do entrevistado:

1.4 Cargo na instituição:

1.5 Tempo no cargo:

**Grupo 2: Questões genéricas sobre fomento ao empreendedorismo**

2.1 Poderia me contar quais atividades realizam para fomentar o empreendedorismo?

2.2 Essas atividades realizadas são gratuitas ou exigem algum investimento?

2.3 Poderia explicar se existem regras para participação nas atividades? (idade mínima, graduação)

2.4 E parcerias com outras instituições? Me fale sobre esse procedimento?

**Grupo 3: Questões com base no exemplo de São José dos Campos**

3.1 Me fale sobre a sua experiência com trabalhos em escolas e universidades?

3.2 Há algum tipo de área específica para o fomento do empreendedorismo, como Sala para o Empreendedor, Centro de Palestras, entre outras possibilidades?

3.3 Vocês recebem subsidio financeiro do governo para as atividades? E de outras instituições?

3.4 Como são mensuradas as ações realizadas?

3.5 A administração municipal apoia as atividades?

**Grupo 4: Questões específicas sobre atividades dirigidas às pessoas com algum tipo de deficiência.**

4.1 Como você enxerga a possibilidade de pessoas com deficiência poderem empreender? Acredita que seja possível?

4.2 Vocês atendem pessoas com deficiência? Se sim, qual o tipo que mais prevalece?

4.3 Como vocês atendem as pessoas com deficiência? Há um procedimento específico?

4.4 Qual a frequência de atendimento para pessoas com deficiência?

4.5 Vocês tiveram treinamento para atender pessoas com deficiência?

4.6 Poderia narrar algum caso que considere relevante ou intrigante sobre pessoas com deficiência?

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

#### Grupo 1: Classificação e Perfil

1.1 Nome do entrevistado

1.2 Qual a sua idade?

1.3 Sexo:

( ) masculino ( ) Feminino

1.4 Você trabalha para alguma empresa atualmente? Se sim, qual o cargo?

1.5 Possui empresa formalizada com CNPJ?

( ) SIM ( ) NÃO

Por que?

1.6 Se possui CNPJ, qual o tipo de empresa se enquadra?

( ) Mei- Microempreendedor Individual

( ) Me- Microempresa

( ) EPP- Empresa de pequeno porte

1.7 Caso não possua CNPJ, pretende se formalizar, ou seja, constituir o CNPJ?

( ) sim ( ) Não

Por que?

#### Grupo 2: Questões genéricas sobre deficiência

2.1 Pode me contar um pouco de sua história?

2.2 Sua deficiência é congênita (te acompanha ao longo de sua vida), ou ela foi adquirida?

2.3 No seu dia a dia, quais são suas maiores dificuldades?

#### Grupo 3: Questões sobre acesso à informação

3.1 Conhece alguma instituição que fomenta o empreendedorismo para pessoas com deficiência? Se sim, qual?

3.2 Há algum estímulo na sua região para fomentar o empreendedorismo para pessoas com deficiência?

3.3 Já buscou apoio de alguma instituição para começar um negócio?

3.4 Poderia me contar como foi sua experiência quando buscou a instituição? (vantagens e desvantagens)

3.4 O que poderia ser feito para melhorar o acesso às informações de forma mais efetiva?

#### Grupo 4: Questões específicas sobre atividades dirigidas às pessoas com algum tipo de deficiência.

4.1 Poderia me contar o que acha do empreendedorismo como uma forma do deficiente se inserir novamente no mercado de trabalho?

4.2 Me fale como acha que deveria ser o modelo ideal para:

- a) atender o deficiente que procura a instituição;
- b) divulgar para a população ser essa uma forma possível para a inserção profissional do deficiente;
- c) promover o fomento do empreendedorismo entre os deficientes.

**APÊNDICE C**  
**PROTOCOLO DA PESQUISA**

**1) Entrevistado**

1.1 Nome do entrevistado:

1.2 Código do entrevistado na pesquisa:

**2) Dados da coleta**

2.1 Data da entrevista:

2.2 Local da entrevista:

2.3 Tempo de duração:

2.4 Gravada: ( ) SIM ( ) NÃO

2.5. Interferentes:

**3) Dados coletados:**

3.1 Planilha:

3.2 Linha e coluna correspondente:

**4) Análise da narrativa:**

4.1 Codificação da narrativa (inserir número da planilha, linhas e colunas a serem analisadas)

4.2 Quadro temático



**APÊNDICE D**  
**MODELO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Será feita uma adaptação do modelo de consentimento livre da Faculdade do Campo Limpo Paulista (FACCAMP), disponível no site:

<http://www.faccamp.br/site/institucional/cep>

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título da Pesquisa:**

“ .....

**Nome do (a) Pesquisador (a):**

.....

**Nome do (a) Orientador (a):**

.....

**Instituição Vinculada:**

.....

**Endereço:**

.....

**Natureza da pesquisa:** a (o) sra. (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade ...

**Participantes da pesquisa:** (colocar o número de participantes, especificando qual será a população-alvo da pesquisa).

**Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo, a (o) sra. (sr.) permitirá que o (a) pesquisador (a) (...). A sra. (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra. (sr.) (...). Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

**Sobre as entrevistas:** (se houver, especificar como serão realizadas).

**Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. (especificar aqui possíveis riscos e desconfortos gerados durante a pesquisa). Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos a sua dignidade.

**Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados.

**Benefícios:** ao participar desta pesquisa, a (o) sra. (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre (...), de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa (...), onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

**Pagamento:** a (o) sra. (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será paga por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha, por favor, os itens que se seguem:

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ ou  
CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do  
estudo \_\_\_\_\_ como sujeito. Fui  
devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador  
\_\_\_\_\_ sobre a pesquisa, os procedimentos nela  
envolvidos, assim como sobre os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha  
participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer  
momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu  
acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data:

---

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável:

---

Assinatura do Pesquisador:

---

Observações complementares:

**APÊNDICE E**  
**PLANILHA GERAL DAS INSTITUIÇÕES DE FOMENTO**

**(Vide próximas páginas)**

Roteiro das entrevistas com instituições de fomento	Respostas								
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9
Grupo 2 Questões genéricas sobre empreendedorismo									
2.1 Atividades que realizam para fomento ao empreendedorismo	Palestras, cursos presenciais e à distância.	Implementação do empreendedorismo nas escolas	incubadora escola com objetivo de disseminar o empreendedorismo	Ações divididas em 3 quesitos: Inspiração, capacitação e conexão	Projeto Jovem Aprendiz e Geração de Renda	Fazemos muitas ações, usualmente trabalhamos com mentoria	Cursos: Andar de bengala, informática, cursos para ensinar o cego a comer de garfo e faca	Fomento às empresas de base tecnológica	Ações divididas em 3 quesitos: Inspiração, capacitação e conexão
2.2 São gratuitas ou exigem algum investimento	Parte gratuitos e parte com investimento	Totalmente gratuitas	são gratuitos, com apenas uma mensalidade simbólica dos incubados	Gratuitas	Gratuitas	Gratuitas	Para os assistido é gratuito, e atendemos através do SUS, aí se paga por consulta	Uma mensalidade simbólica	Todas gratuitas

Roteiro das entrevistas com instituições de fomento	Respostas								
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9
2.3 Existem regras para participação	Tem-se alguns programas específicos para CNPJ e PF	O professor precisa ser educador independente da disciplina e o aluno ser regularmente matriculado	Não temos restrição	Não existe restrições, mas sim um processo seletivo	Não existem regras específicas	Depende, cada programa possui uma regra	Sim, analisamos a idade dando preferência para os mais jovens de ensino médio	Que sejam empresas voltadas à inovação	Alguns programas específicos, restringimos para alunos da Usp
2.4 Existem parcerias. Quais os procedimentos	Senar, Senac, Senar, são alguns exemplos	As escolas	Alguns parceiros institucionais como Sebrae zona leste, Agência Usp e aproximação com algumas universidades	Unicamp, temos boas relações com USP, FGV e outras universidades	Senai	Sim, não tenho o número exato, mas temos	Temos com a Fundação Bradesco, a Japi uma empresa de Jundiaí, Sesi, Senai, Ateal, Apae, Amarati.		Sim, temos várias parcerias

Roteiro das entrevistas com instituições de fomento	Respostas								
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9
<b>Grupo 3 Questões com base no exemplo de São José dos Campos</b>									
<b>3.1 Experiência com trabalhos em escolas e universidades</b>	JEEP- Programa Jovens Empreendedores Primeiro Passo	Fui um dos responsáveis pela implantação na cidade de SJC, primeiro município do Estado a colocar na grade curricular	Interesse na aproximação com todas as universidades de fomento ao empreendedorismo	No geral, as universidades apoiam, porém de forma pouco relevante	Não, atuamos de forma independente no momento	Atuamos mais efetivamente com ensino superior: graduação, pós, mestrado, doutorado	Com escolas	Atuação com Empreendedorismo e Planejamento estratégico	Febraci, que é uma feira nacional de ciência e engenharia, Tecnovation formado por ex-integrantes do NEU, que ensinam programação para meninas
<b>3.2 Existe área específica para fomento: Sala do empreendedor, Centro de palestras</b>	Sim, com aproximação junto as Prefeituras, Associações comerciais e indústria	Sim, inclusive com estímulos do Sebrae	Laboratório, Hub, que é por iniciativa dos alunos	Não temos, mas utilizamos os espaços de parceiros	Cozinhas e equipamentos para exposição dos produtos	Não, utilizamos a própria instituição de ensino	Sim, temos a infraestrutura própria	Sim, temos a infraestrutura	Laboratório de Inovação, espaços de Coworking

Roteiro das entrevistas com instituições de fomento	Respostas								
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9
3.3 Recebem algum tipo de subsidio do governo ou de outras instituições	O sistema S recebe um repasse proveniente do desconto na folha de pagamento das empresas	Orçamento próprio	O prédio foi subsidiado com verbas do governo	Unicamp	Pefeitura	Sebrae Nacional		Não	Apoio indireto
3.4 As ações são mensuradas	O acompanhamento se dá mais por iniciativa do próprio empreendedor	Quantidade de escolas e professores e alunos capacitados	Como ainda é muito inicial, não temos grandes resultados	Começamos mais firmemente e no ano passado a metrificação	No momento não	Sim, através de inúmeros estudos realizados pela organização	Sim fazemos um acompanhamento antes, durante e depois.	Não possuímos indicadores	Número de Startups, número de atividades geradas, de participantes nos eventos.
3.5 A Administração municipal apoia as atividades	As prefeituras	Sim	Não	Não	Indiretamente	Não	Esporadicamente	Não	Temos um apoio secundário que funciona mais efetivamente e como parcerias, mas temos

<b>Roteiro das entrevistas com instituições de fomento</b>	<b>Respostas</b>								
	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>A3</b>	<b>A4</b>	<b>A5</b>	<b>A6</b>	<b>A7</b>	<b>A8</b>	<b>A9</b>
									<b>bons diálogos.</b>
<b>Grupo 4 Questões específicas sobre as atividades dirigidas às pessoas com deficiência</b>									
<b>4.1 Acredita que pessoas com deficiência podem empreender</b>	<b>Sim, porém existe um potencial muito grande de melhorias: Acessibilidade física, intelectual.</b>	<b>Sim, inclusive já existe algumas ferramentas para acelerar esse processo</b>	<b>Totalmente possível</b>	<b>Acredito e acho super possível</b>	<b>Claro que sim, super normal</b>	<b>Sim, se a pessoa desenvolver as competências empreendedoras</b>	<b>Sim, acredito que têm plenas condições de empreender</b>	<b>Acredito que sim</b>	<b>Acho que é totalmente possível, não vejo barreiras.</b>



<b>Roteiro das entrevistas com instituições de fomento</b>	<b>Respostas</b>								
	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>A3</b>	<b>A4</b>	<b>A5</b>	<b>A6</b>	<b>A7</b>	<b>A8</b>	<b>A9</b>
<b>4.2 Vocês atendem pessoas com deficiência. Alguma deficiência que prevaleça</b>	<b>Sim, mediante visitas espontâneas de clientes</b>	<b>Auditivas, visuais e cadeirantes em geral</b>	<b>O que prezamos são bons projetos, não temos nenhuma restrição</b>	<b>Nunca tivemos essa experiência</b>	<b>Não com frequência</b>	<b>Não</b>	<b>Atendemos, e as que mais prevalecem são de cegueira total, glaucoma, diabetes e o descolamento de retina.</b>	<b>Não tenho esse dado</b>	<b>Diretamente com a NEU, nunca aconteceu</b>
<b>4.3 Existe algum procedimento específico para esse atendimento</b>	<b>Sim, existe um grupo de trabalho que inclusive já desenvolveu soluções específicas para inclusão</b>	<b>Existe procedimentos básicos como : a prioridade, a linguagem</b>	<b>Já pensamos em algumas soluções</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Não tenho essa informação</b>	<b>Sim, através de entrevista e avaliação</b>	<b>Não temos restrição mas não temos política específica</b>	<b>Não temos ações específicas, mas os programas acabam de alguma forma atuando com pessoas com deficiência.</b>
<b>4.4 Que frequência são atendidos</b>	<b>O número ainda é pequeno</b>	<b>Esporádica</b>	<b>Esporádicos</b>	<b>Ainda não mensurados</b>	<b>Esporádicos</b>	<b>Não tenho essa informação</b>	<b>Semanalmente</b>	<b>Não temos esse dado</b>	<b>Não tenho essa informação.</b>

Roteiro das entrevistas com instituições de fomento	Respostas								
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9
4.5 Existe treinamentos para esse atendimento	Existe um manual de atendimento onde esse procedimento já é executado desde a recepção até as consultorias e outros serviços.	Sim, mas precisa melhorar	Hoje, não temos	Ainda não temos, até por conta de demanda	Normalmente temos profissionais externos que atendem	Não tenho essa informação	De acordo com a função, mas normalmente contratamos pessoas que já tenham experiência	Não especificamente para esse tipo de atendimento	Não, mas temos uma infraestrutura para atendermos caso necessário.

Roteiro das entrevistas com instituições de fomento	Respostas								
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9
4.6 Algum caso que considere relevante ou intrigante a respeito de pessoas com deficiência	Aproximação com outras instituições como APAE, por exemplo	Uma pessoa com limitação visual realizando um curso ao qual havia sido reprovada por conta de sua deficiência.	Não conheço	Um amigo que foi brutalmente agredido em um assalto, perdendo a visão	Pelo pouco tempo de atuação não tenho exemplo	Não me recordo	Sim, a de um jovem chamado Gilson, que atendemos e acompanhamos. Hoje é formado e atua como profissional liberal.	O Cietec contava com um consultor que tinha deficiência física e que desempenhava naturalmente sua função.	Não

**APÊNDICE F**  
**PLANILHA GERAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**(Vide próximas páginas)**

Roteiro de entrevista com pessoas com deficiência	Respostas										
	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8	B9	B10	B11
<b>Grupo 2 Questões genéricas sobre deficiência</b>											
2.1 Relato de sua história	Poliomielite.	Artrose e monoparesia	Acidente de moto	Baixa visão e Lesão cerebral	Acidente de carro	Assalto	Hemofilia	Acidente jogando futebol aos 13 anos	transecção da aorta, tive um edema medular	Poliomielite	Poliomielite
2.2 A deficiência é congênita ou adquirida	Adquirida aos 2 anos.	17 anos	Adquirida	Congênita	Adquirida aos 47 anos.	Adquirida aos 31 anos.	Congênita	Adquirida aos 13 anos.	Adquirida aos 17 anos	Congênita	Aos 9 meses
2.3 Maiores dificuldades enfrentadas	carregar peso, acessibilidade, subir e descer escadas.	crises que me deixa sem poder firmar os pés no chão	A maneira como a sociedade me trata	mobilidade, acessibilidade, luminosidade e desconfiada da população.	Ficar em pé por muito tempo	Mobilidade.	Fazer esforço e parar na mesma posição	Muita dor	Sair de casa e não saber o que vou encontrar	A dificuldade de não está na deficiência e sim fora dela	Acessibilidade Física e comunicação
<b>Grupo 3 Questões sobre acesso à informação</b>											
3.1 Conhece alguma instituição que fomenta empreendedorismo entre pessoas com deficiência. Se sim qual	Sebrae.	Não	FDC, UDJR	Não	Não.	Dorina, Mãos que veem e Laramara	Não.	Fundação Casa e Sebrae	Sim, a Secretaria da Pessoa com Deficiência do Estado	Não me ocorre	Sim, Amarati e Ateal

Roteiro de entrevista com pessoas com deficiência	Respostas										
	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8	B9	B10	B11
									de São Paulo		
3.2 Em sua região existe um estímulo para fomentar o empreendedorismo entre pessoas com deficiência	Sim, inclusive apoiando esporte.	Desconheço		Não que conheça	Desconheço.		Não.	Sebrae e algumas escolas	Sim, inclusive citando o trabalho de Cid Torquato mais especificamente	sim, penso que tanto para inserir as pessoas no mercado de trabalho bem como empreender	Não, para pessoas com deficiência não inclusive fazia parte de nossos projetos para a próxima gestão municipal
3.3 Já buscou apoio de alguma instituição para começar um negócio	Sim, o Sebrae.	Sim, o Sebrae.	Sim, o Sebrae.	Não busquei.	Não.	Sim, Laramara, Mãos que veem e Dorina.	Não.	Sim, o Sebrae.	Não	Não	Não
3.4 Qual foi a experiência com o atendimento, foi vantajoso ou não	Vantajoso.	Vantajoso, com ressalva	Até tem, mas não tenho informações	Não tenho.	Não busquei, mas acredito ser vantajoso.	Sempre vantajosa.	Não tenho.	Sim foi vantajoso, foi o que salvou a minha vida	Não procurei	Não procurei	Nunca procurei

<b>Roteiro de entrevista com pessoas com deficiência</b>	<b>Respostas</b>										
	<b>B1</b>	<b>B2</b>	<b>B3</b>	<b>B4</b>	<b>B5</b>	<b>B6</b>	<b>B7</b>	<b>B8</b>	<b>B9</b>	<b>B10</b>	<b>B11</b>
3.4 O que poderia ser feito para melhorar o acesso às informações	Mídia e televisão.	Parcerias	Propaganda e parceria	Melhoria dos sites.	Articulação por parte da prefeitura	Melhorias: televisão e sites.	Redes sociais	Embutir como disciplina nas escolas.	Acho que o grande segredo é não segregar essas informações às pessoas com deficiência	Estímulos à parcerias, sem segregação	As redes sociais, mas sobretudo atuar dentro das instituições que cuidam de pessoas com deficiência
<b>Grupo 4 Questões específicas sobre atividades dirigidas às pessoas com deficiência</b>											
4.1 Acredita no empreendedorismo como forma de inserção no mercado bem como a possibilidade de empreender	Acredito que sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim	Sim, embora entenda o empreendedorismo como muito difícil	Sim	Sim,
4.2 Qual o melhor modelo para:											
A- Atender o deficiente que procura a instituição	Melhorar acessibilidade e, desenvolver a parte humana.	Ter empatia, Ambiente adequado, não atender a pessoa	Ter educação e acolhimento	Atendimento personalizado, participação da família,	Entender sua limitação e atender de forma delicada	Atender as pessoas normalmente.	Capacitação dos atendentes, acessibilidade,	Acessibilidade e capacitações para as pessoas que atendem.	Penso que as pessoas que pretendem empreender precisam ser pró-ativas.	Com naturalidade	Adequação

Roteiro de entrevista com pessoas com deficiência	Respostas										
	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8	B9	B10	B11
		como vítima		capacitação e intermediação.			que a pessoa possa me ouvir.				
B- Divulgação para a população	Divulgar em forma de inclusão e não de exclusão.	Selo de qualidade e de atendimento	Televisão.	Aproximar as instituições das empresas	Ações da prefeitura e boca a boca	Aumentar os incentivos.	Comunicação nas escolas, boca a boca, mídias sociais.	Vejo a comunicação como primordial e poderia ser através das novelas e inserir o empreendedorismo como disciplina nas escolas.	Divulgação para sociedade, não exclusivamente para um grupo, o que só aumentaria a segregação	Mídias sociais	Redes Sociais
C- Promover o fomento do empreendedorismo entre pessoas com deficiência	A pessoa com deficiência precisa acreditar que é possível.	Aproximação	Utilizar exemplos que deram certo.	Trazer as empresas para dentro das instituições	Ações subsidiadas pelo governo.	Explorar as mídias sociais e conviver com pessoas consideradas normais.	Palestras motivacionais.	Inserir nas escolas a cultura empreendedora	Não acho que isso tenha que ser promovido, ou a pessoa é empreendedora ou não é	Diminuir o assistencialismo, por isso é importante o investimento iniciativas, programas e projetos que	Capacitação e educação



<b>Roteiro de entrevista com pessoas com deficiência</b>	<b>Respostas</b>										
	<b>B1</b>	<b>B2</b>	<b>B3</b>	<b>B4</b>	<b>B5</b>	<b>B6</b>	<b>B7</b>	<b>B8</b>	<b>B9</b>	<b>B10</b>	<b>B11</b>
										visem essa transfor mação cultural	